



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Aos 30 dias do mês de abril de 2026, pelas 15h00, no Theatro Club da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado por José Ângelo Saavedra de Almeida Faria e por Clárisse Cardoso de Matos, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')
- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (35`):

Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Dois (15`):

Apresentação do Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelos Direitos e Garantias dos Membros da Oposição, conforme o n.º 1 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/98, de 26 de maio, e para efeitos do disposto na alínea yy) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

Ponto Três (15`):

Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre os Relatório de Execução Orçamental da Escola Profissional do Alto Ave, para remessa à Assembleia Municipal, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, designadamente, o Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre de 2025.

Ponto Quatro (50`):

Proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Exercício de 2025, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Ponto Cinco (15`):

Proposta da Câmara Municipal para aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências de Autoridade de Transportes, bem como aprovação dos respetivos

compromissos plurianuais, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual.

Ponto Seis (15'):

Proposta da Câmara Municipal, para aprovação de compromissos plurianuais, nos termos do disposto pelo art.º 22 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no âmbito do procedimento concursal com vista à contratação da prestação de serviços para Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos no Município de Póvoa de Lanhoso.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Domingos Pereira da Silva; Bela Mónica Pereira Araújo; Joaquim Armando da Silva Fernandes; Pedro Alexandre Oliveira Vale; Maria Ângela Vieira de Araújo; Tiago Filipe Pereira da Silva; Alzira Maria Couto de Sousa e Graciano Filipe Direito Fernandes.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: Jéssica Alexandra da Silva; Luís Artur Ribeiro Pereira; António Manuel Santos Gonçalves Marques; Nuno Frederico Almeida e Silva de Aguilar Monteiro; Sandrina da Silva Fortes; Marília da Luz da Silva Fernandes; Sérgio Matias de Sousa Reis e João Pedro Araújo Oliveira.

Esteve presente o membro do CDS-PP: Carla Cristina dos Santos Góis Martins.

Não esteve presente o membro do CHEGA: Hilário Rui de Carvalho Cerqueira Lima da Silva, pelo que foi justificada a sua falta.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Póvoa de Lanhoso; Santo Emilião; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União das Freguesias de Calvos e Frades. Contudo, os representantes das Juntas de Freguesia da Póvoa de Lanhoso e de Santo Emilião não permaneceram até ao final da sessão.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União das Freguesias de Águas Santas e Moure; União de Freguesias de Campos e Louredo; União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira; Covelas; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; Ferreiros; Lanhoso; Sobradelo da Goma. Contudo, o representante da Junta de Freguesia de Galegos não permaneceu até ao final da sessão.

Foi justificada a falta de representação da Junta de Freguesia de Rendufinho.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes, mas que integram a bancada parlamentar do PS: Monsul e Serzedelo. Contudo, o representante da Junta de Freguesia de Monsul não permaneceu até ao final da sessão.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira; Paulo Jorge Coimbra Fernandes do Gago e Gilberto António Sousa dos Anjos.

Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Fátima Elizabeth Campos Alves; José Manuel Costa da Silva e Sara Catarina Ribeiro de Lima.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu início à sessão ordinária da Assembleia Municipal, cumprimentou todos os presentes, e começou por informar que foi indicada a deputada Clarisse Cardoso Matos para substituir a segunda secretária da Mesa da Assembleia. E colocou as atas da sessão ordinária de 27 de fevereiro e da sessão extraordinária de 16 de março de 2026 à aprovação do plenário, informou que as mesmas foram aprovadas por unanimidade.

Concedeu a palavra à deputada Clarisse Matos, para leitura da correspondência, em substituição da segunda secretária da Mesa. Após a leitura da correspondência deu início ao Período Antes da Ordem do Dia (PAOD), informou que estavam abertas as inscrições para as intervenções dos períodos seguintes, e concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Celebramos há poucos dias, o 25 de Abril, data maior da nossa democracia e símbolo da liberdade, da participação cívica e do pluralismo político, precisamente por isso, não podemos deixar de lamentar que este ano, o modelo adotado para as comemorações municipais tenha afastado a intervenção das forças políticas democraticamente eleitas. Durante anos, estas cerimónias souberam refletir o espírito de abril, dando voz ao pluralismo e à diversidade representada nos órgãos autárquicos. A opção tomada pelo senhor Presidente da Câmara para o período 2026-2029, rompe com essa transição e reduz o espaço de participação política no momento que devia unir todos em torno dos valores democráticos.

O CDS entende que a presença de convidados externos podem enriquecer a reflexão, mas nunca substituir a voz legítima de quem recebeu mandato popular. Abril não se celebra, restringindo a participação, celebra-se abrindo espaço ao debate e ao respeito institucional.

Quero também saudar a realização da Assembleia Municipal jovem no passado dia 28 de abril. Foi um momento importante de cidadania ativa onde os mais jovens puderam apresentar ideias e participar no debate público. Mais do que um gesto simbólico, é um

investimento no futuro do concelho. Quando aproximamos os jovens da política, fortalecemos a democracia do amanhã.

Falar ainda do assunto que está em discussão pública, a Braval, relativamente à Braval, importa falar com seriedade e sentido de responsabilidade. Estamos perante uma matéria que não pode ser analisada apenas numa lógica técnico-financeira. Quando decisões desta dimensão impactam diretamente territórios e populações, é essencial garantir justiça entre os municípios, por isso, qualquer avanço deve ser acompanhado de contrapartidas claras, compensações justas para o concelho, investimento local, monitorização ambiental rigorosa e transparente, melhoria de acessos e mecanismos de fiscalização credíveis. Não se trata de bloquear soluções, trata-se defender equilíbrio territorial, proteção ambiental e respeito pelas populações. É esse o papel da política responsável, não dizer apenas sim ou não, mas exigir condições que salvaguardem o interesse público. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do Grupo Parlamentar (GP) do PS, Joaquim Fernandes.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Celebramos há poucos dias, o 25 de Abril, a data maior da nossa democracia, o momento fundador de um país que escolheu a liberdade, o respeito e a tolerância como pilares da sua vida coletiva. Abril não é apenas memória, é compromisso, compromisso com a sociedade onde todas as vozes contam, onde a diferença é respeitada e onde o debate político se faz com elevação, dignidade e sentido democrático e precisamente por isso que não podemos deixar de olhar para o que se tem passado nesta assembleia, questionar se estamos, de facto, a honrar este legado, porque quando o Partido Socialista, o executivo socialista usou da palavra aquilo a que assistimos repetidamente é a falta de respeito, interrupções e uma postura que em nada dignifica esta casa, nem os valores de abril, mais do que o desrespeito político, trata-se de um desrespeito institucional e democrático por um órgão que deve ser exemplo pelo pluralismo e tolerância, não pode ser normalizado nem ignorado. A bancada do Partido Socialista assumiu o mandato, que os povoenses nos entregaram, com compromisso, o sentido de responsabilidade e a perfeita noção da forma como devemos estar e orientar a nossa intervenção nesta Assembleia.

Fazemo-lo com orgulho no trabalho desenvolvido, mas também com a consciência clara de que a ação política deve servir acima de tudo os povoenses e o interesse coletivo no início deste mandato, dissemos e mantemo-lo hoje que queremos ser diferentes, ser diferente, significa para nós, fazer política, com elevação, com seriedade e com sentido construtivo. Queremos uma assembleia municipal, onde o debate, se faça pela positiva, onde cada força política assuma as suas diferenças, com clareza, mas sempre com bom

senso e com foco nas soluções que melhorem a vida das pessoas. São essas soluções que estão a aparecer na habitação, na educação, no desporto, nos espaços públicos, não queremos o caminho da crispação do ataque fácil do arrastar do debate para registos que em nada dignificam esta casa. A Póvoa de Lanhoso merece uma assembleia à altura das suas necessidades e das suas ambições.

Aquilo que nos distingue e distingue este executivo é antes de mais, a forma de estar uma porta aberta para todos, uma relação igualitária com todas as instituições, um respeito efetivo por cada agente social, económico e associativo do concelho. E distingue-nos, também, a visão que temos para o futuro, apostar em investimento estruturante, aquele que deixa marca, que reforça o concelho e que melhora a vida das pessoas. É com este espírito que estaremos até ao final do mandato, procurando caminhos que traduzam soluções políticas claras, coerentes com um projeto que o Partido Socialista apresentou aos povoenses e que foi sufragado nas urnas. Políticas ao serviço das pessoas que reforcem os serviços públicos e o investimento no futuro do concelho. É precisamente esse futuro que queremos continuar a insistir, porque investir é escolher.

Termino senhor Presidente da Assembleia e permita-me que cite uma intervenção sua na Assembleia Municipal jovem, celebramos também este ano 52 anos do 25 de Abril e há neste número uma curiosidade feliz, 52 ao espelho transforma-se em 25, mais do que um simples jogo de números, pode ser um convite à reflexão, olhar para 52 anos da nossa democracia é reconhecer o caminho da liberdade, progresso e participação que o país construiu. Mas olhar ao espelho e perceber que a democracia também depende de cada um de nós. O 25 de Abril deu-nos direitos, voz e liberdade. Cabe-nos agora honrar esse legado, não esperando apenas o que os outros vão fazer por nós, mas perguntando o que podemos fazer continuamente pela nossa comunidade, participar mais, escutar melhor, respeitar opiniões diferentes, propor soluções, pois é isso que fortalece a democracia.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Nuno Aguilar.

Interveio o deputado Nuno Aguilar, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Quatro assuntos, quatro questões, primeiro assunto, para o senhor Presidente da Assembleia, pergunto-lhe para quando a alteração dos horários das sessões da Assembleia Municipal? Os pedidos de substituição de membros efetivos desta assembleia são cada vez mais por dificuldades de conciliação das suas vidas profissionais com este horário. Assim, há uma demonstrada incompatibilidade, de disponibilidades para as reuniões em horário laboral. Peço-lhe a sua atenção e o seu empenho nesta questão.

O segundo assunto, 25 de Abril e as comemorações do 25 de Abril, este ano assistimos a um conjunto de práticas que não eram habituais nem comuns, como há bocado, disse efetivamente, não me revejo nestas novas situações, 25 de Abril é um marco histórico, é um marco histórico para todos os democratas deste país, é um marco histórico que não podemos deixar esquecer, nem que nos façam esquecer. E a revolução de Abril e a Revolução dos Cravos vermelhos deve ser por todos lembrados e por todos participados e por todos dignificados. Peço ao executivo a atenção e o respeito por abril.

O terceiro assunto para o executivo, aterro sanitário de Ferreiros/Lanhoso. Temos constatado diversas evidências de dificuldades operacionais no aterro, não sei se estará a haver dificuldades com o sistema de desodorização ou se estará a haver anomalias na estação de tratamento de lixiviados ou até aos processo de modernização da qualidade dos aquíferos da área do aterro, se estão a ser adequadamente acompanhados. Será que as metodologias de recobrimento dos RSU's depositados, estão a ser respeitadas? Peço a vossa atenção e zelo.

Por outro lado, ainda no âmbito do aterro, estando o processo de reengenharia e alargamento do aterro em fase de consulta pública, isto é todos os povoenses interessados e se possam pronunciar, pergunto o que é que o executivo nos tem a dizer sobre o assunto e o seu desenvolvimento? Que medidas têm previstas, nomeadamente para garantir que a alteração da localização da nova área de deposição de resíduos não vai agravar as condições de vida dos povoenses? Como vai acompanhar, fiscalizar o processo de selagem e pós selagem dos alvéolos iniciais? Quais as medidas que tem previstas para o controlo do estado da fauna e da flora da Ribeira de Riamondes? Que garantias nos dá este executivo que o novo prazo de vida do aterro sanitário vai mesmo terminar em dois mil e trinta e seis?

Quarto e último ponto, plano diretor municipal, a revisão do Plano Diretor Municipal da Póvoa de Lanhoso é um processo crítico para o futuro do concelho, mas a verdade é que se arrasta há demasiado tempo. Foi iniciado em 2020 recorde, foi iniciada em 2020 e teve um prazo político apontado pelo executivo do PSD para 2022 e hoje, em dois 2026, continuamos sem chegar à fase decisiva de discussão pública e aprovação final. Importa dizer com clareza, não estamos perante a falta de trabalho técnico, estamos perante a falta de concretização política. O processo permanece numa fase de elaboração e articulação institucional com matérias estruturantes ainda por fechar, como, por exemplo, matérias relativas à Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional, articulação intermunicipal e tantos outros. Entretanto, porque o concelho vive com um plano, obviamente desatualizado, pergunto, quantos investimentos estarão a ser adiados ou até transferidos, quantas decisões estarão a ficar condicionadas, aumentando assim incertezas para cidadãos e empresas?

Senhor Presidente, senhores vereadores, um PDM não pode ser um processo interminável. O município tem de assumir três compromissos claros, um calendário público para conclusão desta revisão, uma data de abertura para a discussão pública do

PDM, a garantia de transparência de todo o processo, porque planear é importante, mas decidir e concretizar é o que faz a diferença assim, pergunto-vos o seguinte, qual o calendário concreto e público para a conclusão da revisão do PDM? Como justifica o executivo o incumprimento do prazo inicialmente apontado para 2022, em que fase procedimental exata se encontra o processo, neste momento? Qual a articulação desenvolvida com os municípios vizinhos na definição, nomeadamente, de condicionantes e a uniformização da gestão territorial? Qual o estado concreto das negociações com as entidades competentes relativamente à RAN e a REN? Quando prevê o executivo abrir formalmente a discussão pública? Que avaliação faz o executivo do impacto deste atraso na captação de investimento e no licenciamento urbanístico? Existem ou têm previstas medidas de gestão urbanísticas para mitigar os efeitos de um PDM desatualizado? Porque não é disponibilizado regularmente um relatório público de progressão desta revisão? Quem é politicamente responsável por este atraso e que consequências foram tomadas?”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começar por responder à deputada Carla Góis, relativamente ao tema das celebrações do 25 de Abril e usar aqui duas citações que fizeram a deputada Carla Góis e o deputado Nuno Aguilar. A deputada Carla Góis diz que o modelo adotado durante anos, é preciso configurar isso no tempo, eu já lá vou. O deputado Nuno Aguilar diz práticas não habituais e pouco comuns, então vamos lá fazer um histórico, todos em conjunto, até 2021 as comemorações do 25 de Abril consistiam em hastear da bandeira e eventos desportivos. Foi assim durante muitos, muitos e muitos anos, a partir de 2022, o executivo, à data, senhor Presidente, se nós vamos ter, é que quem nos acompanha a partir de casa, não houve estas interrupções, mas o senhor deputado chegou atrasado, mas chegou cheio de vontade, porque já interrompeu outros, agora interrompe-me a mim daqui a bocado interrompe mais não sei quem, portanto, se as pessoas querem ser esclarecidas, têm de ouvir, se falarem é mais difícil.

Eu quero explicar mesmo, eu tenho vontade de explicar, tenho sempre, portanto, o meu grau de objetividade a mim diz respeito, em 2022, o executivo, à data bom então eu vou explicar para quem acompanha a partir de casa, o senhor deputado Nuno Aguilar fez o à parte dizendo que tenho que ser objetivo, por isso é que eu respondi que o meu grau de objetividade a mim diz respeito. Fecho agora, os parênteses.

Em 2022 o executivo à data, juntamente, com o Presidente da Assembleia Municipal, que se mantém hoje em funções, decidiram em conjunto, fazer algo que nunca tinha sido feito nos anos anteriores, ou seja, levar a cabo uma sessão solene, a partir de 2022, a

sessão solene promovida pela Assembleia Municipal e pela Câmara Municipal teve lugar durante quatro anos no Salão Nobre, 2022, 2023, 2024 e 2025, e nessa sessão solene, usavam da palavra os partidos com assento parlamentar na Assembleia Municipal, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e o Presidente da Câmara Municipal. Tivemos eleições em 2025 e temos o primeiro momento de comemorações do 25 de Abril neste mandato em abril de 2026, a mesa da Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, o executivo municipal e o Presidente da Câmara Municipal, entenderam durante estes quatro anos adotar um modelo diferente, nem é melhor, nem é pior, ou melhor, têm todo o direito de achar que ele possa ser pior, como nós temos o direito de achar que ele possa ser melhor, e esse modelo consiste em termos iniciativas fora do Salão Nobre, fora da Câmara Municipal, iniciativas na rua.

Foi por isso que nós fomos ao Jardim moral inaugurar a nova produção que propusemos ao Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso que produzisse e que fosse de alguma forma inaugurada nesse dia, todos os anos. Já agora, definimos desde o ano passado, que todos os anos teremos uma produção diferente e todos os anos, uma instituição diferente será convidada para pensar uma produção para aquele espaço. O ano passado foi o agrupamento de escolas Gonçalo Sampaio, este ano foi o agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, no próximo ano já está definido que será a EPAVE e nos anos seguintes serão instituições diferentes sempre que são convidadas para dar vida aquele espaço, portanto, decidimos no final do hastear da bandeira, dirigir-nos todos e os convidados também, ao Jardim moral da Avenida da República, após esse momento, decidimos também criar um momento na Avenida 25 de Abril, com um orador convidado que nos trouxe, aquilo que nós gostamos de apelidado, que é mesmo isso, uma visão, a sua visão, uma visão diferente daquela que é a visão que nós conhecemos da Póvoa de Lanhoso, e que reconhecemos também uns aos outros, por termos todos os anos também ouvido aquilo que é a posição do Partido Socialista, do Partido Social Democrata, do CDS-PP. Este ano temos um novo partido eleito na Assembleia Municipal, mas durante quatro anos tivemos quatro sessões em que ouvimos a visão e a posição de cada um dos partidos que têm assento na Assembleia Municipal.

A decisão foi tomada, foi primeiro levar as comemorações e as cerimónias comemorativas para o exterior da Câmara Municipal, para o exterior do Salão Nobre. Segundo trazer uma visão diferente, diferenciada, não é necessariamente diferente, é diferenciada, é uma visão de outro alguém que nos traz a sua visão do vinte cinco de abril e que esta nos veio falar sobre as várias formas de liberdade, por exemplo, quem esteve presente pode ouvir aquilo que o escritor Pedro Chagas nos transmitiu no que diz respeito às várias formas de liberdade que o vinte cinco de abril, digamos assim, nos trouxe e implementou desde abril de setenta e quatro. A nossa intenção é durante os próximos três anos, convidar outros três oradores convidados para que nos possam trazer também a sua visão e trazer um contributo que acrescente alguma coisa àquilo que já é a nossa opinião e a visão de cada um de nós sobre o 25 de Abril. Eu acho que o

25 de Abril, mais do que ser comemorado dentro de portas, fora de portas, com pronúncia de partidos ou com pronúncia de convidados, é desde logo uma herança que temos todos o dever de saber interpretar, mas é também, sobretudo nas nossas práticas diárias e no dia-a-dia darmos exemplos de liberdade, de democracia e de respeito. Liberdade, democracia e respeito, concordando ou discordando das decisões que são tomadas, pelo menos termos uma explicação em relação aquilo que estou aqui a fazer e depois concordando ou discordando respeitá-las, que é isso que eu acho que também deve acontecer, não temos de concordar, repito, temos é que respeitar, devemos procurar respeitar as decisões que são tomadas democraticamente por quem está legitimado democraticamente e foi isso que fizemos este ano, não diminuimos em nada, a dignidade das comemorações do 25 de Abril, demos-lhe uma configuração diferente para este mandato, como fizemos em 2022, porque repito que aquilo que a senhora deputada Carla Góis apelidou de modelo adotado durante anos, sim modelo adotado durante quatro anos, os quatro anos do executivo anterior, quem a ouvisse falar podia interpretar que era um modelo adotado durante vinte ou trinta anos. Não, nunca houve sessões solenes. Houve sessões solenes sim, desde abril de 2022, por ideia e por proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Câmara Municipal que este ano dialogaram, refletiram e decidiram um modelo diferente que termino como comecei, tem toda a legitimidade de concordar ou discordar do modelo, ele não é melhor nem pior do que qualquer outro e acho que dignifica o 25 de Abril e as celebrações desta data.

Dito, isto falar-vos um pouco da Braval, bom, sobre a Braval o senhor vereador também vai acrescentar aqui alguns dados, mas, sobre a Braval, dizer-vos que aquilo que nós estamos neste momento, aquilo a que estamos neste momento a assistir, a discussão pública que estamos a assistir, que decorre da lei, e que decorre do pedido de Avaliação de impacte ambiental por parte da Agência Portuguesa de Ambiente, a solicitação da CCDR-N não é, nem mais nem menos do que a consequência daquilo que os órgãos autárquicos já decidiram no mandato anterior. Portanto, para quem cá estava, se bem se recordar, nós tivemos primeiro sessões de trabalho em conjunto e sessões de esclarecimento. Segundo, discutimos o assunto em reunião de Câmara Municipal e em reunião da Assembleia Municipal, e decidimos efetivamente relocalizar o novo Alvéolo por razões objetivas que foram discutidas à data que eu posso aqui relembrar até o principal argumento é que este alvéolo que foi relocalizado licenciado da forma que estava desde final da década de noventa, pressupunha que ele tivesse que ser executado num espaço onde para que fosse criado o alvéolo fosse necessário gastar mais de dois milhões de euros, porque estamos a falar de um espaço com uma configuração granítica expressiva e que pressupunha que fosse gasto muito mais dinheiro do que deveria ser necessário para que fosse aberto um alvéolo, vamos apelidar de normal. Quem estava cá no mandato anterior, sabe perfeitamente que isto foi discutido nestes termos, quem não estava cá estude um pouco o assunto e tento perceber por que razão é que estamos hoje

numa fase de discussão pública e que é o final do processo. O final do processo é precisamente a discussão pública em que as pessoas, se assim o entenderem, podem submeter o seu contributo e ele depois há de ser tido em conta ou não por quem tem essa responsabilidade, portanto, aquilo a que estamos assistir é o final do processo, tendo em conta também que a própria Braval e o Conselho de administração da Braval, assumiu na penúltima Assembleia Geral e reiterou esse compromisso na última Assembleia Geral junto do Presidente da Câmara Municipal, que é simultaneamente Presidente da Assembleia Geral da Braval, o Presidente da Câmara municipal da Póvoa de Lanhoso é sempre e foi sempre, ao longo destes anos, Presidente da Assembleia Geral da Braval.

Está assumido o compromisso por parte do Conselho de Administração que até final deste ano, o alvéolo que está a ser utilizado, estará corrigido do ponto de vista do licenciamento, porque há ali uma diferença de quota que tem que ser corrigida no licenciamento e selado e o nove alvéolo estará já em uso, digamos assim, portanto em funcionamento a ser utilizado. E isso do ponto de vista técnico, faz toda a diferença para que os efeitos que temos sentido, eu diria nos últimos dois, três anos, sejam profundamente atenuados e para que nós voltemos a ter em termos de impactos, os impactos que temos sentido no dia a dia, portanto, os odores que por vezes são mais fortes e que não eram habituais há dez ou vinte anos atrás, normalizem, por assim dizer, isso é aquilo que foi explicado ao presidente da Câmara Municipal várias vezes e o Presidente da Câmara Municipal até já trouxe aqui essa explicação, mas traz aqui novamente essa explicação hoje para esclarecer todos os presentes.

Quanto a questões de monitorização, de contrapartidas, essa é uma discussão antiga, nós vamos monitorizado, na medida também daquilo que são as solicitações que nos vão surgindo e os alertas que nos vão chegando, como é evidente, a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, não tem nenhum papel fiscalizador especial relativamente à atividade da Braval, tem sim um acompanhamento próximo por razões geográficas e territoriais e essa obrigação é evidente e está presente no dia a dia. Nós vamos tendo o acompanhamento e uma presença e um pedido de informação constante, até mesmo por força do trabalho que é feito pelo senhor vereador no dia a dia, para que tínhamos a certeza que a operação é levada a cabo, cumpre as normas e cumpre as regras, que tem de cumprir, aliás, quero acrescentar aqui também que a Braval, desde o ano passado, aprovou um plano de investimento de vários milhões de euros para renovação de equipamentos para renovação de infraestruturas para a renovação de tanques de compensação. O senhor vereador, provavelmente vai falar sobre isso também, são dezoito milhões de euros de investimento, que eu tenho a franca expectativa, e devemos ter todos a expectativa de que melhore a operação e diminua determinados impactos que, por vezes, vão sendo sentidos em momentos muito específicos do ano e que nós queremos e também temos a ambição de ver atenuados.

Relativamente ao PDM e às questões que o deputado Nuno Aguiar colocou, bom, há desde logo uma conclusão a retirar, senhor deputado, vou-lhe dizer isto com um tom benevolente, há uma conclusão a retirar das questões que colocou, é que percebe pouco de revisão do Plano diretor municipal, porque se percebesse meu caro, eu estou ser objetivo, e estou a tentar responder-lhe, tente resistir a essa tentação de interromper constantemente, se compreendesse um pouco a forma como é processada a revisão de um Plano diretor municipal, saberia que é completamente impossível qualquer executivo poder, por exemplo, hoje responder-lhe em que data vai ter lugar uma discussão pública sobre este tema, por uma razão muito simples, por uma razão muito simples, à data de hoje nós estamos a aguardar o agendamento da segunda revisão da Comissão, o agendamento dessa reunião e, sobretudo, a conclusão dessa reunião será determinante para nós percebermos, se temos condições de levar a cabo a discussão pública ainda este ano, e nós temos expectativa, e aqui é a nossa expectativa não são os dados que possamos afiançar, porque não depende só da Câmara municipal. A nossa expectativa é que essa discussão pública, aconteça no período de verão de 2026, no período de verão deste ano.

Ora os senhores, deviam saber que há várias entidades que se pronunciam sobre este processo e os senhores também deveriam saber que a responsabilidade da coordenação deste processo, mais uma vez essa pergunta indicia que não percebem daquilo que estão a falar, é da CCDR-N. É a CCDR-N que faz a coordenação de todo o processo, a Câmara Municipal é uma das entidades que participa e contribui para a elaboração do processo e para o debate que tem a ver com este tema, portanto, meus caros, vocês podem convencer-se que a vossa razão consiste nessas banalidades que vão aí soltando, mas o que é certo, não parece, senhor deputado, o que é certo, é que nós temos vindo ao longo destes anos a trabalhar juntamente com a CCDR-N e juntamente com várias entidades, para que este processo seja o mais célere possível e temos este ano a franca expectativa de termos discussão pública no verão e conclusão do processo até final do ano. Depende exclusivamente da Câmara Municipal? Não, já o disse aqui várias vezes. A Câmara Municipal está empenhadíssima neste processo? Está, e hoje, à data de hoje, estamos precisamente a aguardar o agendamento da reunião da segunda Comissão, esperando nós que ela decorra de forma, a que não haja nenhum obstáculo de maior para que a conclusão dessa segunda reunião da Comissão seja o agendamento, precisamente, do debate público, da revisão do Plano diretor municipal. Portanto, meu caro, as perguntas que colocou são perguntas que não fazem sentido.

Eu acho muito interessante quando estamos a debater o que quer que seja, quem não tem argumentos, começa a rir e começa a interromper, já é habitual, mas de qualquer das formas vocês continuem nesse registo, porque estão muito bem na oposição nesse registo, nós vamos continuar a fazer o nosso trabalho bem feito e da forma reconhecida como se sentiu em outubro de 2025. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Vereador, Gilberto Anjos.

Interveio o Vereador, Gilberto Anjos, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Ora, de facto, o senhor Presidente acabou por fazer aquilo que, no meu ponto de vista, é fundamental quando discutimos todos os temas, mas principalmente quando discutimos o tema da Braval e eu tomei boa nota das perguntas do CDS e do senhor deputado, também, Nuno Aguilar do PSD, as quais o Senhor Presidente, do ponto de vista, respondeu da forma certa que é com honestidade em relação aquilo de que se trata, eu vou comportar então algumas questões, se o senhor Presidente, permitir, que eu acho que eram desnecessários já agora, mas é com honestidade que temos de falar sobre o momento e sobre o tempo que estamos a viver na Braval e sobre aquilo que estamos a discutir neste preciso momento, portanto, parece-me importante também e eu preferia ficar por aí, eu vou dar uma informação e preferia, em relação a este tema, ficar por aí e não me estender muito mais nos comentários, que as questões, que o agravamento, os odores, águas lixiviadas, que aconteceram de uma forma excecional, por condições excecionais no início do ano, mas tem-se vindo a sentir nos últimos anos, de facto, com algum agravamento, temos que o constatar, tem uma razão fundamental, inércia de decisões do passado. Eu preferia que ficássemos por aí, porque se estivermos sempre a apontar para o passado a dizer que, efetivamente há decisões que deveriam ser tomados e que agora, nomeadamente no que diz respeito à reengenharia e alargamento, que estamos agora a discutir e que está agora em discussão pública, se essa questão tivesse sido disputada no passado, não teríamos tido nos últimos anos este problema. E eu gostaria de não me alongar muito mais, mas posso fazê-lo.

E tentar esclarecer as dúvidas dos senhores deputados. Posto isso, isto falando sobre a questão passado, há aqui mais duas questões que tem que ser ditas com honestidade, que é o acompanhamento que a Câmara Municipal deve fazer com rigor, com honestidade, com seriedade em relação a tudo o que envolve o tema da Braval e esse acompanhamento tem sido constante. Aliás, já em fevereiro deste ano, após as ocorrências, a Câmara Municipal pediu reunião com a Braval, onde fez a constatação dos acontecimentos e do agravamento que estava a acontecer de forma excecional e onde saiu até em comunicado, a Câmara municipal oficialmente comunicou um conjunto de compromisso e o tal investimento de dezoito milhões de euros, catorze milhões de euros para ser executado até ao final do ano que a Câmara municipal efetivamente deve e irá acompanhar através do compromisso que temos com a Braval, e da interação e do trabalho que temos desenvolvido com a Braval, nomeadamente no que diz respeito ao processo de construção do novo alvéolo, reengenharia das células em exploração, estação de tratamento das águas lixiviadas, entre outros, portanto são estes

investimentos que acordámos no início do ano e que tivemos oportunidade de comunicar a todos.

E honestidade é falarmos que efetivamente aquilo que estamos a falar neste momento e o tema da Brava é a discussão pública, portanto o que é que a Câmara Municipal fez nesse processo, em que há uma discussão pública, isso também é importante ser frisado. O processo de discussão pública como foi dito há pouco, é a oportunidade, e até foi o senhor deputado Nuno Aguilar que o disse, de todos os povoenses, todos nós, nos pronunciarmos, fazermos uma avaliação, dizer-nos o que é que entendemos sobre esse processo de reengenharia e alargamento. E o que a Câmara Municipal fez como é evidente, sabendo de antemão aquilo que aconteceu e aquilo que foi decidido em 2023, aliás, sem nenhum voto contra na Assembleia Municipal, até com abstenção na Assembleia Municipal, portanto, parece ter aqui não uma unanimidade, mas um entendimento, que efetivamente, não haveria outra solução, sobre essa realocização. Era disso que se trata, não havia alternativa, mesmo assim, optámos por reunir com as juntas de freguesia que, do nosso ponto de vista, são aquelas que são mais afetadas, porque somos todos que passamos todos lá, mas mais afetados diariamente e que afeta, conseqüentemente, as suas populações e, por isso, chamámos e reunimos com a Junta de freguesia de Ferreiros, Covelas, Geraz do Minho e Lanhoso, exatamente faltava-me Lanhoso, trabalho com ele todos os dias, mas faltava-me Lanhoso. Reunimos para quê? Precisamente para disputar o debate. Para dizer senhores Presidentes de junta muito provavelmente vocês já estão a par, alguns já me tinham abordado até sobre a questão, senhores Presidentes, está a discussão pública, achamos que é pertinente as juntas de freguesia fazerem os seus comentários da discussão pública, passar os comentários que vão recebendo no dia a dia das suas populações na discussão pública e, por isso, vimos informar, têm este debate e têm este espaço até ao dia 12 de maio, vimos-lhes entregar a documentação, e dizer-vos como vocês podem fazer essa participação cívica, Junta de Freguesia e entendemos também, chegamos aqui, trocamos um conjunto de opiniões, que poderíamos ir mais além e até gendarmes, uma reunião na Braval para vocês poderem na primeira pessoa como autarcas, Presidentes de junta apresentar desde já, essas reclamações, não invalidando, que os senhores Presidentes de Junta, participarem na discussão pública, e foi isso que ficou combinado e foi isso que já fizemos na passada terça-feira, na passada terça-feira acompanhei os senhores Presidentes de junta a uma reunião à Braval onde tivemos já a possibilidade onde eles tiveram, principalmente, foram eles que tiveram a possibilidade de mostrar o desagrado, que vão ouvindo por parte das suas populações, mostrando como é evidente e quando falo em honestidade tem muito a ver com isso, porque nós muitas vezes utilizamos esse tema nós não estamos a discutir se a Braval vai para Vieira do Minho, vai para Terras de Bouro ou vai para Amares, mas temos que perceber que a população às vezes ouve falar na Braval e fica com essa expectativa. Ficam com essa dúvida se a Braval mais dez anos, porque é que agora vamos manter a Braval no nosso concelho da Póvoa de Lanhoso, até tenho

peessoas que me dizem, já chega, já tivemos, entendemos que faz falta mas já tivemos o lixo durante tantos anos, já chega, mas não é disso que estamos a discutir, não é disso que estamos a discutir e sermos honestos com as pessoas, não é isso que estamos a discutir, porque não há nenhum voto nesse momento, aquilo que se falou e é uma falta de, no meu ponto de vista, é uma falta de respeito para quem nos elegeu desinformarmos as pessoas.

Ao dizer que é isto que estamos a discutir que podemos tirar a Braval daqui, a Braval não vai sair da Póvoa de Lanhoso, estamos a discutir é se o alvéolo vai ficar nesta posição ou naquela, não vai sair agora, não vai sair agora, é disso que se trata. Consequentemente, essa reunião para não me alongar muito mais, senhor Presidente, essa reunião foi interessante, tivemos a possibilidade de trocarmos algumas impressões acerca da monitorização portanto, aquilo que deve ser feito e o estudo do impacto ambiental, fala precisamente de algumas recomendações, de algumas monitorizações, os odores, as águas lixiviadas, como é evidente o estudo de impacto a Braval, a localização da Braval tem um impacto ambiental, como já tinha ao longo dos anos, agora há um plano de mitigação que tem que ser e que irá ser seguramente acompanhado pela Câmara Municipal como tem vindo a ser nos últimos anos, a grande novidade é que há aqui uma abertura total por parte da Braval em, não foi ainda à Assembleia Geral nem ao Conselho de administração, como é evidente, mas que os senhores Presidentes de Junta dessas quatro juntas de Freguesia poderão participar, ter voz ativa e até a acompanhar a própria monitorização, portanto, os dados para receberem pró ativamente, diretamente por parte da gravata, para poderem informar, mais rapidamente as suas populações e fazerem essa própria avaliação nas juntas de freguesia portado, Foi isso que a Câmara Municipal fez no ponto de tivemos à altura de uma questão que é muito sensível e que merece o respeito de todos. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou que a Mesa tinha recebido o pedido de intervenção por parte da Vereadora da oposição, Fátima Alves, e questionou o Presidente da Câmara se autorizava a vereadora a usar da palavra.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu antes de autorizar ou não queria explicar o seguinte, senhor Presidente, nós temos assistido já neste mandato a vários pedidos de palavra dos vereadores da oposição e eu tenho sido sempre condescendente, ao contrário daquilo que aconteceu durante dezasseis anos consecutivos, condescendente, a palavra é condescendente, eu tenho que enquadrar, senhor Presidente, peço desculpa, mas eu tenho que fazer este enquadramento. A palavra é condescendente, porque durante dezasseis anos e nos últimos oito anos desses dezasseis anos, eu fui vereador da oposição, nunca permitiram

aos vereadores da oposição usar da palavra. Nós não somos esse executivo, eu sei que é verdade e o senhor sabe que é verdade, também, nós não somos esse executivo, agora é preciso que compreendamos o seguinte quando um vereador da oposição ou qualquer vereador pede a palavra, o Presidente da Câmara Municipal tem a necessidade e deve aferir da pertinência da intervenção que pretende ser feita, penso que estaremos todos de acordo. Depois de falarmos da Braval e dois membros da Câmara Municipal terem falado da Braval, a senhora vereadora pretende falar sobre o tema Braval eu vou autorizar esta intervenção, mas quero informar todos os presentes e quem nos acompanha a partir de casa que eu tenho o dever de escrutinar as intenções de um vereador quando pretende usar da palavra sob pena de banalizarmos este procedimento e de passar a ser normal os vereadores da oposição pedirem em todas as assembleias municipais para falar, não é, de facto, um procedimento normal.

Os senhores sabem isso, sabem isso muito bem e sabem que eu tenho excepcionalmente, sistematicamente, permitido que os vereadores da oposição falem nas assembleias municipais e não tenho intenção de deixar de o fazer. Aquilo que eu estou a esclarecer é que é importante que nós compreendamos todos a pertinência da intervenção do vereador da oposição, quando pede para usar da palavra, depois de dois membros da Câmara Municipal já o terem feito é disso que eu estou a falar, portanto, que ninguém se surpreenda se em algum momento, eu entender que não é adequado e que não se justifica que um vereador use da palavra, se esse for o meu entendimento.”

Depois, o Presidente da Assembleia, concedeu a palavra à vereadora da oposição, Fátima Alves.

Interveio a vereadora Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em primeiro lugar, pedir-lhe desculpa por me ter levantado, efetivamente, não me tinha dada a palavra, a minha penitência, por isso, ao senhor Presidente não me vou penitenciar pela sua condescendência, porque não entendo que a mesma exista, o que me traz aqui são as palavras do senhor vereador Gilberto Anjos que diz que estamos cá hoje por inércias da decisão do passado, e fala-nos em seriedade, portanto, logo aqui temos duas situações que são completamente antagónicas, e vou concretizar este assunto da Braval, se, se recordam o alargamento começou a ser discutido no início do mandato anterior, na altura e é importante também trazer estas recordações. Na altura, tínhamos um parecer técnico emanado por quatro técnicos do município que nos dizia que era imprescindível termos um estudo de impacto ambiental, situação esta que o Senhor Presidente decidiu ultrapassar. Lembra-se quando falamos calçar os sapatos, um do outro? Isto porquê? Porque efetivamente, nós estamos a falar de uma situação que tem impacto ambiental e que o estudo que nós tínhamos já era de 1998, portanto, passadas décadas, não se vai esperar que as regras ambientais sejam as mesmas.

Portanto, se estamos cá hoje ainda a falar na Brava e no âmbito de uma consulta pública, estamos a fazê-lo, porque o estudo de impacto ambiental só há pouco tempo foi concluído e só por isso foi aberta agora a consulta pública. Esta é que é a realidade dos factos também a realidade dos factos que já relatamos e vem aqui o senhor vereador Gilberto a falar que convocou a Junta de Freguesia de Lanhoso, a Junta de Freguesia de Covelas, a junta de freguesia de Geraz do Minho para uma reunião na Braval, Ferreiros desculpe, mas esquece de uma situação. Houve dois e-mails que os vereadores do Partido Social Democrata remeteram ao executivo relativamente à Ribeira de Riamondes, ribeira esta que também passa pela freguesia da Póvoa de Lanhoso. Pergunto, não há mais freguesias envolvidas, será esta a forma como querem realmente resolver e ter uma atitude fiscalizadora nesta matéria? Presumo que não seja.

O que me trouxe aqui foi efetivamente repor que o estudo de impacte ambiental foi ultrapassado à data pelo senhor Presidente de Câmara contra o parecer técnico que tinha sido emanado pela Câmara Municipal e pelos técnicos do município. Obrigada, Senhor Presidente.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu, novamente, a palavra ao Presidente da Câmara para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, esclarecer o seguinte, aquilo a que se referia o senhor vereador Gilberto Anjos, no que diz respeito à inércia do passado, nada tem que ver com aquilo que a senhora vereadora veio aqui dizer e eu até achava que vinha aqui fazer um ato de penitência em nome do PSD, mas enganei-me. Aquilo a que se estava a referir é tão-somente isto, e tomem boa nota daquilo que eu vou dizer e peçam lá depois os esclarecimentos que quiserem também a quem de direito, este processo que estamos a concluir agora devia ter sido despoletado no mandato entre 2013 e 2017 tomem nota disto, e não foi despoletado nesse mandato, apesar da solicitação do Conselho de Administração da Braval, porque o executivo à data solicitou que o processo fosse levado a cabo depois do processo eleitoral autárquico de 2017, esta é a primeira nota.

Segunda nota, entrámos no mandato, 2017-2021 e o Conselho de Administração da Braval solicitou novamente ao executivo à data que levasse a cabo este processo e que processasse aquilo que estamos agora nós a concretizar e o executivo à data solicitou ao Conselho de Administração da Braval que remetesse para o futuro e para o mandato seguinte, tomem boa nota de tudo aquilo que eu estou a dizer, tomem boa nota de tudo aquilo que eu estou a dizer, porque tudo o que eu estou a dizer é factual e é suscetível de ser confirmado pelo Conselho de Administração da Braval e, portanto, o executivo eleito em 2021 levou com estas duas heranças de dois mandatos consecutivos, em que o processo devia ter sido resolvido e não foi resolvido, portanto, meus senhores, quando

quiserem falar dos assuntos, tenham cuidado com aquilo que vão querer levantar em termos de tema, e informem-se bem para ter a certeza se isto não vai ressaltar para nenhum momento em que vocês tenham responsabilidades, porque, de facto, aquilo que aconteceu foi exatamente isto devia ter sido resolvido entre 2013/2017 e não foi, foi pedido o adiamento, é verdade, senhor Presidente, faça favor de registar este a parte do deputado Luís Artur, porque o deputado Luís Artur gosta de soltar estas banalidade de forma inconsequente. O senhor acha que está na Assembleia Municipal do Porto, mas não está. Portanto, o senhor acha que está na Assembleia Municipal do Porto, mas não está, está na Póvoa de Lanhoso, e o senhor aqui responde por aquilo que disser.

Entre 2013 e 2017, foi pedido o adiamento da Câmara Municipal ao Conselho de Administração da Braval entre 2017-2021 foi novamente pedido o adiamento, sabem o que é que fez o executivo entre 2021 e 2025? Não pediu o adiamento, assumiu responsabilidade, levou a cabo este processo, e está agora a ser concluído um processo que devia estar resolvido há mais de dez anos, meus amigos. E quem tiver dúvidas sobre isto faz favor de interrogar o Conselho de Administração da Braval, que é gente séria, é gente idónea e há de vos dar a resposta que me deu a mim várias vezes sobre este assunto. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira, que evocou a defesa da honra para a sua intervenção.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Portanto, vou-me dirigir ao senhor Presidente da Câmara, eu sei muito bem onde estou, onde fui eleito e porque fui eleito, como cidadão independente nas listas do Partido Social Democrata, eleito na Póvoa de Lanhoso, não estou no Porto, agora sei onde estou e a trabalhar pelos povoenses e pela Póvoa de Lanhoso, agora tenho muita honra em ter sido o líder do Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal do Porto e depois de ter sido membro e quero-lhe dizer uma coisa, tenho mesmo muita honra nisso sabe, eu tenho a medalha de mérito Municipal, grau ouro da cidade do Porto por defender os valores da liberdade do trabalho, são os valores da cidade e, portanto, sinto-me ofendido por dizer que parece que eu estou no Porto, não, quando estive no Porto defendi o Porto e defendi os portuenses, hoje estou na Póvoa de Lanhoso, defendo a Póvoa de Lanhoso, fui eleito pelos povoenses e defendo os povoenses. Mas o meu passado, nunca o renegarei.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador Gilberto Anjos, ainda na fase de resposta por parte da Câmara Municipal.

Interveio o vereador Gilberto Anjos, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Efetivamente fui citado eu há pouco na minha primeira intervenção, optei por dizer que preferia não abordar este assunto, porque, de facto, isso não nos vai resolver o problema que temos pela frente e dizer ou tentar deixar no ar que a Câmara Municipal ou o senhor vereador escolheu quatro juntas de freguesia, poderia ter escolhido outras isso é uma forma que a câmara se quer relacionar, eu também acho que é melhor não abrir esse capítulo porque se não vamos ter que ver como é que a Câmara Municipal se relacionava no passado com as juntas de freguesia e como é que se relaciona agora.

Estamos no mês de abril, no mês da liberdade e temos de ter respeito pela democracia, e querer levantar ou sugerir que, há aí qualquer coisa, escolheram essas quatro juntas de freguesia, porquê? É demasiado óbvio do porquê, é demasiado óbvio que são as freguesias mais afetadas. Não é? Porque, se calhar, não conhece bem o concelho, talvez não sei, mas eu explico-lhe um dia onde é que fica a Braval, porque não percebo, não percebo como é que não assumem, pronto eu nem vou entrar em debate, peço desculpa. É demasiado óbvio o porquê de reunir com essas juntas de freguesia foi, evidentemente, um ato de boa fé e de boa gestão, responsável, portanto, aquilo que eu pretendia dizer também é que nem sequer vale a pena tentar fazer essa colagem, porque é demasiado escandaloso, depois o que sairia daí e dizer a única coisa que efetivamente merece aqui alguma correção no que foi dito pela senhora vereadora Fátima Alves, tem a ver com o estudo de impacto ambiental, efetivamente esperou-se que o estudo de impacto ambiental estivesse cá para discutirmos, para estar em discussão pública e o mesmo foi entregue às Juntas de freguesia, de facto, o estudo de impacto ambiental é algo que não era obrigatório e passou a ser obrigatório e foi por isso que ele foi feito e a senhora vereadora sabe perfeitamente disso, mas dizer-lhe mais uma coisa, e este estudo de impacto ambiental, uma vez que a Braval existe desde, foi fundada em 1996 e está a ser explorada desde 1998, não fez falta a sua atualização até 2021? Parece que não.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes, para a segunda fase de intervenções.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu pensei que depois da conferência de líderes, onde estive a deputada Sandrina, que nós sairíamos daqui, ou pelo menos seria colocada à discussão da assembleia, enfim, a constituição ou a criação de um grupo de trabalho composto por toda a gente para irmos preparando o futuro da Braval, e esse futuro e a Braval deve ser discutido de forma coerente e de forma séria. Eu pensei que era isso que ia acontecer, aquilo que vejo, aquilo a que acabamos aqui de assistir, obriga-me a recorrer aqui a uma cábula

que eu tenho andado a esquematizar ao longo das assembleias e para classificar atitudes, enfim, já falámos em comportamentos em assembleias anteriores, agora vamos falar de atitudes.

Eu vou classificando, gosto de atribuir imagens aos nossos comportamentos, e eu, enfim, criei isto dá para criar uma escada, acontece, enfim, classificando o PSD, acontece que no PSD e na oposição de uma forma geral, mas numa parte num primeiro mandato o PSD e depois, enfim, englobando de alguma forma a oposição toda, só que a escada não sobe, a escada desce, e nós podemos identificar e falamos de um bloqueio no mandato 2021-2025, incoerência já neste mandato, demagogia, e, pasme-se, agora, eu atribuo ao novo degrau que vou encontrando por aqui, farsa política, e é uma farsa aquilo que nós estamos aqui a discutir, porque a Braval, e vou-me cingir nesta fase apenas à Braval, a Braval é uma realidade que existe, a mesma realidade que nós temos hoje existia antes de 2021, existia em 2019, em 2019 em abril, precisamente, foi discutido nesta Assembleia o prolongamento, ou a concessão ou a criação de uma entidade que tutelava a Braval. E essa defesa por parte do PSD nesta Assembleia 30 de abril, nós encontramos expressões como uma máquina que está montada em termos de recolha e tratamento de resíduos sólidos, tem que ter continuidade; a Braval presta um serviço de qualidade; a Braval tem um know-how acumulado; tecnicamente competente, financeiramente relevante para o concelho e é essencial dar continuidade ou garantir a continuidade do serviço de excelência que prestava. Isto foi dito pelo PSD nesta Assembleia em abril de 2019, este assunto não precisava de vir à assembleia em 2019 tinha que vir à assembleia em outubro de 2021 vá se lá saber porquê é que veio em 2019, os povoenses devem pensar porque é que veio em 2019?

A realidade é a mesma, a empresa é a mesma, mudou o PSD, porque é a única coisa que é diferente no meio de todo este processo, a única coisa que é diferente no meio de todo este processo e é inegável é que o executivo passou a ser do Partido Socialista, é a única diferença, o resto é tudo igual e, pasme-se, vamos agora ver quem é que disse estas expressões. A engenheira Fátima Alves, à altura deputada na Assembleia Municipal.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Nuno Aguilar.

Interveio o deputado Nuno Aguilar, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Quero-vos dizer que estou limitado a sete minutos para fazer um conjunto de abordagens umas na sequência daquilo que me foram dizendo e aquilo que foram dizendo para a Assembleia, mas - impercetível (o deputado saiu do púlpito e dirigiu-se à mesa do executivo municipal).

Minhas senhoras e meus senhores, esta assembleia viveu demonstradamente qual é a atenção que este executivo dá ao Plano Diretor Municipal da Terra da Póvoa de Lanhoso,

este executivo, durante mais de quarenta minutos, esteve a abordar o problema da Braval e o problema do aterro sanitário, fazendo tábua rasa de todas as questões que aqui trouxe sobre o PDM, eu e o CDS.

Meus senhores, o PDM é o documento que irá definir o crescimento e a sustentabilidade desta terra nos próximos anos. Vossas excelências, executivo, não fizeram qualquer atenção às questões que nós vos trouxemos. O plano Diretor Municipal está na prática, sem qualquer desenvolvimento. O vosso silêncio é prova disso, e isto é incompreensível na maioria dos assuntos, até porque aquilo que nós verificamos é que há muito do trabalho feito já até 2020 pelo executivo do Avelino Silva que, sim, sim, meus caros, não esqueçam o trabalho que o executivo do Avelino Silva fez, um PDM, não é um documento fechado, é um documento em constante evolução adaptativa é a tradução de uma ambição coletiva e sem megalomanias de cidades ou vilas. E hoje essa ambição não está clara, está demonstradamente esquecida.

Importa por isso, colocar algumas perguntas estruturais que o executivo ainda não respondeu, nem parece que quer responder. Qual o modelo de desenvolvimento que está a ser desenhado? Será que o setor primário será efetivamente defendido e valorizado? Como dignificar a ruralidade do território? A aposta passará pela componente industrial como motor de emprego? Existe uma estratégia clara para a economia e tecnológica? O turismo será estruturado como eixo económico relevante, como enquadrar, por exemplo, o turismo histórico de aventura ou de ambiente? E as nossas tradições, como será tratada a filigrana, o folclore, a música e tantos outros? Serão assumidas como um ativo estratégico ou apenas com uma memória cultural? Que territórios estamos a planear em termos de acessibilidades, onde estão as opções claras para as ligações rodoviárias estruturantes? Que estratégia existe para garantir proximidade à futura via ferroviária de alta velocidade? Que articulação tem este executivo feito, com nomeadamente, os municípios vizinhos de Braga, Guimarães, para o aproveitamento das dinâmicas do Cávado e de Ave enquadáveis no quadrilátero? Caro executivo, um PDM sem estratégia de mobilidade é um PDM incompleto, mas mais grave ainda é a ausência de uma resposta clara às questões demográficas. Como vamos atrair população? Com vamos reter os nossos jovens? Que papel terá o ensino em todos os seus níveis, nesta estratégia? Sem pessoas, não há território e sem economia forte, não há fixação de população, por isso, importa perguntar, não sei se lhes dará atenção, serão mais uma vez esquecidas, mas importa perguntar Que medidas concretas estão previstas para revitalizar o comércio local? Como apoiar e dar continuidade aos exemplos de excelência que temos, por exemplo, na área da restauração? Qual a dinâmica e tipologia para os parques industriais a implementar? Que papel terão as associações comerciais e industriais em todo este assunto? Sem esquecer que o crescimento tem de ser sustentável e sustentado com infraestruturas de apoio adequado.

Senhoras e senhores deputados, um PDM não pode ignorar a dimensão social onde estão as políticas de habitação, nomeadamente a custos controlados? Que

infraestruturas estão previstas para a juventude e para a terceira idade? Num concelho que fica cada vez mais envelhecido. Sem respostas a estas questões não estamos a planear, estamos apenas a reagir.

E, por fim, a um ponto essencial, senhor Presidente e sabedor de toda a vontade e exclusiva vontade. Que conteúdos concretos terão esta revisão do PDM, que projetos estruturais estarão previstos? Megalomanias como aquelas que aparecem no Facebook? Que prioridades territoriais estarão definidas? Que compromissos, que compromissos políticos existem? Já agora, e porque não são conhecidos? Tudo isto é feito na opacidade.

Senhor Presidente, a revisão do PDM tem de deixar de ser um processo técnico opaco e passar a ser um instrumento político claro e participado sendo mobilizador da população. O concelho precisa de uma visão estratégica, senhor Presidente, de uma visão estratégica, não queremos mais conversa, articulação intermunicipal eficaz, valorização cultural do ambiente, da indústria, do comércio, da agricultura, da floresta, e políticas sociais e económicas que garantam fixação da população. Sem isso não haverá o desenvolvimento que todos, todos pretendemos. Haverá apenas naquilo que o senhor sabe fazer tão bem. Termina com uma exigência simples, transparência, calendário e compromisso, relativamente ao PDM.

Relativamente aos assuntos que aqui foram tratados, da Braval, vim cá trazer-vos um conjunto de questões de âmbito concreto na operação do aterro, eu só queria saber qual era o papel do executivo no acompanhamento e fiscalização da exploração do aterro. Fiquei com muitas dúvidas quanto a esse papel. Quanto ao processo de alargamento, está em curso a consulta pública e aquilo que vejo um processo que muitos de nós não teve conhecimento. Eu tive conhecimento por um habitante de Covelas que ia haver uma visita ao aterro sanitário, mas nem sequer a hora, colocaram a data mas não colocaram a hora.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o vereador Paulo Gago, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu só venho dar aqui um ponto de situação relativamente, apenas e só, ao trabalho desenvolvido, e já que ouvi aqui o deputado, engenheiro Nuno Aguilar, dizer que a Câmara Municipal não está a trabalhar na revisão do PDM. Olhe, venho dar aqui o espaço que mediou entre a última Assembleia Municipal de fevereiro e peço desculpa, porque vou ser um bocadinho maçudo, e hoje vou-lhe dizer, vou ler para não me esquecer de nenhuma reunião que fizemos e do trabalho que fizemos.

Nove de março de 2026, reunião de concertação sobre a transposição da Reserva Ecológica Nacional com a CCDR-N; dezassete de março de 2026, sessão de trabalho na

CCDR-N no Porto para agilizar os pontos referidos na reunião de dia nove de março; dezoito de março de 2026, aprovação das cartas, quatro e cinco da Reserva Agrícola Nacional (RAN) estando o processo da RAN fechado; vinte e três de março de 2026, visita ao concelho da CCDR-N para verificação de algumas áreas em que o município está a pedir para passar a edificado; vinte seis de março de 2026, reunião na CCDR-N em Braga, para concertação do Regulamento do PDM; dez de abril de 2026, em que foi convocada pelo executivo, por mim, especialmente, a senhora primeira vereadora do PSD, os senhores líderes parlamentares dos grupos aqui representados na Assembleia Municipal e dos quais o único que compareceu foi o líder do grupo parlamentar do Partido Socialista e também tenho, e para ser correto tenho que dizer aqui uma coisa que houve um lapso dos serviços na convocação por parte do Dr. Rui Rebelo e, por isso mesmo, ele não foi devidamente convocado para essa reunião, mas também esteve presente o elemento eleito representante desta Assembleia Municipal, que é o engenheiro José Faria, nessa reunião; dezasseis de abril de 2026, convoquei uma reunião com todos os presidentes de junta do concelho, reunião com os Presidentes de Junta de Freguesia sobre a revisão do PDM, com enfoque na análise e no ponto de situação à data de hoje; dezassete de abril de 2026, faltaram salvo erro, três freguesias que tiveram o cuidado de me telefonar, que foi Verim, Friande e Ajude, a senhora Presidente de Travassos, e o senhor Presidente Luís Carvalho, o Presidente de Junta de Vilela que posteriormente agendei, já tive reuniões com eles, a única junta de freguesia que não respondeu e que não compareceu foi a Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso, para isso, não sei qual é a importância que a Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso, dá ou não dá ao PDM e à revisão, não compareceu, nem disse que vinha ou que não vinha a essa reunião; em dezassete de abril, foi submetida a proposta de exclusões da REN - Reserva Ecológica Nacional, à CCDR-N através da PCGT - plataforma colaborativa da Gestão Territorial, que acabou de comparecer na reunião de dezasseis de abril de 2026; vinte e dois de abril de 2026, reunião com os presidentes das Juntas de freguesias, aquelas reuniões que não compareceram no dia em que eu os tinha convocado, reuni com o presidente da Junta de Verim, Friande e Ajude, e com o senhor presidente de Junta de Vilela; em vinte e quatro de abril, reunião com a junta de Travassos, como sabem, isto está sempre em atualização a nível de compromissos urbanísticos e agora após a aprovação das exclusões da REN, que é única e exclusivamente o que falta, será convocada a segunda reunião da Comissão consultiva da segunda revisão da Póvoa de Lanhoso para a abertura da discussão pública do mesmo e posteriormente será submetida a proposta final do plano à aprovação da Assembleia Municipal.

Por isso, este executivo tem trabalhado. Sabe quantos atendimentos tivemos até agora? Porque nós trabalhamos para os munícipes, para os povoenses, sabe quantos atendimentos nós fizemos até à data? Cerca de três mil e quinhentos atendimentos pessoais, pessoais, falar com as pessoas, com a população e dar respostas às pessoas. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao período de esclarecimentos e concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Nuno Aguilar.

Interveio o deputado Nuno Aguilar, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente aos esclarecimentos que aqui quero solicitar, são ao vereador Paulo Gago e o vereador Gilberto Anjos, dado que ao senhor Presidente da Câmara Municipal, não posso pedir esclarecimentos, porque ele é o detentor de toda a verdade, e até de toda a justiça na atribuição de palavra ou não aqui aos presentes, mas, senhor Presidente, já uma vez lhe disse que não lhe podia chamar Luís XV ou quem sabe um homem de tão imperatriz opinião, não vamos perder mais tempo com isso.

Gilberto, desculpe-me tratá-lo com esta simplicidade e amizade, relativamente às situações do aterro sanitário, eu não ponho em questão a vontade grande e a necessidade de mantermos ali o aterro sanitário. Digo isto com a coerência de quem em 1992 e 1991, estive com alguns amigos de Lanhoso, na luta contra a instalação do aterro na Serra do Carvalho. Hoje, o aterro está na Serra de Carvalho, tem vários milhões de euros lá investidos e, por isso, vamos ter que dentro das condições ambientalmente aceitáveis, ter a sua exploração por mais dez anos. O prolongamento e o alargamento do aterro iniciou-se no executivo do Avelino Silva, mas aquilo que se passa é que hoje temos que estar atentos, temos que estar atentos à condição da fauna e da flora da Ribeira de Riamondes e é isso que eu lhe peço que esteja com atenção, peço que esteja com atenção aos piezómetros de controlo dos aquíferos, da região geográfica do aterro e que também esteja com atenção a todo o processo de desodorização.

A estação de tratamento de lixiviados é uma infraestrutura que, aparentemente está em muito mau estado, visualizações externas dizem-nos que aquilo está com muito mau estado e, por isso, é necessário ter atenção. Também me dizem que está um forte investimento previsto para todas essas infraestruturas, mas peço ao executivo atenção na fiscalização e na concretização disso.

Relativamente ao PDM, Paulo Gago, o PDM é para mim uma, independentemente, de ter recebido aqui uma lição do senhor Presidente, magnânimo, de que nada sei sobre planeamento, enfim, é o que é, não vou puxar aqui os meus galões de ter estudado algum tempo a área de planeamento, de ser a minha área de formação, não vou falar sobre isso, não lhe vou dizer que estive na base até do Plano Diretor Municipal da Póvoa Lanhoso, não lhe vou dizer isso, e também não lhe vou dizer que a fanfarronice, não pode ser a minha bandeira. Quero-lhe dizer é que o PDM, já fez muitas reuniões, Paulo, o PDM e a equipa do PDM já tem um conjunto de necessidades abordadas com a população, mas o PDM é muito mais do que só auscultar a população. Vejo que há quatro anos atrás veio uma senhora da CCDR a esta assembleia falar sobre o estado

calamitoso em que estava o PDM na altura tinham passado dois anos desde o início do processo. Hoje, desde a vinda dessa senhora da CCDR a esta assembleia passaram-se cinco anos, 150% mais. Isto quer dizer, meu caro, o senhor é muito bom na retórica, mas deixo-lhe que tem que fazer melhor as contas, senhor Presidente, senhor vereador Paulo Gago, promova e intermunicipalidade.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, referiu que em relação à solicitação da validação do senhor Presidente da Câmara quando os vereadores da oposição pedem para usar da palavra, está a ser cumprido o Regimento. E concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para responder aos pedidos de esclarecimentos.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sem prejuízo para a possibilidade de os senhores Vereadores, o senhor devia saber também que, em termos de comunicação institucional num órgão formal, os senhores vereadores, são os vereadores Gilberto Anjos e o vereador Paulo Gago, da mesma forma que se dirigem a si como o deputado Nuno Aguilar, o senhor depois atrapalha-se, eu sei, mas o senhor depois atrapalha-se e começa a tratá-los pelos nomes, senhor Presidente, eu acho que devia impor um bocadinho de rigor na forma como os eleitos se dirigem uns aos outros neste órgão.

Depois queria referir o seguinte. Eu, de facto, de cada vez que o ouço, recupero algumas ideias da forma rudimentar como se fazia política há umas décadas atrás, o senhor é mesmo essa alma primitiva da política povoense que traz aqui essa forma de estar e essa forma de expor os assuntos e essa estratégia muito ultrapassada, nós já fomos e já de lá viemos ao tempo, de colocar cinquenta perguntas, 90% delas sem sentido nenhum, e o senhor sabendo perfeitamente, que não têm sentido nenhum, para tentar desacreditar o trabalho do executivo. Olhe, eu já me habituei ao longo destes anos, eu vou falar de PDM e da Braval atenção, eu já me habituei ao longo destes anos de o ver não ter opinião, o senhor não tem opinião, tem posição. É diferente, posição é quando está do lado da situação tem determinada visão, quando está do lado da oposição, tem outra visão, não tem opinião, tem posição e têm esta incoerência crónica e constante ao longo dos anos, por isso, da minha parte, aquilo que lhe posso dizer é que, de facto, veio aqui uma técnica da CCDR-N há quatro anos e meio atrás, esta interrupção constante, não ajuda a quem quer ser esclarecido, o senhor não quer, o senhor só quer causar entropia, mas há pessoas que querem ser esclarecidas sobre este assunto. Há pouco mais de quatro anos atrás, não foi há cinco, foi há pouco mais de quatro anos atrás, esteve cá uma técnica da CCDR-N por solicitação dos serviços da Câmara Municipal para nos transmitir o ponto de situação relativamente ao trabalho que estava a ser desenvolvido nesse processo. Essa técnica parece-me, até porque só a conheci nesse dia, não a

conhecia antes e se voltei a reunir com ela foi mais uma vez ou outra, essa técnica veio cá transmitir a informação que tinha de forma isenta para nos inteirarmos desse processo em concreto, está em ata, está em ata tudo aquilo que ela disse, portanto, à data, aquilo que nos foi transmitido é que tínhamos motivos para estar preocupados, porque efetivamente o processo de revisão do PDM estava profundamente atrasado. As palavras não são minhas, as palavras não são minhas, eu sei que o senhor não estava cá, andava a fazer outras coisas e muito bem, agora decidiu regressar à política, mas regressa à política tem que estudar os assuntos para não vir dizer que em 2020 havia um trabalho fantástico, que estava a ser desenvolvido pelo executivo municipal, em final de 2021, início de 2022, foi demonstrado e comprovado que isso que o senhor disse, não é verdade, portanto, nós assumimos um processo que estava profundamente atrasado, temos trabalhado nele de forma muito afincada, o número de atendimentos é só uma forma de demonstrar isso, é só um indicador, há muitos outros indicadores, e nós temos efetivamente o objetivo de concluir este processo este ano o senhor pode desacreditar o que quiser, as pessoas lá fora, não querem saber nada disso. As pessoas lá fora, para quem nós estamos a trabalhar, e que têm a expectativa que este executivo resolva problemas que outros não conseguiram resolver ao longo do tempo, e nós estamos empenhados em fazê-lo em relação ao PDM e outras matérias também, as pessoas lá fora querem saber quando é que este processo é concluído, se a expectativa que elas têm relativamente à reclassificação de determinada parcela de terreno pode ou não ser acompanhada.

E já agora eu tenho tido o cuidado, desde o início do mandato anterior, tenho tido o cuidado de elucidar as pessoas relativamente à forma como é processada a revisão do plano diretor municipal, porque também existe uma perceção cronicamente errada na cabeça das pessoas que é a Câmara municipal que determina se determinada parcela de terreno pode ou não passar a ter capacidade construtiva. Todos sabemos que não é assim, a Câmara Municipal pode ter uma posição sobre essa matéria, mas a posição da Câmara Municipal não é vinculativa. Há vinte entidades que se pronunciam sobre cada pedido de revisão de PDM, o pedido de cada município. A Câmara Municipal é uma de vinte entidades, portanto, cabe à Câmara Municipal fazer a defesa dos interesses do concelho e dos municípios? Claro que cabe. Está sob a alçada da Câmara Municipal, a decisão final sobre o pedido de cada município? Não está, não está e é preciso ser honesto em relação a isto, e da mesma forma que foram atendidos três mil e quinhentos municípios com pedidos de revisão do Plano diretor municipal, eu atendi centenas e centenas e centenas de pessoas que me pediam esclarecimentos sobre isto e expliquei-lhes sempre, sempre, sempre, de que forma funciona o pedido de revisão do PDM para que se perceba que a Câmara Municipal, se a expectativa do município for alcançada, a Câmara Municipal não tem todo o mérito por esse resultado, mas se a expectativa do município não for alcançada por alguma razão, a Câmara Municipal não tem toda a responsabilidade pelo facto de não ser atingido aquele objetivo. E nisso é preciso ser

claro, nós temos sido claros, temos informado as pessoas e estamos comprometidos a que este processo seja concluído este ano, e eu continuo a acreditar e acredito mesmo, isso é possível e estamos, como explicou o senhor vereador, até pelos passos que foram dados nos últimos meses, a trabalhar afincadamente nessa matéria. Em relação à Braval, dizer também o seguinte.

É importante explicar que aquilo a que vossas excelências continuam a chamar, aí está a forma rudimentar de comunicar, um aterro sanitário, não é um aterro sanitário, é hoje um Ecoparque, e um Ecoparque tem uma configuração diferente, tem objetivos diferentes, tem objetivos diferentes, tem inclusive do ponto de vista da produção de energia, um impacto diferente e uma utilidade diferente para os territórios. Os senhores também sabem isso, espero eu e, portanto, o Ecoparque da Braval hoje tem uma missão mais completa e bem diferente daquilo que era um simples depósito de resíduos, na década de noventa. Portanto, relativamente à Braval e depois de tudo aquilo que já foi discutido aqui hoje, aquilo que eu acho que é importante as pessoas perceberem que nós estamos na fase de um processo que vai normalizar aquela operação, na fase de um processo que normaliza a operação, que é o mesmo que dizer, que essa para mim é a parte mais importante, sinceramente, que o Alvéolo que está neste momento a ser utilizado, seja licenciado, corrigido no seu licenciamento e selado, e que o novo Alvéolo esteja em funcionamento. É esse o objetivo da Braval, da CCDR-N da Agência Portuguesa Ambiente e o objetivo que se pretende alcançar também com o resultado da avaliação de impacto ambiental e da consulta pública que está a ser levada a cabo. E é verdade que, durante muitos anos, muita gente assobiou para o lado em relação a este assunto. É verdade, é verdade, confirme tudo aquilo que eu disse aqui hoje, já sei que tem sempre muitas dúvidas sobre aquilo que o Presidente da Câmara diz, confirmam aquilo que eu disse aqui hoje, pareçam informação ao conselho de administração da Braval, mas nós estamos a fazer aquilo que outros antes de nós evitaram fazer, desviaram-se de o fazer, nós não nos desviamos de responsabilidade nenhuma, e a prova disso é que estamos aqui no final de um processo que já devia estar terminado há dois mandatos atrás. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador Gilberto Anjos, ainda no período de resposta aos esclarecimentos.

Interveio o vereador, Gilberto Anjos, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“No que diz respeito à questão da Braval, vamos lá ver, o senhor deputado, o engenheiro Nuno Aguilar diz que está preocupado com a atuação, com o acompanhamento que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver, é natural que esteja preocupado, porque eu também estou preocupado. Eu também estou preocupado como é evidente, como vereador responsável pelo Ambiente. Eu estou preocupado com este assunto e outros

assuntos que me tem preocupado mais, todos eles são importantes, mas quando diz está preocupado, nós temos que, e vou dar alguns exemplos disso, no final do mês de janeiro, quando aconteceram aquelas ocorrências excecionais na ribeira de Riamondes no próprio dia, enviamos lá a fiscalização, enviamos lá os nossos serviços técnicos do ambiente, para fazer o reporte, para comunicar à Braval, verificamos o que aconteceu, verificamos que efetivamente, já foram feitas intervenções para que isso não volte a acontecer, ou seja, há um acompanhamento permanente e constante por parte da Câmara Municipal, entendo a sua preocupação, sei que é genuína, mas o nosso empenho também o é e como é evidente, temos agido em conformidade.

E dar uma informação adicional sobre o processo das águas lixiviadas, que o equipamento que está previsto é um equipamento de última geração, será aplicado, será concluído agora e instalado recentemente que prevê até inclusive a reutilização de água, ou seja, em vez de a canalizar, depois, de ser tratada e filtrada para as condutas, portanto, de saneamento será reutilizada para a própria Braval, portanto, estamos a falar num sistema muito avançado que, eu não sou técnico, sou vereador, estou aqui a exercer as minhas funções, tenho o defeito de tentar perceber um bocadinho de tudo, não é? Não gosto de falar de cor, agora, eu não sou técnico, a informação que me foi dada e que me parece claramente fiável, é que vamos ter aqui um equipamento de última geração que nos dá bastantes garantias.

Por último, acerca da preocupação, nós temos que às vezes ser consequentes também, por dizer que estamos preocupados, e eu sei que o estamos, acredito que o estamos, mas depois a seu tempo e no seu momento também temos que o demonstrar, porque eu tenho conhecimento que ainda esta semana foi promovida por parte da Comissão do Ambiente da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso uma visita, uma reunião à Braval e a que os elementos, os deputados do grupo Parlamentar Municipal do PSD não puderam estar e não se fizeram representar. Aquilo que eu quero dizer é que nós depois não temos que vir à Assembleia Municipal, não temos unicamente de vir aqui à Assembleia Municipal, no momento em que temos cá público, no momento em que estamos a ser filmados e mostrar que estamos preocupados, amanhã temos que estar preocupados também e temos que agir em conformidade. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, dirigiu-se ao plenário para esclarecer que, no que respeita ao horário das sessões da Assembleia Municipal em período laboral, que têm sido seguidas as regras, no mandato anterior a articulação era feita com a líder parlamentar do PSD que era quem tinha a maioria na Assembleia, agora é feita em articulação com o líder parlamentar do PS, porque a maioria mudou, contudo tem sido consideradas todas as sugestões/reclamações, e tem existido sessões em horário laboral e sessões em horário pós-laboral, contudo têm sido cumpridas as regras e o Regimento.

E concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira, que solicitou fazer uma interpelação à Mesa.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“No sentido, de que o senhor Presidente tem toda a razão, nós estamos aqui há hora e meia, já ultrapassamos o prazo legal deste ponto da ordem de trabalhos que é de uma hora. E a minha interpelação vai no sentido de me dirigir ao senhor Presidente da Assembleia, porque é o único que tem capacidade para o fazer, dão-lhe essa função tem mesmo que ser revisto o nosso Regimento, porque casos como a Câmara só intervém porque o Regimento diz para intervir, porque a lei não permite a intervenção da Câmara neste período da ordem de trabalhos, este período da ordem de trabalhos, a lei atribui especificando tempo aos grupos municipais e aos Presidentes de Junta, a Câmara não tem que intervir. Por isso é que estamos com uma hora e meia, e fora isto, o Regimento tem que ser mesmo revisto, tem que ser revisto e estou a dar um exemplo. Eu não conheço nenhum regimento, conheço várias Assembleias Municipais e conheço o regimento da Assembleia da República em que o Governo, por exemplo, não tem todo o tempo do mundo para falar, não é? O meu apelo com toda esta interpelação é no sentido que o senhor Presidente, tenha a noção que podemos melhorar muito se revirmos o Regimento.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, agradeceu a interpelação do senhor deputado, esclareceu que a iniciativa para propor a revisão do Regimento também poderá partir do GP do PSD, uma vez que têm cerca de 1/3 dos membros da Assembleia. Deu por terminado o PAOD e passou ao Período de Intervenção dos Presidentes de Junta (PIPJ), concedendo a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso.

Interveio o Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de Lanhoso, Paulo Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Na qualidade de Presidente de Junta da Freguesia da Póvoa Lanhoso, uso da palavra para reforçar o convite que considero de grande relevância para o presente e sobre tudo para o futuro da nossa comunidade. Amanhã a dia um de maio, às dezasseis horas na escola E,B 2 e 3, professor Gonçalo Sampaio, vamos realizar uma sessão pública de esclarecimento sobre a proposta de elevação da nossa Vila da Póvoa de Lanhoso, a cidade. Mais do que uma sessão formal, queremos que seja um momento de partilha para explicar melhor o que está em causa, esclarecer dúvidas e, acima de tudo, ouvir as pessoas.

É importante que todos percebam o que esta proposta significa e tenham oportunidade de dar a sua opinião. Este é um tema que diz respeito a toda a comunidade, vamos ter

convidados que nos ajudarão a enquadrar o processo, mas aquilo que faz mesmo a diferença é a presença das pessoas. Por isso, deixo-vos o apelo, sincero, apareçam, participem, façam ouvir a sua voz. O futuro da nossa terra constrói-se com todos nós.

Só para dar um esclarecimento aqui ao Sr. Vereador Paulo Gago, quem ia estar presente nessa reunião ia ser eu, mas devido também a estes horários de reuniões na hora laboral, muitas vezes, as coisas não acontecem como nós estamos a pensar, mas sou sincero fui eu que fiquei de fazer o telefonema, entretanto não o fiz no dia, mas já estou inteirado do que se passou na reunião.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminado o PIPJ e passou ao período de intervenção das Comissões Permanentes, concedendo a palavra à Presidente da Comissão Permanente de Ambiente e Proteção Civil, Bela Mónica Araújo.

Interveio a Presidente da Comissão Permanente de Ambiente e Proteção Civil, Bela Mónica Araújo, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Na qualidade de Presidente da Comissão Permanente do Ambiente da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, dou nota de que se encontra em consulta pública o projeto de reengenharia e alargamento do aterro da Braval. Uma matéria com relevância ambiental e social para o nosso concelho, pelo que foi tornado público, este projeto prevê uma intervenção de dimensão significativa, com impacto direto na capacidade de deposição de resíduos e na reorganização funcional do aterro existente. O estudo de impacto ambiental identifica aspetos que merecem atenção cuidada, nomeadamente os efeitos sobre os recursos hídricos, a movimentação de terras, a gestão de solos sobrantes e envolvente ecológica.

Ao mesmo tempo, sublinha-se que esta operação poderá prolongar a vida útil do aterro cerca de oito anos, num contexto em que a gestão de resíduos continua a exigir respostas tecnicamente sustentadas e ambientalmente responsáveis. A participação pública nesta fase é essencial, porque permite avaliar com rigor as implicações do projeto e assegurar que todas as decisões são tomadas com transparência, equilíbrio e defesa do interesse público.

Importa por isso que a Assembleia acompanhe este processo com sentido de responsabilidade e com a devida atenção aos interesses da população da Póvoa de Lanhoso. Neste âmbito, informo que, no passado dia 23 de abril de 2026, enviámos um e-mail para a administração da Braval que prontamente se disponibilizou e confirmou uma visita às instalações para o dia 27 de abril de 2026. Nesse sentido, foram convidados para essa reunião via e-mail, todos os membros desta Comissão e para além da visita à Braval, foram convidados para uma reunião via online para analisar o resultado dessa mesma visita para o dia 28 de abril de 2026 às vinte e uma horas. Em resposta a este email, o deputado Vítor Hugo Silva da bancada parlamentar do PSD,

solicitou esclarecimentos sobre como a Presidente obteve a informação de consulta pública e todos os documentos anexos à respetiva consulta que prontamente foi esclarecido quanto à notificação, bem como a disponibilização de toda a documentação necessária por e-mail. O deputado Vítor Hugo Silva da bancada parlamentar social-democrata, frisou ainda a sua indisponibilidade para as duas reuniões e ainda a dar conta que as mesmas deveriam ser sempre em horário pós laboral. No dia 27 de abril de 2026 pelas onze e trinta, a Comissão deslocou-se então às instalações da Braval e a visita decorreu com a presença de o diretor-geral da Braval, Dr. Pedro Machado, Presidente da Comissão Permanente do Ambiente Bela Mónica Pereira Araújo, do grupo parlamentar do Partido Socialista, o deputado Carlos Manuel da Costa Vieira, do grupo parlamentar do Partido Socialista e o deputado Luís Manuel Macieira Novais, do grupo parlamentar do Partido Socialista. Nesta mesma reunião e visita, a Comissão teve oportunidade de ver as atuais instalações e, acima de tudo, a localização do novo Alvéolo e onde a Comissão quis ver esclarecidos dois pontos que considera fundamentais, a proximidade à ribeira de Riamondes e a possibilidade de contaminação da mesma. Foi-nos indicado que, para além do que é obrigatório irão ser acrescentadas quatro bombas de SOS nas lagoas, precisamente no sentido de não existir qualquer tipo de contaminação dos lixiviados. Impacto visual da localização do novo alvéolo, analisámos o local e efetivamente, a localização incide na sua maioria no concelho da Póvoa Lanhoso, mas não tem qualquer impacto visual para os habitantes do concelho. No dia 28 de abril de 2026 pelas vinte e uma horas, foi aberta a reunião para os membros da Comissão permanente, mas a mesma foi fechada quinze minutos depois, por falta de presença dos respetivos membros, sendo que os membros que tinham informado a sua ausência por motivos de junta de freguesia ou Assembleias, foram os seguintes: deputado Carlos Manuel da Costa Vieira da bancada parlamentar socialista, o deputado Luís Manuel Macieira Novais de bancada parlamentar socialista e o deputado Vítor Hugo Silva da bancada parlamentar social-democrata. Os restantes membros não informaram a sua indisponibilidade para a reunião. Por fim, quero deixar uma palavra clara de compromisso, a Comissão Permanente do Ambiente manter-se-á atenta e disponível, acompanhando de forma próxima os trabalhos a realizar no Ecoparque assim como toda a evolução associada a este dossier, de forma a garantir que o concelho é devidamente informado e que os interesses ambientais e municipais continuam a ser defendidos com firmeza e responsabilidade. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Comissão Permanente de Juventude, Desporto, Educação e Responsabilidade Social, Pedro Vale.

Interveio o Presidente da Comissão Permanente de Juventude, Desporto, Educação e Responsabilidade Social, Pedro Vale, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste período de intervenção para as comissões só queria mesmo dar nota, uma nota rápida da atividade da Comissão Permanente da Juventude, Educação, Desporto e Responsabilidade Social e é precisamente aqui por abranger a área da responsabilidade social que a Comissão que se pronuncia relativamente ao regulamento de Gestão do Parque Habitacional da Póvoa de Lanhoso, como tal, foi-nos solicitada pelos serviços uma reunião com a Dra. Fátima Moreira, Vice-Presidente da Câmara Municipal, com a Dra. Cristina Fonseca, da área Social e com o Dr. Pedro Gonçalves do gabinete jurídico, no qual nos foi apresentada, discutida e explicada essa proposta de regulamento de gestão do parque habitacional. À posteriori realizámos uma reunião da nossa Comissão com o objetivo de discutir, também, o documento, recolha de contributos, de ideias para este documento e elaboração do parecer que mais tarde em momento oportuno quando o assunto vier a esta Assembleia, a Comissão voltará a pronunciar-se também sobre esse assunto. É só, muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Comissão Permanente de Trânsito, Toponímia, Urbanismo e Planeamento, Graciano Fernandes.

Interveio o Presidente da Comissão Permanente de Trânsito, Toponímia, Urbanismo e Planeamento, Graciano Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Esta minha intervenção surge na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Trânsito, Toponímia, Urbanismo e Planeamento e venho dar conhecimento do trabalho desenvolvido pela Comissão até ao momento, bem como partilhar alguns desafios identificados e oportunidades, de melhoria futura.

Mas, antes disso, como Presidente desta Comissão e em meu nome pessoal, gostaria de agradecer o empenho, dedicação, qualidade na contribuição e, sobretudo, o espírito de cooperação e camaradagem de todos os elementos que compõem esta Comissão de trabalho, nomeadamente aos deputados, Nuno Aguilar, Luís Carvalho, Romeu Silva, Tiago Silva, Filipe Bastos e Henrique Tinoco. Desde o início do mandato e até ao momento, a Comissão analisou e emitiu pareceres através de quatro relatórios totalizando dezassete pareceres em matérias diferentes relacionadas com mobilidade, estacionamento, ordenamento de território e toponímia.

No primeiro relatório foram emitidos três pareceres relacionados com a criação de lugares de estacionamento para cargas e descargas, atribuição de lugares de estacionamento privativo, sinalização de proibição de estacionamento de veículos pesados; no segundo relatório, foram emitidos cinco pareceres relacionados com análise

de vias estreitas, três processos de atribuição de topónimos, proposta de prolongamento de uma rua; no terceiro relatório foram emitidos também cinco pareceres, colocação do sinal de proibição de estacionamento, três processos de atribuição de novos topónimos e um lugar de estacionamento reservado a pessoas com deficiência; no quarto relatório, foram emitidos quatro parecer um de atribuição de lugares de estacionamento privativo, outro de alteração do traçado de uma travessa, cedência de um arruamento ao domínio público com proposta de atribuição de toponímia, e sinalização de proibição de estacionamento a veículos pesados.

Este conjunto de trabalho demonstra a diversidade e relevância das matérias analisadas pela Comissão que tem impacto direto na organização do território e na qualidade de vida dos munícipes. Da experiência de funcionamento da Comissão resultam alguns desafios que importa assinalar, em primeiro lugar, o elevado volume de pedidos de parecer que nos é dirigido, o que demonstra a importância e a centralidade desta Comissão, mas exige, também, uma maior eficiência e organização processual. Em segundo lugar, a insuficiência de informação técnica que acompanha muitos dos pedidos, dificultando a análise e fundamentação sólida dos pareceres. Por último, importa referir, continua a ser importante reforçar a disponibilização da informação previamente solicitada, sobretudo nas matérias de toponímia e da numeração de polícia, fundamentais para decisões mais céleres e consistentes.

Perante estes desafios, a Comissão identifica uma oportunidade clara de melhoria, a criação de um regulamento orientador que apoie a decisão dos serviços municipais e emissão de pareceres da Comissão. Em suma, o objetivo deste regulamento será poder estabelecer critérios claros, uniformes, nomeadamente nas áreas de cedência de lugares de estacionamento para empresas e particulares, sinalização rodoviária, a atribuição de topónimos e novas ruas. A existência deste instrumento permitirá uma maior transparência, previsibilidade, rapidez de decisão e coerência técnica. Esta medida já foi transmitida de forma informal ao vereador Paulo Gago, titular dos pelouros desta Comissão, que se mostrou desde logo disponível para agendarmos uma reunião de forma a discutirmos estas propostas e ação de melhoria. Esta reunião será agendada brevemente para que possamos otimizar o nosso trabalho com a maior brevidade possível. Assim, esta Comissão continuará empenhada em colaborar com os serviços municipais e com todos os órgãos autárquicos. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o Período de Intervenção das Comissões Permanentes e informou que antes de iniciarem o Período da Ordem do Dia (POD), iriam fazer um intervalo de quinze minutos. Após o intervalo, deu então início ao POD. **Ponto Um: Análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

E informou que a apresentação do ponto seria efetuada através da visualização de um vídeo, conforme tem sido habitual.

Apresentação do Ponto Um através do vídeo:

“O crescimento económico sustentável do concelho assenta numa visão integrada que valoriza a organização a inovação e fortalecimento do tecido empresarial local. No dia dezasseis de março formalizámos um protocolo de cooperação com o polo de inovação em engenharia de polímeros, entidade de referência na área da investigação, desenvolvimento e inovação localizado no Campus de Azurém da Universidade do Minho em Guimarães.

No âmbito da articulação institucional de apoio à competitividade empresarial, também temos vindo a visitar um conjunto de empresas do concelho, juntamente com representantes do IAPMEI.

No que se refere ao gabinete de apoio à empregabilidade, foram realizados vinte e oito atendimentos, dos quais resultaram sete colocações profissionais.

No período em análise, foram apresentadas vinte sete candidaturas ao viver +, das quais resultou a integração de vinte e dois candidatos. A casa da Botica passou a acolher a sede da Associação Empresarial da Póvoa de Lanhoso. No período em análise, demos continuidade ao mercado PVL e a feira de antiguidades e velharias. No âmbito do Bairro Comercial Digital, destacam-se várias iniciativas já concluídas e outras em desenvolvimento, entre as ações finalizadas contam-se a entrada em funcionamento dos bancos inteligentes, a otimização da plataforma Stratify, a produção das placas alusivas aos aderentes do e-Póvoa Market, a instalação da rampa de acesso à casa da Botica e a conclusão da plataforma de gestão de informação e conteúdos omnicanal.

Destacamos a inauguração da extensão do centro de competências da Filigrana CINDOR. No final do mês de fevereiro, passamos a integrar os órgãos sociais da Alma do Fio - Associação de Arte Filigraneira de Portugal.

No âmbito do investimento nas freguesias, foram concretizadas diversas obras de requalificação e melhoria de infraestruturas em vários pontos do concelho, com destaque para intervenções em vias municipais, espaços públicos e equipamentos. Entre as obras concluídas, salientam-se as requalificações de estradas e arruamentos em Covelas, São João de Rei, Sobradelo da Goma e na União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira, bem como a melhoria do Centro Cívico de Campo. Atualmente decorrem várias intervenções, incluindo a requalificação de ruas, construção de habitação, melhorias de segurança rodoviária e reforço de infraestruturas em diferentes freguesias. Paralelamente, avançam projetos estruturantes como a requalificação de equipamentos escolares, desportivos e serviços públicos.

Ao nível do espaço público destaca-se um trabalho contínuo na manutenção urbana, gestão de espaços verdes, reparação em infraestruturas e apoio logístico, contribuindo para a valorização do território e a melhoria das condições de vida da população. No que

toca à via circular, estamos a concluir o projeto do estudo do ruído e do estudo de vibrações solicitados pela Comissão de Avaliação de Impacto Ambiental. Posteriormente, iremos submeter as nossas respostas ao questionado pela Comissão de Acompanhamento da APA.

No âmbito da revisão do PDM, decorreu um conjunto de reuniões e ações de concertação com a CCDR-N ao longo de março e abril, focadas na Reserva Ecológica Nacional, na Reserva Agrícola Nacional e no regulamento do plano. Destaca-se a conclusão do processo da RAN, a verificação de áreas com potencial edificável e a submissão de propostas de exclusões da REN. Paralelamente, foram promovidas reuniões com deputados municipais e presidentes de junta para o ponto de situação desta revisão. Foi ainda assegurada a atualização contínua dos compromissos urbanísticos e do cadastro da rede de água e saneamento. Após aprovação das exclusões da REN, seguir-se-á a fase de discussão pública, culminando com a submissão da proposta final do PDM à Assembleia Municipal.

Encontra-se em fase de consulta pública até ao próximo dia oito de maio, o projeto de Regulamento Municipal de Gestão do Parque Habitacional do Município. Este regulamento representa um passo estruturante na política municipal de habitação. No âmbito do programa 1.º Direito, prosseguem as obras de construção de trinta e oito habitações, em Taíde e a reabilitação de fogos em Oliveira e Garfe. Durante o período em análise, foram realizados atendimentos e visitas domiciliárias na área da habitação, bem como novos atendimentos através do balcão da habitação e energia, reforçando o apoio direto à população.

Continuamos a apostar numa abordagem integrada, colaborativa e de proximidade. Neste sentido, estamos a dar continuidade às atividades previstas no quadro do CLDS 5 G Lanhoso, desenvolvendo iniciativas que promovem a inclusão, a participação comunitária e a dinamização social económica do nosso território, desempenhando um papel central no diagnóstico e no acompanhamento multidimensional dos agregados em situação de vulnerabilidade, o NLI manteve a sua atividade, tendo sido realizadas sete reuniões quinzenais com as entidades parceiras que compõem este grupo de trabalho, com a assinatura de doze contratos de inserção.

Destaca-se ainda o trabalho desenvolvido pelo serviço de atendimento e acompanhamento social, no período em análise, foram realizados cerca de duzentos e cinco atendimentos a famílias, bem como diversas ações de acompanhamento. No domínio dos apoios sociais, o município continuou a assegurar um conjunto de mecanismos essenciais para a melhoria das condições de vida dos munícipes, mas com apoio ao arrendamento, apoio ao empréstimo e tarifário social. A quinze de abril, promovemos a loja aberta, uma iniciativa especial de economia circular. No que se refere ao apoio alimentar, foram distribuídos noventa e seis cabazes que beneficiaram duzentas e sessenta e três pessoas.

Nota ainda para dar conta que a Póvoa de Lanhoso foi distinguida com o galardão de autarquia voluntária, um prémio que reconhece publicamente os trabalhos das autarquias na promoção do voluntariado. Assumindo a saúde como um direito fundamental e promovendo uma política local centrada na proximidade e cuidado e melhoria contínua dos cuidados, desenvolvemos diversas ações neste domínio, realizamos cento e três sessões de intervenção psicológica, demos continuidade ao programa diabetes em movimento e à iniciativa fala-me disso.

No âmbito da proteção social é de sublinhar ainda o apoio ao medicamento. Recebemos a visita de um grupo de estudantes dos Países Baixos e os respetivos docentes, no âmbito do projeto Erasmus +, promovido pelo Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio. No presente ano letivo, demos continuidade à oferta dos cadernos de fichas que abrange todos os alunos do primeiro ciclo. A área da nutrição e educação alimentar registou igualmente um conjunto de ações relevantes com o objetivo de promover a saúde e a qualidade de segurança alimentares. Foi implementado o projeto educação alimentar, a horta das cores nas atividades de apoio à família da escola António Lopes. No que concerne às bolsas de estudo para o ano letivo 2025/2026 foram atribuídas oitenta e uma bolsas de estudo ao ensino secundário e cento e quarenta e duas ao ensino superior.

A intervenção nos estabelecimentos de ensino manteve-se constante com o município a assegurar a articulação necessária para a resolução de problemas reportados pelas escolas e IPSS's. A gestão da plataforma SIGA e do cartão escolar municipal continuou a ser uma tarefa diária. Neste segundo período do ano letivo, os serviços do município têm vindo a assumir a dinamização do prolongamento do horário da Escola Básica do Cávado. No âmbito do programa cidade amiga das crianças, o município submeteu à Unicef, a estratégia local de 2024/2027 e o plano de ação anual de 2025.

No âmbito do Programa Intermunicipal de promoção de sucesso escolar PovoARTEduca destacam-se os trilhos de empatia, laboratórios de expressão artística, residências artísticas e o arte screen teens. A estas atividades e ações junta-se a continuidade de outros projetos educativos em implementação no presente ano letivo, como a plataforma + cidadania, Hypatiamat, Ubuntu, Tabu e um, dois, três, vamos brincar outra vez. Ao nível do desporto, destacamos, no âmbito das festas concelhias, a corrida de São José 2026. Participamos no VII Fórum distrital de futebol, organizado pela Associação de Futebol de Braga. A Póvoa de Lanhoso reafirmou o seu compromisso com a valorização e promoção do desporto e com a cooperação distrital, procurando soluções conjuntas que contribuam para a ética e o crescimento das modalidades no concelho.

Demos continuidade ao programa NaturaLanhoso, no mês de março foram entregues vouchers que abrangem cento e vinte e oito crianças do concelho, o que representa um apoio global às famílias povoenses no valor de oitenta e seis mil e trezentos euros. Através do gabinete de apoio à parentalidade, encontra-se em curso mais uma ação de formação parental, "Mais Família Mais Jovem" na Escola Básica do Ave em Taíde.

Referência ainda para a intervenção do gabinete de apoio à parentalidade no aconselhamento individualizado de pais e mães. No serviço para a promoção da igualdade de género e oportunidades, foram promovidas diversas ações sobre violência nas relações de namoro, igualdade de género, interculturalidade, orientação sexual, identidade de género. Foi promovido o encontro intergeracional entre os estudantes do curso Profissional de Saúde da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso e os utentes do Centro de Convívio de Lanhoso. Foi dada continuidade ao projeto AmpliArte, bem como o projeto Igualdade, cidadania e direitos humanos. Já o centro local de apoio à integração de migrantes continuam a ser uma resposta privilegiada de atendimentos. Desde o início do ano, foram realizados quarenta e cinco atendimentos assim como emitidos quatro certificados de Registo de Cidadão da União Europeia.

Ao nível da juventude e fruto de um novo ciclo, foi desenvolvida uma nova dinâmica no âmbito das Festas de São José, designada juventude participa. O programa OTL, ocupação de tempos livres, dinamizado pelo município e por uma rede local de doze parceiros, realizou-se entre trinta de março e dez de abril. Assinalamos o Dia Mundial da Arte no espaço jovem com a I edição do ECOARTE FEST, um evento promovido pela associação ECOA - encontros criativos com arte, que contou com o apoio da autarquia. A partir da equipa de espaço jovem continua a ser desenvolvido o Juventude em Movimento. Realizou-se mais uma edição da Assembleia Municipal jovem.

No período em análise deu-se continuidade ao trabalho diário levado a cabo nos dezasseis centros de convívio, atualmente em funcionamento no nosso território, abrangendo cerca de quatrocentos idosos. Destacamos o almoço comemorativo do Dia Internacional da Mulher, a construção dos Arcos de Páscoa que deram origem a uma exposição patente no Jardim António Lopes. A participação da I etapa da Liga Bócia Sénior Inatel, a participação da iniciativa Laço Verde, o passeio a Ponte de Lima e a participação na comemoração do Dia Mundial da Atividade Física e do 25 de Abril.

De forma paralela e complementar, continuamos a apoiar o trabalho do Provedor do Idoso. Ao longo destes meses o projeto bem me quer, através da equipa aproximar, continuou o seu acompanhamento em contexto domiciliário e continuou a entrega dos dispositivos de teleassistência, bem como a intervenção nos centros de convívio. No que respeita à teleassistência, já foram entregues vinte cinco dispositivos. Neste trimestre, foram sinalizados doze novos casos para a equipa aproximar, tendo já sido realizadas as avaliações iniciais. Nesse sentido, a equipa acompanha atualmente setenta e oito pessoas idosas em contexto domiciliário, incluindo aquelas que beneficiam do dispositivo de teleassistência. O projeto Radar Social consolidou-se como uma ferramenta essencial, identificação e encaminhamento de pessoas, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a prevenção da pobreza e da exclusão social.

No período em análise, destacam-se a realização de visitas domiciliárias às pessoas sinalizadas e a respetiva avaliação e encaminhamento de casos. Concluímos a IV edição da Semana Municipal da Proteção Civil com a realização do seminário subordinado ao

tema o papel os serviços municipais de Proteção Civil na sociedade. Este encontro reuniu especialistas, técnicos e decisores para refletir sobre como a inovação e a atuação ao nível local são as peças fundamentais na salvaguarda de pessoas e bens. Materializando a solidariedade em ações concretas, encetámos contactos com as juntas de freguesia e uniões de freguesia do concelho, no sentido de mobilizar em apoio para chegar às populações afetadas pela tempestade Kristen. Desta articulação resultou a doação de mais de sete mil telhas, às quais se juntaram as também oferecidas pelo próprio município. Em colaboração com a Brigada de Sapadores Florestais da Comunidade Intermunicipal do Ave, foram executados trabalhos de gestão de combustíveis em locais estratégicos do concelho com vista à prevenção de incêndios. Mantemos o acompanhamento e a articulação com a Autoridade de Transportes da Comunidade Intermunicipal do Ave, no âmbito da manutenção e gestão do serviço de transporte público rodoviário.

A proteção do meio ambiente assume um papel determinante na qualidade de vida das comunidades e no desenvolvimento equilibrado e sustentável dos territórios. Nesse sentido é preocupação a adoção transversal de práticas amigas do ambiente nas áreas sob gestão e intervenção da autarquia. Reunimos nos Paços do Concelho com o Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, engenheiro Pimenta Machado, esta entidade é essencial para a viabilização de projetos estruturantes e foram alinhadas prioridades e caminhos para o futuro do concelho. No âmbito do projeto de recolha de biorresíduos, contamos com mil oitocentas e oitenta e nove adesões. Para este ano está previsto um alargamento do serviço num total de três mil e trinta e sete habitações. Promovemos a II edição de Março Verde com plantação de mil e quinhentas espécies autóctones num terreno baldio com dois hectares cedido pela Junta de Freguesia de Covelas. Através do Centro de interpretação do Carvalho de Calvos, foi possível envolver mil oitocentas e cinquenta e três pessoas nas diferentes atividades dinamizadas.

Durante o período em análise, foram realizadas diversas intervenções no âmbito da água e saneamento, com foco na qualidade, universalidade e sustentabilidade dos serviços. Destacam-se a execução e requalificação de redes e ramais de abastecimento de água em várias ruas em Sobradelo da Goma e da Póvoa de Lanhoso, bem como a expansão e melhoria das redes de saneamento em Campo, incluindo diversas intervenções conjuntas na água e saneamento. Foram ainda executados ramais dispersos por todo o concelho, assegurando maior cobertura e eficiência dos serviços. Paralelamente, realizaram-se trabalhos de manutenção e conservação, nomeadamente a reparação e desobstrução de infraestruturas de drenagem, saneamento, assim como a manutenção das ETAR's de Monsul e de Águas Santas e Moure. Encontra-se já na fase final, a construção do centro de recolha oficial de animais.

Continuamos a reforçar a marca Póvoa de Lanhoso, através da presença em eventos de referência e da dinamização de ações coletivas. Com o objetivo de promover o património histórico e arqueológico do concelho, associamo-nos às comemorações do

Dia Internacional dos Monumentos e Sítios. Apresentamos publicamente o projeto de intervenção no Santuário rupestre de Garfe, detalhando as futuras atividades e as medidas de conservação e valorização previstas.

Assinalamos a conclusão da XXI edição do concurso nacional de teatro Rui de Carvalho, o concerto da Escola de Música Gold Arte, o concerto de Ricardo Reis Soares e a apresentação da peça o ensaio de André Tecedeiro pela Associação Teatro à Sexta. Na galeria do Theatro Club, a exposição de pintura José Augusto Távora esteve patente até dezassete de abril.

Assinalamos a semana da leitura nos dias vinte cinco e vinte seis de março, a peça de teatro quando a revolução é obrigatória e a marcha da Leitura foram as propostas. A Casa do Livro continuou a dinamizar atividades destinadas a incutir o gosto pelo livro desde tenra idade. No âmbito da rede intermunicipal das Bibliotecas do Ave destacamos a participação em dois projetos o convence-me, festa da leitura do Ave, e às voltas na rende. Demos início aos fins de semana gastronómicos, dando está com cabrito a são José e a vitela assada. Promovemos as festas concelhias em honra de São José de treze a vinte e dois de março, com atividades de cariz religioso e propostas de cariz tradicional, histórico, musical e gastronómico.

O principal cartaz turístico concelho e com inegável relevância para a economia local, as festas de são José apresentaram propostas diversificadas e de qualidade, procurando satisfazer povoenses e visitantes. No que se refere à presença em eventos de referência, participamos na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa e na Agro Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação. No Dia onze de abril, um grupo de setenta participantes começou a peregrinação por etapas do caminho português de Santiago Lion de Rosmithal , com a ligação entre a Ponte Rodoviária de Barca D'Alva e Freixo de Espada à Cinta. Inauguramos a sinalética direcional ao longo do percurso que passa pelo território da Póvoa de Lanhoso, promovemos a bênção das mochilas na Igreja românica de Fontarcada, reunimos nos Paços de Concelho com o Presidente do Turismo do Porto e Norte de Portugal, Luís Pedro Martins. O Turismo Porto e Norte de Portugal tem sido um parceiro muito importante para o município. Obtivemos a garantia que em dois mil e vinte seis, o turismo Porto e Norte de Portugal estará mais envolvido com as nossas dinâmicas e acompanhará de forma mais presente alguns eventos que pretendemos que tenham continuidade. No período em análise, foram submetidos seiscentos e sessenta e um processos através da plataforma de serviços online e disponibilizados mais nove formulários.

Neste momento, já são disponibilizados cento e vinte formulários. Foi submetido a reunião do órgão executivo municipal o início do procedimento de revisão do regulamento de ocupação do espaço público e afixação de publicidade, o regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, o regulamento de atividade de transporte de aluguer em veículos ligeiros de passageiros e o regulamento municipal da área de serviço de autocaravanas.

No que toca aos recursos humanos, assinalamos o Dia Internacional da Mulher ao desafiar os colaboradores da Câmara Municipal executarem uma tela alusiva ao tema. Através da Academia de Voluntariado, também foi possível participar na iniciativa Março Verde. Com o objetivo de abrir as portas aos mais novos, desmistificar o quotidiano profissional dos pais e das mães e fortalecer os laços entre a vida familiar e laboral, a Associação de funcionários e a autarquia promoveram em parceria, a iniciativa "Take Your Child to Work Day". O Município da Póvoa de Lanhoso foi ainda distinguido como capital da felicidade. No dia vinte seis de março foi erguido o Arco de Páscoa nos Paços do Concelho, construído por colaboradores do município da Póvoa de Lanhoso, numa iniciativa da Câmara Municipal e da Associação de Funcionários.

Já no domingo de Páscoa, mantivemos a tradicional receção nos Paços do Concelho às Cruzes pascais da paróquia de Nossa Senhora do Amparo. No dia nove de abril, associamos à comissão dos Antigos Combatentes de Guerra para assinalar o Dia do Antigo Combatente. Comemoramos ainda a revolução do 25 de abril.

A execução orçamental da receita ascende a treze milhões, seiscentos e quarenta e dois mil setecentos e onze euros e trinta e cinco cêntimos, o que corresponde a 26.9% do orçamento.

Relativamente aos valores ainda a receber, registam-se duzentos e sessenta e sete mil e trinta e sete euros e oitenta e seis cêntimos em participações comunitárias e oitocentos e doze mil e setenta e nove euros e oitenta e quatro cêntimos em outras receitas, perfazendo o total de um milhão setenta e nove mil cento e dezassete euros e setenta cêntimos.

No que diz respeito à despesa, a execução orçamental é de nove milhões, sessenta e oito mil e noventa e nove euros e noventa e sete cêntimos, equivalente a 14.97% do orçamento.

O total da dívida situa-se nos dez milhões, quinhentos e trinta e nove mil setecentos e noventa e sete euros e noventa e nove cêntimos e até ao dia trinta e um de março, não se verificavam pagamentos em atraso."

Após a visualização do vídeo de apresentação, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no seu da palavra referiu:

"O documento que hoje analisamos revela uma autarquia com atividade em várias áreas, no entanto, importa dizê-lo com clareza, quantidade de iniciativas não é sinónimo de resultados.

Na área do emprego são apresentados vinte e oito atendimentos e sete colocações. São números que merecem reflexão séria, porque importa perceber o impacto real das medidas implementadas e a sua capacidade de respostas à necessidade do concelho.

Na área social registam-se mais de duzentos atendimentos e apoio alimentar a várias dezenas de famílias. Estes dados mostram que muitas dificuldades persistem e que continua a ser necessário reforçar respostas estruturais e não apenas emergenciais.

Na habitação, os projetos continuam em execução, mas sem a vivência clara de que se estejam a acompanhar a dimensão das necessidades existentes no concelho. O que este documento revela é uma autarquia que faz, mas onde nem sempre é claro o resultado do que é feito. Falta uma ligação mais evidente entre a ação desenvolvida e o impacto concreto na vida dos povoenses.

Mas há matérias estruturantes onde o silêncio também preocupa. Relativamente à via circular, projeto de grande dimensão e há muito anunciado, encontramos apenas breves referências ao estudo do ruído e ao estudo de vibrações. E a pergunta impõe-se. Quando prevê o executivo o início efetivo da obra?

Relativamente a este assunto que eu vou falar agora, o senhor Presidente, já respondeu, mas volto a frisar, relativamente ao PDM, talvez da questão mais decisiva sobre o futuro do concelho, o desenvolvimento económico, a habitação, o investimento e o ordenamento dependem em grande medida desta ferramenta essencial, por isso, perguntamos diretamente, quando terá finalmente a Póvoa de Lanhoso o PDM aprovado? Esta questão o senhor, já disse que é impossível dizer a data.

E no capítulo da proteção Ambiental, estranhámos não encontrar referência à Braval neste documento, tema relevante para o concelho e que merece acompanhamento transparente.

Senhoras e Senhores deputados, o CDS entende que é necessário reforçar a avaliação das políticas públicas, definir prioridades mais claras e garantir que os recursos municipais são aplicados, onde fazem maior diferença. Não se trata de fazer mais, trata-se de fazer melhor com resultados concretos e visíveis. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sandrina Fortes.

Interveio a deputada Sandrina Fortes, cumprimentou novamente todos os presentes e no seu da palavra referiu:

“No âmbito do ponto um, importa fazer uma leitura política e responsável do relatório de atividade do município e da sua situação financeira. O documento apresentado é extenso e evidencia múltiplas iniciativas em diversas áreas, o que deve ser reconhecido.

O número de iniciativas por si só, não permite aferir a sua relevância nem o impacto que tem na vida das pessoas. Importa perceber se existe uma estratégia clara, se as prioridades estão bem definidas e, sobretudo, se os resultados das políticas públicas estão a ser avaliados.

Em matérias estruturantes para o futuro do concelho, como o ambiente e o ordenamento do território, torna-se essencial ir além das respostas imediatas, no

domínio da gestão de resíduos, por exemplo, trata-se de uma matéria amplamente reconhecida como sensível e relevante como podemos observar aqui hoje, mais do que soluções transitórias, importa refletir desde já, sobre estratégias de médio e longo prazo que evitem que respostas hoje pensadas para um determinado contexto, se transformem em opções permanentes. Pela sua natureza, é um tema que justifica, também, uma reflexão.

Passo aqui a proposta, e proponho então uma posição institucional da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, designadamente nos mecanismos que temos agora até doze de maio na participação pública se encontram agora então em curso, tal e qual, como o senhor deputado disse nós na conferência de líderes, a nossa bancada pediu a inclusão do ponto da Braval, não foi aceite, muito bem, mas foi claramente discutido que teríamos uma posição conjunta, mas teríamos aqui de discutir e ouvir aqui o executivo sobre este tema, fica o desafio.

Relativamente à atividade, ainda antes, ao planeamento territorial e ao PDM. Estamos a falar de um instrumento que molda o território, condiciona decisões por décadas, é precisamente por isso que a participação pública, a transparência de informação não podem ser apenas formais, mas efetivas, garantindo que os eleitos locais e os cidadãos compreendem verdadeiramente as opções em causa e as suas consequências. Relativamente à atividade municipal em geral, considero fundamental evoluir para uma abordagem mais orientada por dados e por avaliação de impacto, quando se implementa um projeto ou uma iniciativa, como é que sabemos se resulta? Que indicadores são usados? Como decidimos manter, ajustar ou terminar, uma política pública? Sem mecanismos claros de avaliação, o risco é perpetuar ações sem perceber o efeito real. Aquilo que eu quero dizer é que, por vezes, tomamos medidas achando que é o melhor do mundo, mas talvez com dados, georreferenciação, algo mais evoluído, possamos tomar através desses dados, as medidas corretas. Não quer dizer que as que estão em prática não são corretas, mas qual a avaliação? Quando lemos o relatório, e muito extenso que ele é tem uma quantidade enorme, e como eu disse são reconhecidas essas ações, mas falta-nos aqui a parte da avaliação.

Em síntese, o que entendemos ser essencial é o plenamente com visão estratégica, transparência efetiva e políticas centradas nas pessoas. É nesse quadro que o relatório deve ser lido e também é nesse quadro que se justifica o esclarecimento aqui de algumas matérias. Não poderia deixar de falar também numa preocupação com a execução dos fundos comunitários. Estes instrumentos são uma oportunidade, não há dúvida nenhuma sobre isso, mas também implicam responsabilidade, prazos rigorosos e capacidade efetiva de execução. Importa perceber, existe aqui planeamento suficiente para garantir que os projetos são concluídos, em tempo útil? Quais as consequências? Caso isto não aconteça, e se estão previstos alguns planos alternativos para que salvaguardem este interesse público? Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lanhoso, Luís Novais, em representação do GP do PS.

Interveio o deputado Luís Novais, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A informação submetida à apreciação desta Assembleia Municipal traduz um período de atividade autárquica particularmente vasto e diversificado, abrangendo áreas tão relevantes como o desenvolvimento económico, a habitação, ação social, a educação, a saúde, a juventude, o desporto, o ambiente e a valorização do território.

Em primeiro lugar, importa reconhecer o esforço de intervenção e a dinâmica demonstrada pelo município em vários domínios de governação. O documento evidencia uma forte presença no terreno, uma preocupação com proximidade às populações e uma intervenção que procura responder a diferentes necessidades do concelho.

Destaca-se, em particular, a aposta em áreas estruturantes como o apoio às famílias, a promoção da coesão social, a qualificação do território, a valorização do comércio local, a habitação e a educação, são matérias centrais para a qualidade de vida dos munícipes e para o desenvolvimento equilibrado do concelho.

Do ponto de vista global, o documento apresentado demonstra uma autarquia com capacidade de iniciativa e com atividade muito significativa. É o que me cumpre informar. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Respondendo por ordem, pela ordem de intervenções, relativamente ao número de atendimentos e ao número de colocações do gabinete de apoio à empregabilidade, isso tem a ver necessariamente com as dinâmicas territoriais, com as necessidades das pessoas que nos procuram, por outro lado, com as ofertas que possam existir no mercado, portanto, nem todos os atendimentos correspondem a uma colocação, depende muito como dizia, das dinâmicas da economia, da necessidade das empresas, das instituições e, portanto, nós temos vindo a desenvolver um trabalho nesta área, que eu acho que é assinalável, e é tão assinalável, que repare que desde 2022 a esta parte é que começámos a falar de atendimentos e colocações, o gabinete de apoio à empregabilidade, simplesmente não existia, era um serviço que não existia, passou a ser disponibilizado pelo município desde o início do mandato anterior e já fizemos muitas dezenas de colocações ao longo destes anos, e tem feito um excelente trabalho, se há

momentos em que a dinâmica é inferior é porque as pessoas procuram menos e provavelmente necessitam menos. Poderemos ter períodos em que isso seja diferente, oxalá que não, porque se for diferente, será por más razões, talvez, mas nesta área é isto que me apraz informar.

Em relação à habitação, e aproveito também para responder parcialmente à deputada Sandrina forte sobre este tema. Nós temos, neste momento em curso um investimento significativo no lugar do Bobeiro, na freguesia de Fontarcada e lançámos recentemente também, está a decorrer um concurso relativamente à freguesia de Monsul e à habitação pública que vai ser construída na freguesia de Monsul e que visa precisamente, contribuir para o aumento da oferta. Quando me pergunta se acompanha as necessidades do concelho, necessariamente o nosso trabalho nesta área nunca acompanhará as necessidades do concelho, como não acontece em nenhum concelho do país, portanto, o nosso objetivo é que, nesta área consigamos ter uma bolsa de habitação que seja gerida diretamente pela Câmara Municipal e esse é o objetivo que vai ser alcançado, e sim responder à senhora deputada Sandrina Fortes sobre esta área e sobre a questão da execução dos fundos comunitários, nós estamos até à data que é conhecida e está formalmente estabelecida entre as entidades a fazer o máximo possível para termos o máximo possível de execução também, porque isso pressupõe que seja absorvido o máximo de investimento ou de financiamento melhor dizendo do PRR. Evidentemente, que todos estamos na expectativa de perceber qual será a solução que vai ser configurada entre o Governo, as autarquias, as instituições, porque há muitos investimentos do PRR que estão neste momento a ser assegurados por instituições e vão ter que ter alguma solução. O próprio primeiro-ministro recentemente teve uma declaração pública sobre essa matéria e acredito que o Governo terá já um plano alternativo para poder apresentar a todos aqueles que são hoje beneficiários de investimento PRR e que poderão precisar de dar continuidade a esse investimento, não com fundos PRR, mas com fundos que hoje são ainda uma incógnita e que teremos oportunidade de perceber melhor à medida que nos fomos aproximando do final desse prazo.

Queria também responder relativamente ao tema da via circular urbana, dizendo que é exatamente isso. Nós estamos neste momento a desenvolver o estudo do ruído, e o estudo de vibração, que foi uma exigência que nos foi apresentada, vamos concluí-lo, vamos apresenta-lo, vamos acoplá-lo, digamos assim, ao resto do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, porque o nosso objetivo, neste momento, é terminar o projeto para que ele possa ser submetido às infraestruturas Portugal, a partir desse momento, aguardaremos pela aprovação da IP e a partir do momento que esteja aprovado pela IP o projeto que nós estamos a desenvolver aí sim, entraremos numa fase em que poderemos começar a discutir como e quando será lançado o concurso público e como e quando será iniciada a obra. Necessariamente todos sabemos, já o disse várias vezes e vou dizê-lo hoje aqui mais uma vez, todos sabemos que, a partir do momento em que o

projeto esteja aprovado pela IP, é necessário que o Governo faça a sua parte no que diz respeito ao financiamento dos 85% que estão acordados entre o município e as Infraestruturas de Portugal, sendo certo que as infraestruturas de Portugal já desde março de 2024, tem no seu plano de atividades e orçamento o valor necessário para cobrir, tem previsto, no plano de atividades e orçamento, planeado o valor necessário para cobrir esta necessidade em termos de financiamento. Evidentemente que a IP conta, como parece evidente também para todos nós, com a necessidade de ter o Orçamento de Estado a financiar este investimento.

Aliás, já agora também importa dizer, que os três titulares da pasta com quem me relacionei durante este quatro anos e meio, Pedro Nuno Santos, numa primeira fase, João Galamba, numa segunda fase e Miguel Pinto Luz numa terceira fase, todos eles reiteraram o compromisso e deram a sua palavra de fazer o necessário, portanto, o atual ministro da tutela também reiterou esse compromisso numa reunião que tivemos durante o ano dois mil e vinte cinco, na certeza que precisa, em primeiro lugar, de ter o projeto aprovado pelas Infraestruturas de Portugal e depois fazer aquilo que, de facto, se comprometeu com o Presidente da Câmara da Póvoa de Lanhoso, que é assegurar que o Orçamento de Estado cobrar essa necessidade no Orçamento das Infraestruturas de Portugal, foi a palavra que me deu o senhor ministro, e eu não tenho nenhuma razão para duvidar dessa palavra.

Sobre o tema do PDM eu já lhe respondi. Relativamente à intervenção da senhora deputada Sandrina fortes, portanto, nós temos, de facto, como expliquei vários investimentos em curso e vários processos que estão a ser desenvolvidos, vamos, por exemplo, falando de fundos comunitários, vamos, por exemplo, iniciar muito brevemente o projeto centralidades na freguesia de Taíde, vamos iniciar também muito brevemente a requalificação do pavilhão da Escola Gonçalo de Sampaio, que esse procedimento já foi concluído. Temos novos procedimentos que estão na fornada de saída, digamos assim, e que estão prestes a seguir na linha de trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos nossos serviços, como expliquei temos todos, mas quando digo todos, todo o país tem, todos, o país inteiro está expectante relativamente àquilo que poderá acontecer a partir de dia trinta e um de agosto deste ano, mas temos simultaneamente uma série de investimentos que estão lançados e que vão ser lançados relativamente ao Portugal 2030 que têm, embora tendo prazos diferentes, também tem prazos exigentes e nós queremos antecipá-los o máximo possível, portanto, não queremos esperar pelo final de prazos, tendencialmente, preferimos que os investimentos sejam antecipado. Foi isso que já fizemos nos projetos que expliquei há momentos, e temos outro investimento que estará concluído durante o mês de maio e se tudo correr conforme aquilo que está previsto e acordado com o empreiteiro, será inaugurado no dia dez de Junho, que é um investimento que não depende do PRR, nem do PT2030, tem uma parte de financiamento do ICNF que é o centro de recolha oficial de animais que está na sua fase final em termos de execução e, portanto, tudo indica que, no dia dez de junho

poderemos inaugurar o espaço e tê-lo ao serviço das pessoas e dos animais e dos voluntários que desenvolvem trabalho nessa área no dia a dia.

Relativamente às outras questões que colocou, eu concordo com todas elas, portanto, nós devemos efetivamente tentar medir o sucesso das iniciativas e nós fazemo-lo internamente, a senhora vereadora vai falar sobre isso também, a política de gestão de resíduos, como foi aqui compreendido também no momento inicial, numa fase inicial da nossa reunião está por enquanto, tem por e quatro a configuração que percebemos nos próximos dez anos, por isso, devemos também acompanhar aquilo que vai ser a atividade da Braval, as propostas que vão surgir a partir de determinado momento, em que seja preciso começar a antever o que vai acontecer ao fim desses dez anos. Por enquanto, estamos focados em resolver este tema, da forma que também foi aqui debatido sobre a estratégia clara e as prioridades, a estratégia é claríssima, é cumprir o nosso compromisso eleitoral e aquilo pelo qual fomos eleitos e que mereceu a confiança dos povoenses e, portanto, a estratégia é clara, os objetivos estão muito bem definidos e não estamos a trabalhar para os cumprir.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara, ainda na fase de respostas.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Permita-me só que faça aqui um complemento à informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara relativamente aos impactos e a ambição de impactos e também aos resultados destas múltiplas iniciativas que são descritas no nosso relatório aqui no âmbito do ponto um, e fazer aqui uma contextualização porque, às vezes importa que não está refletida, digamos assim no documento, mas que importa que tenhamos todos conhecimento.

De facto, as autarquias têm em primeira mão planos estratégicos, na área social, por exemplo, nós temos o plano de desenvolvimento social, esse plano de desenvolvimento social, que é um documento estruturante, em que estão definidos os eixos de intervenção prioritária, assim como indicadores e planos de ação ao longo dos diferentes anos da sua execução.

É nesse plano de desenvolvimento social, por exemplo, que estão ancoradas várias das iniciativas, a gente e das dinâmicas e dos projetos que aqui são apresentados, nomeadamente se nós apresentámos um projeto como o Bem-me-quer que visa exatamente, cobrir uma área da pessoa idosa que são as pessoas idosas que estão isoladas, não tem retaguarda familiar, foi porque isso em algum momento foi identificado no nosso plano de desenvolvimento social como uma necessidade de intervenção, porque, de facto, nós temos uma rede já de ERPI's, felizmente, temos outro tipo de cuidados, nomeadamente, centros de dia, temos os centros de convívio, mas

faltava uma ação com este foco e desenhámos um projeto, este projeto Bem-me-quer, que nós na sua fundamentação e na apresentação que o validou, tivemos que sustentar exatamente com a lacuna e com essa identificação no plano de desenvolvimento social, aliás, as entidades que financiam estes projetos exigem-nos isso, exigem mais que isso, exigem um enquadramento naqueles que são os planos estratégicos municipais, exigem também indicadores muito claros no cumprimento das ações e nós vamos tendo que dar conta, de facto, dos indicadores que lá nos propusemos e por isso, eles são mensuráveis em todo o tempo.

A mesma coisa como o projeto Radar Social está na mesma linha, também, quando submetemos a candidatura ao projeto Radar Social, tivemos que dizer exatamente a que é que nos comprometemos a fazer a avaliação, por exemplo, do PDS, do plano de desenvolvimento social, que foi cumprida, a fazer tínhamos um número determinado de atendimentos e de referências que tínhamos que fazer no âmbito de uma plataforma de novas referências e tínhamos esses indicadores para cumprir. Eu posso vos dizer que, apesar do documento não transmitir, digamos assim, esse impacto, ele existe e ele é feito no dia a dia, porque também nos é exigido e as coisas são de facto feitas da mesma forma.

Por outro lado, nós também, temos um projeto educativo local, um projeto educativo local que foi construído com a nossa comunidade educativa, que nos identificou um rumo a seguir na área da educação e quando construímos o PIPSE o projeto de intervenção do processo do sucesso escolar, fomos exatamente também a esse projeto educativo local perceber quais eram as áreas de intervenção prioritárias e desenhámos o nosso PIPSE municipal ancorado naquelas que são as identificação dos problemas prioritários de intervenção no nosso projeto educativo local, isto para vos dizer que, de facto, há planos estratégicos, esses planos estratégicos desenham as necessidades de intervenção do território do concelho da Póvoa de Lanhoso, resultam numa auscultação da comunidade e dos intervenientes nas mais diferentes áreas e os projetos depois que desenhámos e os quais têm depois medidas e ações que vão aparecendo aqui, resultam exatamente e têm, de facto, indicadores mensuráveis, às vezes até bastante apertados e que nos exigem, digamos assim, em termos de trabalho, equipas mobilizadas, equipas que estão muito comprometidas com os resultados.

A mesma coisa, por exemplo, no CLDS 5G no contrato local de desenvolvimento social, que quem conhecer o plano tem ação, ação, exatamente um indicador claro, que público temos que atingir, quantas ações temos que fazer, que resultados temos que ter com aquele público. São planos que são mensuráveis, com indicadores muito claros. Agora é verdade que pomos ali as ações, não dizemos, atingimos não sei quantas famílias, mas quem lê o plano e quem conhece os projetos tem lá, de facto, essa dimensão, digamos assim da avaliação, porque e concordamos exatamente com ela, provavelmente concordo que no âmbito da redação deste ponto, possamos, de facto, também melhorar

um bocadinho a forma como comunicamos as ações mais nesse sentido, também. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sandrina Fortes.

Interveio a deputada Sandrina Fortes, cumprimentou novamente todos os presentes, e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, uma coisa é existir uma visão ou um compromisso político em programa eleitoral, sem dúvida, outra substancialmente diferente é essa visão traduzir-se em indicadores claros, monitorizáveis e publicamente acessíveis, que permitam avaliar ao longo do mandato o impacto real das políticas implementadas e ajustar decisões sempre que necessário.

A senhora vereadora diz que existem indicadores isso é um passo obviamente, muito importante, o desafio seguinte, é garantir que estes indicadores são realmente claros, públicos e inteligíveis, para que os eleitos e os cidadãos, consigam acompanhar os resultados e perceber o impacto real que tem nas políticas públicas ao longo do mandato. Muito obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção, e deu por terminado o ponto um.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, passou ao ponto dois da ordem de trabalhos. **Ponto Dois: Apresentação do Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelos Direitos e Garantias dos Membros da Oposição, conforme o n.º 1 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pelo Decreto-Lei nº 24/98, de 26 de maio, e para efeitos do disposto na alínea yy) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.** E concedeu a palavra ao vereador Gilberto Anjos, para apresentação do ponto.

Interveio o vereador, Gilberto Anjos, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O direito de oposição é um pilar essencial no funcionamento da nossa democracia, na mesma medida que uma oposição responsável e honesta é essencial para a qualidade da mesma democracia.

O ponto em análise refere-se à apresentação do relatório e avaliação do grau de observância do Estatuto do Direito de Oposição relativo ao ano 2025, elaborado nos termos da Lei n.º 24/1998 e a Lei n.º 75/2013. O relatório começa por caracterizar, pela caracterização dos partidos, portanto, os partidos estão no executivo e dos partidos da oposição, explicando como está composta a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, tem uma caracterização global, sendo certo que no ano de eleições, como foi o ano passado, 2025, tivemos uma realidade diferente ao longo de todo o ano e esse relatório refere-se ao ano na sua totalidade.

Esse relatório tem como objetivo principal avaliar se foram garantidos ao longo do ano, os direitos fundamentais da oposição, designadamente o direito à informação, o direito à consulta prévia, direito à participação, o direito de depor e o direito de se pronunciar sobre o relatório de avaliação.

De acordo com os principais indicadores, o relatório conclui de forma global que o estatuto foi cumprido de forma generalizada, suportado em vários elementos objetivos. O direito à informação, resposta regular aos pedidos da oposição, envio de documentação, atas, informações relevantes, disponibilização contínua de informação institucional.

Consulta prévia, auscultação dos partidos na elaboração de instrumento estruturantes, como o Orçamento e plano, acesso antecipado à documentação de suporte às decisões. Participação política, realização de vinte e uma reuniões de câmara, dezanove públicas, sessões descentralizadas, reforçando a proximidade, possibilidade de intervenção através de requerimento, moções e declarações.

O funcionamento da Assembleia Municipal, tivemos seis sessões ordinárias, três extraordinárias, transmissões das sessões públicas e participação da oposição nas comissões.

Em conclusão, o relatório conclui que foram asseguradas as condições para o exercício do direito de oposição. O município atuou de forma ativa na garantia destes direitos e o ano 2025 decorreu com normalidade institucional nesse domínio, estamos perante o relatório, confirma cumprimento formal do Estatuto do direito posição, mas que, simultaneamente, evidencia a importância de continuarmos a reforçar a transparência, a qualidade da informação e o escrutínio democrático, porque é aí que se mede verdadeiramente a maturidade do nosso funcionamento institucional.

Esse relatório já foi discutido em reunião de câmara, não tem obrigatoriamente de ser discutido pela Assembleia Municipal, aliás, até não tem sido nos últimos anos, mas tem sido requerido pelo partido PSD ao abrigo do direito de oposição, o mesmo faz parte da ordem de trabalhos desta assembleia e, por isso, iremos agora discutir.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Marília Fernandes.

Interveio a deputada Marília Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Permitam-me centrar esta intervenção num ponto essencial, o acesso à informação enquanto condição real para o exercício do direito de oposição. O relatório que hoje nos é apresentado conclui de forma genérica, como referiu o senhor vereador, pelo cumprimento do estatuto, mas quando confrontamos essa conclusão com os factos documentados, a realidade revela-se bem diferente.

O que se verifica de forma reiterada não é apenas atraso, é um padrão de disponibilização tardia de informação, em alguns casos com hiato temporal que ultrapassa um ano, isto não é compatível com um acompanhamento sério da atividade municipal. A informação quando chega surge muitas vezes já fora do tempo útil de decisão. Uma oposição que recebe a informação com esse nível de atraso, não está, na prática, em condições de acompanhar decisões, de questionar no momento certo ou de contribuir de forma informada. Isso levanta uma questão muito simples, que utilidade tem a informação quando já não permite escrutinar, questionar ou influenciar decisões? Acresce que em situações particularmente relevantes, o acesso à informação não foi assegurado de forma espontânea, tendo sido necessário recorrer à comissão de acesso aos documentos administrativos - CADA, para obter aquilo que deveria ter sido disponibilizado desde o início, e mesmo assim, após orientações com carácter vinculativo, persistem situações de não entrega, a título de exemplo, a solicitação dos relatórios que resultaram da contratação dos serviços especializados em avaliação e expropriação de parcelas de terrenos particulares necessários à realização dos projetos da futura zona empresarial da Póvoa de Lanhoso e da Via Circular.

Quando o acesso à informação, exige o recurso a entidades externas, como a CADA, isto deve-nos levar a uma reflexão séria. Quando a informação não é prestada em tempo útil, o direito de oposição transforma-se apenas numa formalidade vazia. Existe no papel, mas não se concretiza na prática.

Mais, há ainda um outro aspeto que o próprio relatório omite. Não há qualquer referência clara aos prazos médios de resposta aos pedidos de documentação. Sem esse indicador, não é possível avaliar com rigor, se existe ou não o cumprimento efetivo dos deveres de informação, fica por esclarecer aquilo que é essencial quanto ao tempo que demora na prática a resposta à oposição? E quando esse elemento não é explicitado, a leitura do relatório fica necessariamente incompleta.

A transparência não se afirma apenas com declarações genéricas de cumprimento, afirma-se com dados concretos, com prazos claros e com informação acessível em tempo útil. A ausência dessa informação impede uma avaliação objetiva sobre se os princípios de celeridade, transparência e colaboração institucional estão, de facto, a ser cumpridos, e não o sendo, aí sim, há uma farsa política.

Termino, quando o escrutínio é limitado a questão que, naturalmente se coloca, não é apenas sobre o que foi respondido, mas também sobre o que não foi, quando não foi e sobretudo, o porquê. É essa reflexão que esse relatório, tal como está, não permite fazer. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Perguntar e questionar não é um direito de oposição, é uma obrigação da oposição. E é uma obrigação o executivo dar e responder às informações que lhe são pedidas tão rápido quanto possível e sempre que possível, o que não é um direito da oposição é querer um gabinete paralelo ao executivo municipal para ter acesso à informação na rapidez que quer e quando quer, e como quer. Isso é que não é um direito da oposição. Nós já discutíamos isto, numa das últimas assembleias, se bem se recordam, nós discutimos este assunto e conversamos sobre este assunto.

Eu sei que não é, eu sei que não é agradável, senhor deputado, mas nós voltamos aqui e bem aproveitar um tempo para, faz parte e deve fazer parte da linha e da forma de estar de uma oposição, aproveitar tudo para tentar criar ruído, é o que estamos aqui a fazer, os documentos são, enquanto que nós tentamos confundir o acesso à informação ou não acesso à informação com estruturas e com, enfim, com esta rapidez e farsa política senhores deputados, os senhores nunca tiveram, os senhores tiveram e o exemplo de que os senhores têm acesso aos documentos é que esta assembleia sempre que pergunta é-lhe respondido, sempre que pede documentos, tem os documentos, e farsa política, é o PSD exigir, a oposição, exigir que o executivo municipal forneça todos os documentos e mais alguns e as juntas de freguesia do PSD não responderem às oposições nas Assembleias de Freguesia, isso é que é farsa política, portanto, se queremos respeitar e se queremos exigir de um lado, exigimos do outro também.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O relatório que hoje analisámos, conclui que em 2025 foi assegurado o cumprimento do estatuto do direito de oposição, no entanto, importa dizer que o cumprimento formal nem sempre corresponde ao cumprimento material. O documento refere o envio de informação, respostas a pedidos e disponibilização de documentos, mas aquilo que está em causa não é apenas responder, é responder de forma completa, clara e atempada.

Aliás, como foi referido em sede de reunião, continuam a existir situações com pedidos de informação sem esclarecimento integral, respostas incompletas e matérias que se prolongam no tempo sem resolução. Isso levanta uma questão simples. Estamos a garantir o direito de oposição na prática ou apenas no papel?

O CDS entende que o direito de oposição não se esgota no envio de documentos ou no cumprimento de formalidades, exige transparência real, acesso efetivo à informação e capacidade de escrutínio.

Nesse sentido, deixamos uma proposta simples, garantir prazos claros de resposta e acompanhamento efetivo dos pedidos feitos pela oposição, evitando situações que se arrastam sem esclarecimento. Muito obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu prometo que deixo espaço para tu vires cá trazer essa informação, acho que é muito interessante também, senhor vereador, mas queria fazer, sim, porque nós trabalhamos em equipa, quando se trabalha em equipa, uns têm um papel, outros têm outro papel, respeitamos o papel uns dos outros, não nos atropelamos uns aos outros, coisa diferente daquilo que acontecia antes a que eu me referi há pouco, no seu caso concreto, já agora há bocado, eu referi-me a si como alguém que tem uma forma de fazer política rudimentar e primitiva, não falei em jurássico nenhum, portanto, está gravado em minuta, não foi esse o termo que eu utilizei.

Queria dizer, em primeiro lugar, que o facto de quem está momentaneamente na oposição solicitar determinada informação primeiro, não significa que essa informação seja suscetível de ser prestada, há informação que não está em condições de ser prestada, a CADA determina que informação que esteja processada e que esteja em condições de ser disponibilizada, deva ser disponibilizada, informação que não esteja processada, não tem de ser processada pelos serviços, portanto, a primeira conclusão a que temos de chegar é que é importante a forma como nós formulámos o pedido de informação, essa é a primeira conclusão.

É sempre assim, quando nós vimos prestar esclarecimentos, fazem perguntas, querem que se prestem esclarecimentos, nós prestamos esclarecimentos e não querem ouvir os esclarecimentos e depois queixam-se que o executivo usa muito tempo.

Já agora é importante, também, eu vem-me sempre à cabeça a mesma expressão é que algumas pessoas que se queixam da forma como a oposição é supostamente tratada ou respeitada por estes dias ou por estes mandatos, precisavam mesmo de saber como era tratada a oposição no tempo em que eu estava na oposição, mas precisavam mesmo de passar por isso, eu não lhes desejo isso nem faço isso nem dão instruções nesse sentido,

mas precisavam mesmo sentir na pele o que é ser vereador numa assembleia municipal e não poder usar da palavra, o que é ser vereador, participar numa cerimónia pública e ser cortado das fotografias, aconteceu-me isso e muito mais e, portanto, precisavam mesmo de passar por isso, e também já agora, quando estamos a falar da forma como nós encarámos o poder e a oposição, isto embora não seja suscetível de ser vertido num relatório como este não deixa de ser curioso que algumas das pessoas que estão aqui sentados na bancada do PSD durante tantos anos conviveram tão bem com o facto do executivo não ter tempo limite para poder intervir nas assembleias municipais.

Conviveram bem com isso, nunca foi um problema, nunca foi senhor Presidente da Assembleia Municipal, um problema o tempo que o executivo pudesse usar para esclarecer o que tivesse para esclarecer, desde 2021 a esta parte é um problema, porque o executivo gosta de explicar, gosta de cumprir o seu papel, gosta de deixar claro, gosta de tirar as dúvidas que os senhores deputados possam ter, e então já se fala, falava-se aqui há bocadinho na primeira fila em rever o regimento, porque o executivo tem que ter um tempo limite, afinal de contas, fazem perguntas, não querem respostas, no PAOD não é suposto o executivo falar, mas vossas excelências fazem perguntas.

Quando se fala de farsa política, é preciso fazer uma resenha histórica para perceber de que forma evoluiu a relação política do poder e da oposição ao longo dos anos. Nós estamos muito à vontade, mas mesmo muito, muito à vontade fazendo uma análise comparativa relativamente à forma como hoje a oposição é respeitada e como era respeitada no tempo em que eu estive oito anos na Assembleia Municipal e mais oito anos como vereador da oposição. E eu sei do que estou a falar, já agora não deixa de ser curioso que tenha vindo aqui a senhora deputada Marília Fernandes falar de alguma informação que demorou um ano ou que demora um ano a ser prestada quando a senhora deputada é deputada há seis meses, portanto, não sei que informação solicitou ou possa ter solicitado para que, para que venha dar um exemplo, não sei, informe-me que eu não sei. A senhora deputada é deputada há seis meses, não tem mandato suficiente para ter solicitado informação que tenha um ano de atraso.

Em relação, não terminei o meu esclarecimento, em relação ao exemplo concreto deu do levantamento que foi feito dos proprietários que têm propriedades no espaço canal, onde será executada e implementada a via circular e o futuro parque empresarial. Eu já tive oportunidade de explicar numa assembleia municipal anterior que nós temos de perceber de que forma podemos prestar essa informação, tendo em conta que estamos a falar de informações que são privadas e dados que são de pessoas que são habitantes, outros não, do nosso concelho e, portanto, essa informação há de ser processada de forma que essas pessoas tenham a sua privacidade protegida, é assim que deve ser, e vossa excelências deviam ter a capacidade de perceber isso, portanto, mas em relação à questão que eu coloquei, gostava que me esclarecesse qual foi a questão que enviaram há um ano atrás, quando a senhora deputada não era ainda deputada da Assembleia Municipal e que terá ficado por esclarecer? Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador Gilberto Anjos, ainda para resposta por parte da Câmara.

Interveio o vereador Gilberto Anjos, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O senhor Presidente, já fez aqui algumas intervenções e já falou aqui de alguns pontos que eu pretendia abordar, portanto, sinto que muito provavelmente a assembleia estará esclarecida, mas quero fazer algo, que penso eu de inédito, quero fazer um pedido ao senhor Presidente da Câmara, não me leve a mal, senhor Presidente, mas quero-lhe fazer um pedido aqui do púlpito, para não aceitar o pedido feito pela senhora deputada do CDS-PP acerca da definição de prazos concretos, limites para responder ao que quer que seja, e vou-lhe explicar porquê.

Eu faço-o não na qualidade de única e exclusivamente de vereador, mas responder pelos serviços com quem trabalho, porque os serviços da Câmara municipal, à data de hoje, todos eles, quando somos questionados, porque há muitas perguntas, muitas delas muito pertinentes, outras depois cada um faz avaliação da mesma forma que vocês avaliam que as respostas são insuficientes, nós também temos o direito de achar que as perguntas também não sou assim tão pertinentes que já me têm dito, senhor vereador, nós ou havemos de está a trabalhar, ou havemos de estar constantemente a responder e a procurar informação dali, a procurar informação acolá ou uma coisa ou outra, senhora vereadora, isto é factual e aquilo que vivemos hoje na Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, portanto, eu peço-lhe este especial favor, senhor Presidente, de não aceder a esse pedido de definição de um prazo exato para responder a tudo, porque até há coisas que nunca vão ser respondidas, já agora não me levem a mal que eu acho que até nem devem ser respondidas.

Sim, está na lei, muito bem, há coisas que não devem ser respondidas e vou-lhe explicar porquê, porque quando recebemos um pedido de informação para definirmos, ou explicar o porquê de escolhermos a cor de uma caixilharia, vamos parar os serviços, vamos parar todos, vamos fazer um e-mail para explicar à senhora vereadora que fizemos um estudo de sombreamento que tivemos que fazer estudos daquilo e de aqueloutro, temos que fazer quase um processo de viabilidade económica para escolher a cor da caixilharia, portanto, chegámos a este ponto de perguntas não me peçam a mim, também volto a fazer um pedido ao senhor Presidente ao senhor Presidente da Câmara Municipal, para não me pedir para perder tempo a responder a este tipo de questões, é outro pedido que eu lhe faço senhor Presidente.

Outra questão, que também, é importante e com essa conluo, e respondendo, penso eu, à senhora deputada Marília Fernandes sobre a, utilizou uma expressão que achei muito interessante, é mesmo isso a utilidade da informação. A informação é tão útil, que

recebemos o último pedido foi para nós enviarmos a compilação dos pedidos, que os vereadores fizeram, ou seja, foi um pedido de informação sobre as informações que é para saber que informações é que eles colocaram, pelo amor de Deus, os senhores vereadores fazem tantas perguntas, enviaram e maior sentido de tantas resposta, a grande maioria dar escondida que até já nem sabe o que perguntar até já perder aqui um bocadinho, foi perguntar quais foram as informações os pedir esclarecimento, para colocar a Câmara municipal, é no mínimo, é no mínimo estranho e ou de quando faço uma pergunta, aguardo genuinamente para a resposta e se não for respondida, irei colocar irei perguntar, olha afinal o que é que eu lhe tinha pedido.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, informou que havia um pedido de intervenção por parte da vereadora da oposição, Fátima Alves, ao que o Presidente da Câmara, desta vez, visto que já tinham usado da palavra para responder, por parte da Câmara, o Presidente e um vereador, desta vez o Presidente da Câmara não autorizou a intervenção da senhora vereadora da oposição. Posto isto, o Presidente da Assembleia, colocou à votação do plenário a possibilidade da vereadora poder intervir, de acordo com o estipulado no Regimento da Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso.

Informou que a intervenção da senhora vereadora foi aprovada por maioria, pelo que concedeu a palavra à vereadora da oposição, Fátima Alves.

Interveio a vereadora Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Agradeço àqueles que permitiram usar da palavra. Senhor vereador, o senhor veio aqui fazer uma caricatura de termos solicitado a cor da caixilharia da entrada dos Paços do Concelho. Quem lá for vai ter a oportunidade de ver o lindo serviço que este executivo propôs para a zona nobre, mas o senhor vereador não fala aqui que, por exemplo, nessa mesma matéria, falamos de um alargamento que está a acontecer num edifício das piscinas municipais, edifício arrendado em hasta pública e que está a sofrer uma ampliação e quando questionados quer o senhor Presidente, quer os senhores vereadores, sabem qual é a resposta? Zero, remetem-se ao silêncio reunião de câmara após reunião de câmara, mais, daquilo que é a informação que está esplanada em reunião de câmara e que foi remetida aos senhores deputados consta, efetivamente, esse documento que foi solicitado diversas vezes, a Comissão de Direito aos documentos administrativos permitiu o acesso do documento.

Mais, os serviços na Câmara Municipal mencionaram que iriam disponibilizar o documento. Trata-se de documentação produzida, não se trata de documentação que tenha que ser produzida, isto só nos faz pensar uma coisa, primeiro com este executivo decide-se e depois sim, faz-se o fato à medida. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só acrescentar duas notas muito simples, a senhora vereadora, veio falar de dois pedidos de informação que foram apresentados na reunião de câmara desta semana, portanto, desta semana, senhora vereadora, segure esse ímpeto e tente ouvir aquilo que eu lhe estou a tentar explicar, quando diz que sucessivamente nos remetemos ao silêncio, estamos a falar de dois exemplos de dois pedidos de informação que foram apresentados na reunião de câmara esta semana, segunda-feira passada, primeiro ponto.

Segundo ponto, eu estou a ser factual e objetivo, quando diz que nos remetemos ao silêncio, o regimento da Câmara Municipal diz que as respostas podem ser prestadas na própria reunião ou em alternativa por escrito, posteriormente, nós estamos a cumprir o Regimento e já agora a pergunta que se faz é, mas porque é que neste mandato, nós entendemos usar essa possibilidade para responder por e-mail e, por exemplo, no mandato anterior, as reuniões de câmara tinham uma fluidez diferente e um registo diferente e um relacionamento diferente entre os eleitos? Bem, o Presidente de Câmara é o mesmo, o executivo é praticamente o mesmo, saiu um vereador entrou outro vereador, aquilo que mudou são os eleitos na oposição, e também tenho que ser, e também consigo ser, como é evidente e não custa nadinha, ser sincero ao ponto de reconhecer que nós temos tido nas últimas reuniões de câmara por parte, nomeadamente da senhora vereadora, um registo um pouco diferente, um pouco diferente, mas também tenho de dizer que começamos o mandato muito mal, num registo muito errático, com comportamento muito, que eu entendo que não é adequado, que não era adequado àquilo que se exige dos eleitos numa câmara municipal e, portanto, eu entendi, a partir de determinado momento, que as respostas seriam dadas por escrito, da forma que o Regimento prevê, tudo muito normal.

A partir do momento que o relacionamento entre os eleitos tenda a melhorar e a normalizar, e esse critério, senhora vereadora, é meu, a partir do momento que o comportamento tenda a normalizar e que o relacionamento passe a ser diferente e o registo diferente, nós teremos em reuniões de câmara, eventualmente dinâmicas diferentes, mas em relação à forma como nós exercemos o poder e à forma como nós gerimos a nossa relação com a oposição, mais uma vez, ficou aqui demonstrada a forma como nós eleitos na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal interpretamos o nosso mandato, cada um vota conforme a sua consciência, em cada momento, cada um vota conforme a sua consciência em cada momento e a senhora vereadora foi autorizada a

usar da palavra, porque teve na bancada do Partido Socialista eleitos que tiveram a consciência que na bancada do PSD nunca existiu. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu o ponto dois por terminado.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da apresentação do Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelos Direitos e Garantias dos Membros da Oposição, conforme o n.º 1 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/98, de 26 de maio, e para efeitos do disposto na alínea yy) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto três da ordem de trabalhos. **Ponto Três: Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre os Relatório de Execução Orçamental da Escola Profissional do Alto Ave, para remessa à Assembleia Municipal, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, designadamente, o Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre de 2025.** E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O ponto que agora apreciamos diz respeito à informação do relatório de execução orçamental da Escola Profissional do Alto Ave relativo ao quarto trimestre de 2025 o que corresponde também ao final do ano Civil e que complementa o relatório de execução da EPAVE que integra o relatório de prestação de contas que a seguir analisaremos. Trata-se de um documento que nos permite ter uma leitura clara da situação económico-financeira da entidade, bem como da forma como foram geridos os recursos ao longo do exercício.

De uma análise global, destaca-se desde logo, um nível de execução orçamental elevado, particularmente ao nível da despesa, o que traduz de forma positiva a concretização das atividades planeadas. Ao mesmo tempo, verifica-se que a execução da receita não acompanha esse ritmo, refletindo uma dependência relevante de financiamentos e de transferências externas.

Ainda assim, importa sublinhar que esta realidade está em linha com o próprio modelo de funcionamento da EPAVE, enquanto escola profissional fortemente assente em programas financiados. O relatório evidencia também uma gestão prudente e

equilibrada com o controlo dos compromissos assumidos e sem desvios significativos do ponto de vista financeiro.

É igualmente de assinalar a capacidade de adaptação demonstrada ao longo do exercício através de ajustamentos orçamentais que permitiram responder às necessidades reais sem aumento da despesa global.

Por outro lado, torna-se evidente o peso do financiamento externo, em particular de programas comunitários, não suporta a atividade da escola, o que reforça a importância de garantir previsibilidade e estabilidade no tipo de recursos.

Em síntese, estamos perante um documento que reflete uma gestão globalmente consistente e responsável, ainda assim, com desafios que importa acompanhar, nomeadamente ao nível da execução da receita, do reforço do planeamento financeiro e da sua sustentabilidade futura.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao representante dos Presidentes de Junta e Presidente da Junta de Freguesia de São João de Rei, Henrique Tinoco, em representação do GP do PS.

Interveio o deputado Henrique Tinoco, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O relatório cumpre o dever de informar os órgãos deliberativos e executivos, sendo este relatório referente ao último trimestre de 2025. Apesar de ser um documento técnico, o mesmo contém toda a informação necessária para a sua devida apreciação.

Em termos globais, mantém o equilíbrio orçamental sem registo de desvios, mantendo uma gestão rigorosa e eficaz, salvaguardando o equilíbrio global do orçamento.

Sendo assim, o grupo parlamentar do Partido Socialista encontra-se assim, inteirado do teor do relatório de execução orçamental do 4.º trimestre de 2025 da Escola Profissional do Alto Ave. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O relatório de execução orçamental da Escola Profissional do Alto Ave relativo ao 4.º trimestre de 2025, é apresentado no cumprimento do dever de informação previsto na Lei.

Da análise do documento, verifica-se uma execução global elevada com níveis de despesas próximos dos 95% e uma taxa de execução significativa, tanto a nível da receita como da despesa, o que demonstra do ponto de vista técnico, uma gestão financeiramente equilibrada, no entanto, importa ir além da leitura estritamente

financeira, porque quando falamos de uma escola profissional, não estamos apenas a falar de contas, estamos a falar de pessoas, de jovens, e do futuro do concelho e é aqui que entendemos que a análise deve ser mais exigente.

O relatório apresenta dados sobre execução orçamental, receitas provenientes de programas como o Portugal 2030, bem como sobre a capacidade de adaptação da escola às candidaturas aprovadas, mas pouco nos diz sobre aquilo que verdadeiramente importa, os resultados concretos da atividade formativa, quantos alunos concluíram os cursos, quantos ficaram empregados na área de formação, qual o impacto real desta escola no tecido económico local? Estas perguntas são essenciais que não encontram resposta neste documento.

Por outro lado, verifica-se também a existência de receitas não efetivas associados a empréstimos e fluxos financeiros que, embora normais do ponto de vista contabilístico, devem ser acompanhados com atenção para garantir a sustentabilidade futura da entidade.

Nesse sentido, parece-nos importante reforçar o acompanhamento da EPAVE, não apenas no plano financeiro, mas também no plano estratégico e pedagógico. O CDS entende que este tipo de relatórios deve evoluir no sentido de integrar indicadores de desempenho claros que permitam avaliar não só quanto se gasta, mas, sobretudo o que se ganha com esse investimento, porque, afinal, aquilo que está em causa não é apenas a execução do orçamento é qualidade da formação, as oportunidades criadas e o contributo real para o desenvolvimento do concelho. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Era eu mesmo que estava baralhado, baralhei com outra Assembleia Municipal o ponto, mas é efetivamente o ponto três e não o ponto dois como eu pensava.

Sobre isto, isto é uma informação nada mais, portanto, eu acho que isto nem sequer devia ser discutido em Assembleia Municipal, só por uma simples razão, a EPAVE como empresa local vai consolidar as suas contas com o município, portanto, primeira prova-se as contas do município que são as que serão discutidas hoje e até junho, como diz a lei será discutido as contas consolidadas, onde entrará a EPAVE, portanto não tem muito sentido estar a discutir neste momento, este relatório. E eu não o vou fazer, não vou fazer, não é que não o tenha visto, viu, quis saber o que se tinha passado em relação a uma informação que tinha sido aqui prestada, mas não tem muito sentido discutir, porque isso discutiremos quando discutirmos as contas consolidadas em junho e, portanto, para não estar a fazer dois debates, eu fico-me por aqui. Muito obrigado.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara, Fátima Moreira.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“De facto, este ponto refere-se apenas à execução orçamental e o documento é exatamente isso, refere-se apenas à informação relativa à execução orçamental, sobre o cumprimento do plano de atividades, sobre o número de turmas, sobre outras informações, temos já, hoje por acaso, no ponto a seguir, integrado no relatório que trazemos aqui de prestação de contas do município, o relatório também de contas e de atividades da EPAVE que tem essa informação, senhora deputada, para além desta da execução.”

Depois o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto três da ordem de trabalhos.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre os Relatório de Execução Orçamental da Escola Profissional do Alto Ave, para remessa à Assembleia Municipal, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, designadamente, o Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre de 2025.

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto quatro da ordem do dia. **Ponto Quatro: Proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Exercício de 2025, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.** E começou por agradecer à deputada do GP do PSD, Sandrina Fortes, por ter detetado e reportado a falta da certificação legal das contas em vez do Draft. E concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira, para fazer uma interpelação à Mesa.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Era nesse sentido que eu ia intervir, não vou falar em matéria nenhuma, nós pedimos desculpa, porque fui eu que dei pela falha e daí ontem à noite e, portanto, só podemos mandar o email ontem à noite, não é que eu tenha muita necessidade de estudar muito os relatórios, mas eu faço-o de raiz no excel só no fim é que eu vi, agora deixa-me ver os relatórios do revisor oficial de contas e vi que não estavam os relatórios do revisor oficial de contas e a lei é clara nessa matéria, não é? Tem que ser acompanhado pelos

relatórios, porque um draft é um rascunho, um rascunho não está datado, não está assinado, não tem valor jurídico nenhum e, portanto, eu fiquei preocupado e quis e, portanto, foi quando falei com a Sandrina para mandar um mail a ver se era possível fazer chegar hoje à Assembleia Municipal, mas também cheguei atrasado, também só vi isso passei a noite toda a analisar o relatório e, portanto, só depois de qualquer maneira, o pedido foi feito tardiamente mas ainda bem que o fizemos porque a outra alternativa era chegar aqui hoje e dizer, não votaríamos isto, porque aí se a Assembleia quisesse votar, obviamente, recorreríamos para tribunal, portanto, não quisemos fazer isso em respeito à mesa, mas, obviamente, fizemo-lo tarde mas pronto, mas também não invocamos desde que os recebêssemos o atraso porque é assim senhor Presidente da Assembleia, nós entendemos que a Assembleia Municipal manda para todos nós aqui e, portanto, não vimos e não queríamos que ficasse essa intenção que houve uma falha da mesa da Assembleia Municipal, mas houve uma falha, nós detetamos e tivemos preocupados em informar de imediato e no sentido de ser regularizada a situação, que era uma situação de ilegalidade, e claramente não poderíamos discutir, discutir ainda poderíamos discutir mas não poderíamos votar o ponto.

No entanto, quero dizer, e aproveitando este ponto de ordem à mesa, esta interpelação à mesa que, do ponto de vista da Assembleia Municipal, está ultrapassada a ilegalidade agora do ponto de vista da Câmara Municipal, tenho muitas dúvidas que esteja, porque o relatório do auditor externo, neste caso o ROC é datado de 27 de abril, que eu saiba a Reunião da Câmara foi feita antes de 27 de abril, o que significa que isto foi votado em reunião de câmara, sem o relatório do ROC, o que também é uma situação de ilegalidade, mas aqui afasta a ilegalidade da Assembleia Municipal, uma vez que foi o que recebeu da Câmara, é um problema da Câmara Municipal, portanto, nós vamos prosseguir o debate e vamos votar e não tem problemas nenhuns. A nossa preocupação é que não houvesse ilegalidade da mesa, foi só essa a nossa preocupação. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Vice-Presidente, Fátima Moreira, para apresentação do ponto.

Interveio a Vice-Presidente, Fátima Moreira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bem, nós vamos dividir a apresentação deste ponto do relatório de gestão, prestação de contas do exercício de 2025, eu farei uma apresentação do plano de atividades, o relatório relativo ao plano de atividades, e o senhor Presidente da Câmara, fará depois uma apresentação relativamente à prestação de contas.

O relatório de gestão e prestação de contas relativa ao ano de 2025 não é apenas um documento técnico é, acima de tudo, a demonstração clara de um rumo, de escolhas

políticas concretas e de um compromisso firme com o desenvolvimento da Póvoa de Lanhoso e com a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

Falamos de um ano particularmente exigente, marcado pelo final de um ciclo autárquico, mas também pela renovação da confiança dos povoenses que reconheceram o trabalho realizado e validaram a continuidade deste projeto político. Os resultados financeiros apresentados comprovam uma gestão responsável rigorosa e sustentável com um resultado líquido positivo e uma execução orçamental equilibrada. Mas mais importante do que os números é aquilo que foi feito com os seus recursos e foi muito. Este foi acima de tudo, um ano em que se reforçou a aposta nas pessoas.

Na educação, continuámos a investir no futuro, com políticas concretas e diferenciadoras. Destaco programas como o "um, dois, três, vamos brincar outra vez" que devolve centralidade ao brincar no desenvolvimento das nossas crianças, e a iniciativa "educação rima com verão" dirigido ao pré-escolar, garantindo respostas educativas também fora do período letivo. Estas medidas mostram uma visão moderna da educação, centrada no desenvolvimento integral das crianças e no apoio às famílias.

Também na área se social reforçámos respostas inovadoras e de proximidade. O programa "bem me quer" com a implementação da teleassistência, representa um avanço significativo no apoio aos seniores, permitindo mais segurança, autonomia e acompanhamento permanente. Em paralelo, reforçámos a rede dos centros de convívio, combatendo o isolamento e promovendo o envelhecimento ativo e participativo. A intervenção social foi igualmente fortalecida com a reativação das comissões sociais interfreguesias no âmbito da rede social aproximado ainda mais as respostas às necessidades reais das comunidades.

Ao mesmo tempo, apoiamos de forma consistente as IPSS's do concelho, permitindo a abertura de novas importantes valências, nomeadamente através da associação Em diálogo e do Centro Social de Garfe, reforçando a capacidade de resposta social no nosso território. Na área do desporto, celebrámos um marco histórico com a comemoração dos 100 anos do Sport Clube Maria da Fonte, um símbolo maior de identidade local e do papel do desporto na coesão social. Na saúde demos passos concretos na promoção do bem-estar com o arranque de programas "Diabetes em movimento", uma iniciativa que alia prevenção, atividade física e acompanhamento, contribuindo para uma melhor qualidade de vida da população.

Também no ambiente assumimos um compromisso ativo com destaque para as comemorações dos 20 anos do Centro de interpretação do Carvalho de Calvos e para a dinamização da I semana do Ambiente e também a iniciativa "Março Verde", envolvendo a comunidade na proteção e na valorização do património natural.

Na cultura, afirmámos a nossa identidade e projetámos o concelho para o exterior. Celebrámos os 200 anos de Camilo Castelo Branco, valorizando a nossa herança cultural e demos passos importantes na candidatura da filigrana a Património Cultural imaterial

da UNESCO, reforçada com a abertura do polo Cindor criando novas oportunidades de formação e de qualificação, numa área profundamente enraizada na nossa tradição.

Ao nível do desenvolvimento económico, importa destacar o reforço da proximidade às empresas e ao tecido empresarial local, assumindo o município um papel cada vez mais ativo como parceiro e facilitador. Iniciativas como o "mercado de oportunidades" vieram criar novas dinâmicas e ligação entre as empresas, emprego e investimento, contribuindo para a valorização da economia local e para a fixação de talento no concelho.

Ao nível do investimento 2025 foi também um ano de concretização e de preparação do futuro. Destaca-se o início da construção do centro de recolha oficial de animais e das 38 habitações no Bobeiro, respostas concretas a necessidades estruturais do concelho. Importa ainda sublinhar o trabalho desenvolvido no âmbito do ITI, com todos os projetos previstos a serem objetos de candidatura, apresentando uma elevada taxa de elegibilidade e de aprovação. São projetos que não ficaram no papel, foram planeados, preparados, e estão agora a entrar numa fase de execução, representando um investimento estruturante para os próximos anos.

Quero também destacar os avanços significativos na área da Proteção Civil, com um reforço de meios e de capacidade de respostas, garantindo maior segurança às populações.

Da mesma forma, a aposta na transição digital permitiu modernizar os serviços municipais, facilitando o acesso dos munícipes tornando a administração mais próxima, mais eficiente e mais transparente. No plano da qualidade de vida urbana foi igualmente reforçada a atenção à segurança rodoviária, com intervenções ao nível da colocação de inibidores de velocidade e da melhoria da visibilidade da sinalética horizontal e vertical, com especial incidência no centro da vila, contribuindo para uma circulação mais segura para todos.

Por fim, importa salientar uma dimensão essencial da nossa identidade coletiva, uma Póvoa de Lanhoso viva, participativa e culturalmente dinâmica. Ao longo do ano de 2025, continuamos a envolver as coletividades, apoiando-as e trabalhando em conjunto na construção de programas festivos inclusivos, pensados para todas as gerações. Programas que não só fortalecem o tecido associativo local como projetam o concelho para além das suas fronteiras, afirmando-o como um território atrativo, dinâmico e com forte identidade.

Importa igualmente referir o contributo das entidades municipais, designadamente da EPAVE, cujo relatório de gestão que integra o presente documento evidencia um elevado grau de cumprimento do seu plano de atividades, destacando-se em particular, a execução do CTE, bem como a apresentação de um resultado líquido positivo, demonstrativo de uma gestão eficiente e sustentada.

Senhoras e senhores deputados, este relatório demonstra que foi possível fazer mais e melhor, que foi possível conjugar rigor financeiro com investimento social, que foi

possível, está próximo das pessoas, responder às suas necessidades e preparar o futuro com visão e com responsabilidade. A Póvoa de Lanhoso é hoje um concelho mais coeso, mais dinâmico e mais preparado para os desafios que se seguem. E isso não acontece por acaso, é o resultado de uma estratégia clara, de um trabalho consistente e de uma liderança comprometida com o interesse público e é esse o caminho que hoje aqui se apresenta e que deve ser reconhecido e que importa continuar. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, Frederico Castro, para continuar a apresentação do ponto.

Interveio o Presidente, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sobre a prestação de contas de 2025, queria só deixar aqui meia dúzia de notas e, em primeiro lugar, realçar o facto que tivemos um aumento de atividade muito significativo, um reforço do investimento também notório, comparativamente com anos transatos, e uma melhoria significativa dos resultados. Desde logo no que diz respeito à receita, falamos de uma execução de 93.3% que significa 36.4 milhões de euros. Claro que, para este resultado contribuiu um desempenho muito favorável na generalidade da obtenção de receita e da arrecadação de receita no que diz respeito a rubricas como impostos diretos, vendas de bens e serviços correntes, taxas, multas e outras penalidades e, portanto, houve uma arrecadação em alta, digamos assim, comparativamente com aquilo que estava previsto, quer dizer a mesma coisa, não é? Mas eu depois posso-lhe explicar melhor, eu estou à espera das suas questões e depois vamos ter a oportunidade de debater.

Relativamente à despesa, falamos de uma execução de 82% é importante, aqui frisar que, naturalmente, quando falamos de previsão de receita e previsão de despesa há, por exemplo, no que diz respeito à execução de fundos comunitários e projetos que são financiados por fundos comunitários, um desfasamento entre o momento da aprovação e de enquadramento no orçamento e depois a sua execução que pode, e é tradicional que seja executado ao longo do tempo.

Portanto, não estamos a falar de empreitadas que podem ser iniciadas em janeiro e terminadas em dezembro, estamos a falar de empreitadas que na esmagadora maioria dos casos, é iniciada e finalizada em anos civis diferentes, queria também deixar uma nota se o senhor deputado deixar, queria deixar uma nota relativamente à melhoria muito significativa do resultado líquido do exercício de 2025 com uma diferença superior a dois milhões de euros, portanto, decorre de um crescimento da receita, de um controlo da despesa e de uma maior eficiência da gestão financeira.

Senhoras e senhores deputados, senhor Presidente da Assembleia Municipal, queria também deixar uma última nota relativamente à transição do saldo de gerência que teve um valor muito significativo, este ano, de 4.4 milhões de euros, e que tem que ver

precisamente com reservas que temos em orçamento, por exemplo, relativamente ao objetivo da via circular urbana e com aquilo que eu já referi anteriormente, que tem que ver sim, com obras, candidaturas, execuções que estão em plena execução, passo a redundância, e que não estando terminadas têm verba em orçamento, eu dou o exemplo, por exemplo, do adiantamento que recebemos do IHRU relativamente ao PRR, estamos a falar de novecentos e setenta e dois mil euros que, tendo sido recebidos em 2025, não foram liquidados em 2025, portanto, passaram do saldo de gerência, é exatamente isso que eu estou a explicar, senhor deputado, portanto, resumindo, o município cresceu, investiu e manteve o equilíbrio financeiro em 2025.

Eu penso que são três boas notícias, crescimento, investimento e equilíbrio. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Até porque eu só tenho quinze minutos e, portanto, eu vou dizer claramente aqui uma coisa eu só vou analisar a execução orçamental, e ela também já foi analisada na nossa reunião de 27 de fevereiro, depois com base no artigo 124 da lei do Orçamento de Estado para 2026, como sabe, portanto, também pouco mais há a acrescentar. Eu recuso-me a analisar aqui e, por isso, eu estava a reagir quer à informação, da senhora vereadora, resultado líquido não sei de quanto, e o senhor Presidente também entrou pelos resultados, o balanço e conta de resultados, primeiro, nós estamos em contabilidade pública o que interessa é a execução orçamental mesmo, mas em segundo lugar, o que o revisor oficial de contas pôs em relação ao inventário, uma reserva, e o inventário tem influência, obviamente no balanço e foi uma reserva muito complicada, porque não foi só uma reserva, ele põe uma reserva de valor, não concorda com o valor inscrito, levanta-se a questão e depois de o inventário não estar concluído, dá a entender isso e, portanto, o balanço e a conta de resultados serão diferentes, ou seriam diferentes.

Porque ao mexer nos artigos fixos tangíveis é a isso que ele se estava a referir, mexe obviamente, nas amortizações das conta de resultados e a conta de resultados é diferente, e mexe em todo o enquadramento de capitais próprios porque os ativos são registados com base em capitais e, portanto, temos balanço diferente, não tem sentido falar nisto quando eu tenho uma reserva do revisor oficial de contas, portanto eu não vou falar sequer nem vou entrar por aí, nem vou ainda bem que a senhora vereadora desta vez não falou na autonomia financeira, mas não quero mesmo falar sobre isso, não quero mesmo falar sobre isso, porque realmente estamos a falar sobre uma coisa

que é hipotética, neste momento, é o balanço e conta de resultados que estão para aprovação, mas pode ser hipotética face aquela reserva.

Execução orçamental, como disse na reunião de 27 de fevereiro é uma execução orçamental muito baixa, aquilo que o senhor Presidente da Câmara dizia, nomeadamente nos fundos comunitários, eu dou aí, os orçamentos têm que ser feitos em função dos projetos que nós lançamos, não é fazer orçamentos empolados e depois vir dizer porque nós temos em execução, não, não é verdade, senhor Presidente, o orçamento está mal feito, o orçamento está mal feito, é só isso o orçamento está mal feito, tem que ajustar aquilo que tem, mas não me interrompa por favor, é muito simples, eu tenho quinze minutos, eu não tenho o tempo todo do mundo, quando eu tiver o tempo todo do mundo pode-me interromper à vontade.

O orçamento tem uma despesa efetiva com uma execução orçamental de cerca de 82%, mais aquilo que é investimento, aquilo que é despesa de capital tem uma execução orçamental muito baixa de 62%, porque é que depois a despesa efetiva sobe aos 82? Porque na despesa corrente, a principal despesa chama-se despesas com o pessoal, que representa já 41% no orçamento da despesa corrente e, portanto, tem que pagar aos funcionários, como é evidente e como tem que pagar, obviamente essa despesa é executada na atualidade e, portanto, faz subir, obviamente, a execução da despesa corrente que é a principal despesa, mas quando junta despesa de capital é óbvio que a despesa de capital é muito baixa a execução orçamental, e a despesa de capital podem não ser só investimentos, mas grosso modo é, e, portanto, eu vou adotar a palavra investimentos, obviamente, quando eu tenho uma despesa de execução de capital ou de investimentos muito baixa, é óbvio que depois a despesa efetiva vai comer aquilo que foi o maior valor da despesa corrente, mas a despesa corrente, é despesa que, nomeadamente em 41.5% da despesa com o pessoal, tem que pagar aos funcionários, portanto, estamos a falar de uma execução orçamental muito abaixo daquilo que é a realidade e o senhor Presidente da Câmara não tem razão naquilo que disse, depois fica à espera porque não consegue concretizar, não, porque o orçamento é a antecipação daquilo que se pretende, por isso tem que ser bem feito.

Estamos a falar de políticas públicas, é dizer aos povoenses neste caso, olhe no final do ano vamos ter estas medidas públicas concretizadas, é isso que refere o orçamento. O orçamento não é um conjunto de papéis e de números, não, por trás dos números e em cada papel, está obviamente, uma intenção, está uma atividade e, portanto, agora se os orçamentos são mal feitos, depois tem a afirmação que tem. Deixem-me falar um pouco da despesa fixa de pessoal que já representa quase 42% da despesa corrente.

Eu quero pôr uma questão, é um número elevado, tem vindo a subir ao longo dos anos, mas também é verdade que tem havido novas tarefas, não, não são competências, são tarefas, era bom que fossem competências, era bom que fossem competências era, mas não são, eu sou um regionalista convicto não me contento com rebuçados, é uma crítica para todos os governos, todos são iguais, o PS e o PSD são iguais nessa matéria.

Mas eu quero levantar aqui uma questão, e uma questão, porque nós também ouvimos as pessoas, tem-me chegado ultimamente, eu não vou pôr a questão ao Presidente da Câmara Municipal, não seja respondida sob pressão, neste momento, se quiser vir a responder mais tarde ou noutra assembleia vir dizer, aquilo que me levantaram, e eu não posso acreditar nisto, e isto é comum a vários executivos, não é só de um, dizem-me que há pessoas há anos com falsos recibos verdes, eu não estou a acusar ninguém, estou a pôr a questão, se há ou se não há, mas investiguem a ver se há ou se não há. São pessoas com recibos verdes, não com faturas, não com empresas, tem recibos verdes que dizem que têm trabalho permanente na câmara.

A questão dos recibos verdes falsos é tem quatro ou cinco anos, porque os recibos verdes eram livres aqui há uns anos, mas agora não são. Por isso chamam-se recibos verdes falsos, porque essas pessoas têm que passar imediatamente para o quadro, tem que ser resolvido, se houver, têm que passar imediatamente, porque se não fica muito mais caro depois, se não fica muito mais caro depois, basta uma ida a tribunal e depois paga e a pessoa vai mesmo para o quadro. E como falamos de abril, isto é precaridade dos trabalhadores, se for verdade e há uma ilegalidade, e eu quero crer que, se isto for verdade, no mínimo, a Câmara Municipal esteja a pagar a taxa Social única são pessoas que estão a 100%, está mais de 50%, é aquilo que a lei determina para o pagamento de TSU, portanto não é uma questão que eu não estou a acusar ninguém, até porque isto pode ser comum a vários executivos, acho que o executivo municipal e não quero que responda, hoje, ver se há e se há regularizar isto imediatamente, até porque para a Câmara Municipal, em termos de orçamento, é a mesma coisa, sabem porquê? Isto é uma transferência de rubricas, aumenta despesas com o pessoal, mas diminui as despesas de serviços, portanto, é uma transferência de rubricas, nem sequer há agravamento, se a Câmara Municipal estiver a pagar a TSU, mas se não estiver, está numa situação ilegal.

Gostava de deixar isto, e passavam um pouco para a despesa de capital, a despesa de capital, como disse, tem uma execução orçamental de 62%, mas a aquisição de bens de capital, estamos a falar, essencialmente de investimentos, tem 59% de taxa de execução orçamental. Foi orçamentado em 12,7 milhões de euros só se executaram 7.6 milhões de euros. Estamos a falar de investimentos, foi um desvio de 5.2 milhões de euros que ficaram por fazer que foi prometido aos povoenses. Um desvio de 41%, e uma execução de 59%. Prometer é a palavra desta câmara municipal, cumprir é que não.

Deixem-me falar um pouco sobre os fundos comunitários. O senhor Presidente, abordou aqui essa questão, aqui há uns tempos todos ouvimos, estiveram a estudar quatro anos para planear candidaturas, essas candidaturas devem ter sido bem planeadas, a verba recebida em candidaturas da UE em 2025 foi de um milhão, duzentos e quarenta e sete euros, verba recebida, acham que isto com todos os problemas que o concelho tem investimento, isso é verba? Isto em transferências de capital e depois em transferências correntes, penso que serão os projetos CLDS que eu não gosto, mas pronto, são cerca de

trezentos mil euros, ao todo em despesa efetiva, ou em receita efetiva, recebeu um milhão quinhentos e cinquenta e dois e teve um saldo transitado do ano anterior de cento e oitenta mil euros, portanto, o que dá tinha à sua disposição este ano para fazer um milhão setecentos e trinta e dois, desta receita sabe quanto é que gastaram? Gastaram um milhão e cinquenta e sete e transitam cento e setenta e quatro mil euros para o próximo ano. Com esta execução orçamental baixíssima, mas uma fraca candidatura aos fundos comunitários em 2025 e mesmo assim, nem valores baixos consegue concretizar a 100%. Eu não costumo abordar isto, porque detesto mesmo abordar determinadas questões muito simples, mas eu não resisto para quem disse que andou a estudar quatro anos a planear candidaturas e depois os resultados são estes, em estudos, projetos e consultoria, gastaram em 2025, um milhão quatrocentos e vinte e três mil euros e em outros trabalhos especializados, um milhão, oitocentos e noventa e seis, não é tudo obviamente projetos e consultoria a fundos comunitários, mas é para verem o nível financeiro que a Câmara gastou, gastou em consultoria mais dados concretizado em relação às verbas recebidas comunitariamente.

E por exemplo, estudos, projetos e consultoria em 2024 eram oitocentos e cinquenta mil euros, mas em 2025 gastam um milhão quatrocentos e vinte e três, deve ser bom trabalhar como consultor para a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, mas o meu problema não é o dinheiro que se gasta em consultoria, até podiam gastar mais se tivessem resultados, o problema é que não têm resultados.

E agora gostava de abordar a qualidade da despesa, até porque foi aqui muito falado nisso, vou abordar as grandes opções do plano. As grandes opções do plano é uma coisa que tem o plano plurianual de investimentos, ou seja, o PPI que são os investimentos, embora grosso modo, possam ser as despesas de capital, também, os valores são idênticos e o plano de ação municipal que é, no fundo, a despesa corrente, mas porque é que existem as GOP's, ou analisamos as GOP's? As GOP's é aquilo que o executivo, que a Câmara Municipal diz que é muito importante, é muito importante e, portanto, destaca-se do resto da despesa corrente, a despesa de capital é sensivelmente a mesma coisa que o PPI, isto é muito importante, então é assim, Plano Plurianual de Investimentos, o PPI, tinham um total orçamentado de 14.5 milhões de euros, sabem quanto é que se fez? 8.9 milhões de euros, 14.5 milhões de euros de orçamento faz-se 8.9 milhões de euros, isto é o total do PPI de uma coisa que a Câmara Municipal diz que é muito importante, e agora vou destacar quatro ou cinco rubricas, isto já não é a Câmara Municipal que diz que é importante, porque está no PPI, portanto, é importante também, mas que eu considero das coisas mais importantes que tem as grandes opções do Plano.

Ação social, eu não percebo como é que para investimentos na ação social tinha orçamentado trezentos e cinquenta e dois mil euros e gastou cento e trinta e sete mil euros, verbas baixíssimas para investimento e nem assim as executam, dá uma execução de 39% para ser simpático. E mesmo quando eu junto a despesa corrente da ação social,

as GOP's têm uma execução orçamental de 68%, ou seja quando eu junto estes investimentos à despesa corrente, no fundo, é despesa corrente, 64%.

Habitação, senhor Presidente, orçamentou 3.4 milhões de euros, sabe quanto é que concretizou? Um milhão, seiscentos e cinquenta e sete, portanto 1.6, 1.7, 49%. Depois não tem despesa corrente na habitação, é que aquela pequena reparação que a câmara deve fazer, não vai em investimentos deve ir mesmo a despesa corrente, por isso é que muitas vezes, a despesa de capital não é só investimentos tem despesa corrente, mas pronto é zero, é zero, não interessa, em habitação em 2025, a execução orçamental é de 49%. Depois vem falar que estamos em execução, isto, e isto, e isto, e isto, não, não é, este orçamento está mal feito.

Este orçamento está mal feito, os números não mentem, para mim, aquilo que é um escândalo, um verdadeiro escândalo, a cultura, a cultura tinha orçamentado para investimentos, 60 mil euros, gastaram 12 mil euros, 20% de execução orçamental, isto é um escândalo, e sabe porque é que é um escândalo? Porque a cultura é uma coisa fundamental para atração de investimento, eu que sei como é que se atrai investimento, uma das perguntas que fazem logo é concelho, ainda por cima, num concelho histórico, tem uma execução de 20% na cultura no investimento? Depois, ok a despesa corrente, orçamentou, seiscentos e dez, compõe as grandes opções do plano, mesmo assim, 90%, mas sabe quanto representa a cultura no peso da despesa de capital, representa 0,14%. Eu nunca vi uma taxa tão baixa, mesmo naquilo que é a despesa corrente, subsídios e etc., representa 2.7, ou seja, um peso na cultura face à despesa efetiva de 2%. O mínimo dos mínimos tenho dito isso, muitas vezes, se quer atrair investimento pelo fator cultural também e num concelho que é um concelho histórico, no mínimo devia estar aqui a gastar 5%, posso-vos dizer que Paris é se calhar, a cidade que mais gasta em cultura, mas tem o cinema francês, gasta 14%. O Porto gasta, grande cidade, gasta 9%, mas um município que quer atrair investimento no mínimo tem de gastar 5% na cultura.

Depois o desporto, recreio e lazer, orçamentaram duzentos e sete mil euros em orçamento, concretizaram cento e cinco mil, ou seja, 50%, pouco melhor que a cultura, também tem desporto, tem lazer, tem essas coisas todas, mas mesmo assim, 50% e depois quando eu junto a despesa corrente. Só vou focar mais uma coisa, e permita-me que foque mesmo isto que é importante, porque também nos vieram comentar estas coisas. E há neste momento, um problema com o grupo Desportivo de Porto D'Ave que tem a ver com a reposição, do piso sintético, uma obra que foi concluída em julho de 2025 e que não aparece aqui, porquê? Porque não foi faturada pelo empreiteiro, porque nos dizem é que houve aqui um ajuste direto que não podia haver e depois para se ultrapassar a coisa tem que se fazer um acordo com o Grupo Desportivo de Porto D'Ave para dar um subsídio, obviamente, e eles é que fizeram a obra, e sendo assim, esse subsídio tem que estar aprovado pela Câmara Municipal e não está, ao que sabemos e, portanto, também não podia aparecer aqui, mas isto é uma situação que tem que ser

resolvida, obviamente que neste momento o empreiteiro está sem o dinheiro, mas também é um problema dele. Terminei mesmo, senhor Presidente, não vou a mais nada. A única coisa que digo é que, apesar de tudo isto, continua a haver um saldo primário negativo, apesar da baixa execução orçamental, eu disse, eu tenho esperança que o saldo primeiro não seja negativo, seja positivo porque a execução orçamental vai ser muito baixa, má execução orçamental, mais um ano perdido.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O relatório que hoje analisamos apresenta um conjunto de indicadores financeiros que, à primeira vista, revelam estabilidade. Em 2025, o município apresenta rendimentos na ordem dos vinte e nove pontos, dois milhões de euros, e gastos, cerca de vinte e sete pontos, um milhão, obtendo assim um resultado líquido positivo de cerca de dois milhões de euros. Do ponto de vista formal são contas equilibradas, mas contas positivas não substituem respostas positivas.

A taxa de execução da receita situa-se nos 93.3%, enquanto a execução da despesa fica nos 82%, e aqui começa a verdadeira análise com uma execução da despesa de 82%, ficou por executar quase um em cada cinco euros previstos, se a receita entrou mas a despesa não saiu na mesma proporção, então há investimento que não chegou ao terreno. O município apresenta ainda um ativo superior a noventa e quatro milhões de euros e um património líquido de cerca de setenta e oito milhões, com um passivo de aproximadamente de quinze vírgula cinco milhões de euros. Estes números mostram estabilidade financeira, mas o desafio não é ter números sólidos é transformar esses números em impacto real.

O CDS entende que estas contas devem ser analisadas não apenas pelo saldo, mas pelo impacto, porque no final, aquilo que conta não é quanto o município tem é aquilo que faz com o que tem. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Tiago Silva.

Interveio o deputado Tiago Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente à análise aqui das demonstrações financeiras e as prestações de contas relativas ao exercício de 2025, irei começar aqui pela abordagem das demonstrações orçamentais relevando que efetivamente, tivemos uma execução de receita muito próximo dos 94%, uma execução de despesa próxima dos 82%, o que significa também

que houve uma redução face à execução dos dois últimos anos, o que não significa que não se tivesse cobrado mais receita, e ter-se incorrido em mais despesa.

A lei das finanças locais impõe uma execução orçamental de pelo menos 85%, nesse aspeto, cumprimos, aquilo que estamos aqui a discutir a nível da execução é o concluir daquilo que falámos ao longo das várias assembleias e discutimos, para além disso, execuções de receita e despesas muito próximas dos 100% também permitem avaliar a qualidade da preparação do orçamento. Relativamente ao senhor deputado, eu tive ali atento à sua intervenção, gostaria de não ser interrompido, porque eu também não o interrompi, julgo eu.

Relativamente à receita total, face ao ano de 2024, tivemos um aumento de cerca de cinco milhões e oitocentos mil, mas vamos aqui nos centrar especificamente na receita efetiva, onde é que o município arrecadou mais receita face ao ano anterior? Eu aqui estava à espera, que o senhor deputado abordasse aqui a questão dos impostos, porque o senhor deputado falou que o aumento dos impostos e nós tivemos arrecadação de impostos que ascendeu a cinco milhões e seiscentos mil euros, foi um aumento de um milhão face ao ano de 2024.

Agora, o senhor deputado fez a análise dos relatórios, sabe qual foi o imposto, se a variação foi de um milhão, ou seja, nós arrecadamos mais um milhão face ao ano anterior, sabe qual foi o imposto que contribuiu com setecentos e dezoito mil, ou seja, grande parte do aumento, foi o IMT. Sabe o que é que o município controla relativamente ao IMT? Zero. É o mercado imobiliário que rege, efetivamente, as compras e vendas, o valor e o número, ou seja, relativamente pôr esse cunho de culpa e de aumento de impostos no município, relativamente a esta execução, senhor deputado, permita-me discordar inteiramente consigo, porque não é verdade aquilo que disse, não é verdade aquilo que disse.

Relativamente então, sendo o IMT, um imposto que é a zero, o município tem zero intervenção, se o aumento foi de um milhão, setecentos mil, foi só desse imposto. Relativamente aos subsídios correntes e áquilo que recebemos do Orçamento de Estado, efetivamente, cifrou-se em catorze milhões, mais um ponto, dois milhões face ao ano anterior.

Relativamente às receitas de capital, fixou-se neste exercício em quatro milhões e duzentos, obtendo-se assim mais um ponto, quatro milhões face ao ano anterior. Relativamente aqui à execução da receita de capital, efetivamente, nós temos valores situados nos 62%. O ideal seria claramente o mais próximo de 100 possível, ficaríamos a execução do orçamento que inicialmente o executivo se propôs, mas quanto a isso, nós sabemos as limitações que há a nível de concursos e das adjudicações e etc., eu acho que este município tinha todo o interesse em executar 100% da receita de capital e 100% da despesa de capital.

Relativamente à questão da despesa orçamental, a despesa orçamental teve uma execução de 94%, ou seja, executámos praticamente tudo o que tínhamos orçamentado,

em termos de despesa corrente, ela foi de vinte e dois ponto, quatro milhões e está não vinte ponto dois no ano anterior, o que significa que houve um aumento de dois milhões face ao exercício anterior, e vamos analisar aqui onde é que o município gastou efetivamente este acréscimo de dois milhões em despesa. Seiscentos e quarenta mil em despesas com pessoal e aqui se não fosse mais pelo aumento do salário mínimo, inevitavelmente, há aqui aumento da despesa, efetivamente, há necessidade de reforçar quadros, há necessidade de aumentar salários, efetivamente e aqui não existe a abertura do privado em aumento de salários, está tudo tabelado, existem as categorias, mas efetivamente, há sempre de ano para ano, aumentos relativamente aos gastos com o pessoal, de aquisição de bens e serviços, este aqui efetivamente absorveu grande parte do aumento da despesa de cerca de um ponto, dezasseis milhões de euros, relativamente aos subsídios correntes foram aqueles que o município, atribui às instituições sem fins lucrativos, as associações, clubes de futebol. O ano passado cifrou-se em cerca de um ponto, quatro milhões de euros. Relativamente à despesa de capital, ela foi de 8.7 milhões, relativamente a 2024, que foi de 5.7 milhões, deste aumento efetivamente há a destacar o aumento é justificado essencialmente com habitação e aqui temos a execução das obras do PRR em Fontarcada, julgo eu, e efetivamente, em bens de domínio público foram mais um ponto, quatro milhões, e aqui podemos ver reparações em edifícios, vias, etc. Relativamente ao saldo de gerência o município passa com saldo de gerência num valor superior a quatro ponto, quatro milhões, já lá vamos. Em suma e finalizando a análise às demonstrações orçamentais, podemos destacar o exercício de dois mil e vinte cinco é marcado por uma evolução globalmente positiva da situação financeira do município, apesar de algumas variações aos níveis de execução orçamental.

Relativamente aqui à questão da análise financeira e vamo-nos debruçar sobre a parte patrimonial dos municípios, indo aqui relativamente ao balanço o ativo do município ascende a cerca de noventa e quatro milhões, um crescimento de cerca de sete ponto, quatro milhões face ao exercício anterior. A rubrica que mais se destacou para este aumento é a rubrica de ativos fixos tangíveis e nesta rubrica estão incluídos os edifícios, os arruamentos, os equipamentos, etc. Ascende a cerca de oitenta e cinco de oitenta milhões que representa um aumento líquido de cerca de cinco milhões face ao ano anterior, o que reflete aquilo que evidenciámos anteriormente investimento em obra, equipamento por parte do edifício.

Aqui também é preciso dar aqui uma palavra de conforto aos serviços, as pessoas quando fazem as coisas, eu acredito que não façam de forma disparatada ou descabida. As demonstrações financeiras da Braval são incluídas em anexo às demonstrações financeiras do município, por uma questão muito simples e lógica, que é o município detém 100% da EPAVE, certo? Calma, antes das contas consolidadas há uma política contabilística que se chama o método de equivalência patrimonial que obriga o município a registar, oh senhor deputado, por isso é que senhor, no balanço, se for ver aí

ao balanço, tem uma rubrica chamada participações financeiras, quer que lhe diga o que é que isso compõe? A participação do município na Braval e a participação do município no fundo ambiental e não sei se o senhor deputado reparou e analisou que essa rubrica teve um incremento na ordem de um milhão e duzentos mil euros. Não sei se o senhor deputado, eu vi e analisei, também.

Relativamente a esta questão da EPAVE ao analisar o relatório e contas, eu não sei se o senhor deputado verificou que o património da Braval, nós podemos fazer analogia como capital próprio do mundo empresarial, teve uma variação de um milhão duzentos e setenta e dois mil euros, isto significa que o município detendo a 100% essa entidade, cumprindo a política contabilística, tem que refletido nas suas contas este aumento, daí os serviços incluírem.

Relativamente aqui ao passivo e é preciso fazermos uma análise, o passivo ascende a cerca de quinze ponto, cinco milhões de euros, apresentando um crescimento de quatro milhões face ao exercício de 2024, e sendo aqui rubricas de passivo, convém nós fazermos aqui uma análise, não diria exaustiva, mas cuidada, a análise aqui relativamente à questão do passivo, uma rubrica que é preciso que acaba por não ter muita expressão, que é a questão das provisões, mas há uma nota explicativa no relatório e contas do município em que o advogado da autarquia ou os advogados da autarquia inteiram os utilizadores da informação financeira acerca dos processos com o que o município pode ou não ter em consta em possíveis desfechos.

Da análise que efetuámos, não existem processos significativos que possam ter aqui, digamos, passivos escondidos, nas demonstrações financeiras.

Relativamente à questão dos financiamentos obtidos essencialmente é financiamento bancário, os financiamentos não correntes tem um prazo de maturidade superior a doze meses, por isso é que estão incluídos numa rubrica de não corrente. Têm mais ou menos em termos médios, uma maturidade média em termos de doze anos e ascende, neste momento, a oito ponto dois milhões, o que representa um aumento de dois milhões face ao exercício anterior. Relativamente ao passivo corrente, que é aquilo que é realizável/exigível num período temporal de doze meses, temos aqui a destacar a rubrica de fornecedores e fornecedores de investimento, praticamente a autarquia não tem dívidas a fornecedores como algo positivo e acho que é algo positivo que deva ser efetivamente referenciado.

Relativamente aos financiamentos de curto prazo, que são as amortizações de capital que o município terá que fazer nos próximos doze meses, ascendem a cerca de novecentos e cinquenta mil euros. Referir que no exercício foram liquidados, ou seja, foram amortizados oitocentos e cinquenta mil euros e foram utilizados dois ponto sete milhões de euros.

Relativamente aqui à questão, e aqui tendo um cuidado especial na análise da rubrica de diferimentos, nós ao olharmos para a rubrica de diferimentos, ela tem um aumento na ordem dos dois milhões de euros face ao exercício anterior. Efetivamente, esta rubrica

aparece no passivo, tem um incremento de dois milhões, explica cerca de 50% do aumento do passivo do município. O que é que está aqui contido na rubrica de diferimentos? Nesta rubrica de diferimentos está reconhecido o direito a receber de fundos de investimento ao abrigo do PRR, quando estiverem cumpridos todos os pressupostos e todas, e aqui no que toca a todas as obrigações associadas, este valor sairá automaticamente do passivo e será reclassificado para património, para capital, para que para o próximo ano nós estejamos aqui a olhar para as contas e dizer que milagrosamente, o município teve aqui uma redução de dois milhões de euros em passivo, digamos assim.

Relativamente aos rácios e aqui também não sendo aqui uma questão 100%, como é que eu hei de explicar, são mais importantes num contexto empresarial do que propriamente num contexto público, mais 90 e muitos por cento das empresas do nosso país assinavam por baixo para terem rácios desta natureza.

Relativamente à questão das demonstrações de resultados que é aquilo que mede a operacionalidade do município, efetivamente tivemos um aumento dos valores de impostos, taxas e prestações de serviço como abordados anteriormente, também tivemos um aumento do recebimento das verbas do Estado, quer pelo FEF quer pelas participações de IVA, de IRS, os subsídios ao abrigo das delegações de competências.

Relativamente aos gastos de fornecimentos e serviços externos, tivemos um aumento como anteriormente referimos, relativamente aos gastos com o pessoal, como já referi, também tivemos um aumento, o valor do EBITDA que aqui sim, pode ser um indicador importante é o mais alto dos últimos anos. Quer isto dizer que, em termos, é o que mede a atividade operacional do município, que foi francamente positiva.

Relativamente às depreciações, elas têm um valor superior ao ano anterior, o que significa e reflete o aumento em imobilizado do município.

Relativamente aqui aos juros de financiamento, que apesar de se ter aumentado o valor do financiamento os juros não tiveram uma oscilação muito grande face ao ano anterior, com um capital em dívida inferior.

Relativamente ao resultado só dar nota que é positivo, mas em termos dos municípios, este não é um indicador de todo relevante. Como sugestão de referir que a informação que recebemos para a análise do ponto que seja as demonstrações financeiras não estavam assinadas pelo Senhor Presidente pelo responsável pela área financeira, recomendámos que quando nos seja disponibilizada essa informação seja devidamente assinada para nos podermos pronunciar sobre um relatório final e assinado.

Relativamente ao deputado Luís Artur e no que toca à CLC eu ia efetivamente à certificação legal das contas do ROC e é precisamente abordar essa questão junto do Joaquim Armando, fizemos também uma comunicação aos serviços que, efetivamente a CLC deveria contar a versão final e não a versão draft.

Relativamente aqui à questão da reserva e tentando explicar um pouco o que é que compõem esta reserva, o ROC não diz que isto está tudo mal, senhor deputado, o que o

ROC diz é relativamente à rubrica de ativos fixos tangíveis, onde incluímos os edifícios, os arruamentos, constitui uma garantia da sua plenitude. O que é que o ROC não se consegue pronunciar? O ROC não se consegue pronunciar se todos os passeios, todas as parcelas de terreno, todos os bens de domínio público estão inventariadas e se o valor pelo qual estão registadas, se é aquele ou não, o revisor é aquilo que se chama uma reserva por limitação de âmbito, se reparar, o revisor aqui não menciona qualquer tipo de valor, nem diz em que valor, porque não tem conhecimento, senhor deputado, eu até lhe digo mais, e reitero aqui um desafio que o senhor deputado faça uma análise à grande maioria das CLC's dos municípios e veja quantos municípios é que têm uma reserva idêntica a esta.

Da nossa parte, o grupo parlamentar do Partido Socialista encontra-se integrado e votará favoravelmente neste ponto.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no seu da palavra referiu:

“Naturalmente, não me vou debruçar sobre os pormenores que foram aqui abordados, tanto por um como por outro, são especialistas na área, são profissionais desta matéria, mas há pelo menos três referências que eu acho que são importantes e são politicamente relevantes.

Em primeiro lugar, quando nós referimos o aumento da despesa com o pessoal que se cifra atualmente em cerca de 41.5 pontos percentuais, é muito importante nós percebermos que há desde logo um antes e depois, um antes e depois, senhor deputado, antes e depois de abril de 2022, em que foi o momento em que o município assumiu, por exemplo, competências na área, o senhor chama-lhe tarefas, chama-se formalmente delegação de competências, pronto, mas eu sou um formalista, não é, portanto, chama-se formalmente delegação de competências, já agora delegação de competências que o executivo antes do nosso foi recusando e adiando e nós assumimos, mais uma vez, responsabilidades e competências na área da educação, na área da saúde e na área da ação social e, portanto, a partir de abril de 2022, sim, houve um aumento muito significativo de despesa com pessoal, porque também houve um aumento significativo de receita, portanto, a receita aumentou, a despesa aumentou e se o senhor fizer análises comparativas antes e depois de 2022, vai sempre chegar à conclusão que, depois de 2022, a despesa com o pessoal é muito maior, inevitavelmente, se assumimos competências, mas é preciso explicar isto desta forma, porque quando as coisas não são explicadas detalhadamente, dá a sensação que este executivo é despesista com o pessoal e outros executivos não eram, há um antes e depois de abril de 2022, estude o assunto.

Estou a recomendar-lhe simpaticamente que estude o assunto, veja lá se lhe cai melhor agora.

Relativamente a uma referência que faz e aqui sim, importa fazer um esclarecimento politicamente muito importante. E eu não percebi se o faz por desconhecimento de informação, por distração ou por outra razão pior do que esta. Não lhe vou dar razões para vir fazer a defesa da honra, tenha calma, por outra razão pior do que esta, porque quando diz quando que em 2025 tivemos pouca execução de fundos comunitários, quando sabe, acho que sabe ou tem obrigação de saber, que, de facto, nós tivemos um mandato, de preparação de projetos, de submissão de candidaturas e de aprovação de candidaturas que foram na sua esmagadora maioria comunicadas ao município, precisamente no ano de 2025, eu pergunto ao senhor deputado como é que o senhor queria ter a execução em 2025 do que foi aprovado em 2025? Não podia ou então está distraído, ou então está distraído, e eu vou dar exemplos, não, mas eu vou dar exemplos, mas tem que estar claro que tem que estar nas grandes opções do plano, não tem como não estar, são candidaturas que estão aprovadas. Agora, eu pergunto, eu pergunto como é que o senhor deputado executava num só ano, o alargamento do Parque do Pontido, a requalificação do Cine Fórum dos Bombeiros voluntários, o centralidades em Taíde, a requalificação do pavilhão da Escola Gonçalo Sampaio, o Centro Interpretativo do território junto à rotunda das bolas de Ouro e uma série de outros investimentos que estão previstos?

Eu acho que é importante, nós conjugarmos todas estas informações para percebermos que isto não seria nunca tudo exequível em 2025, necessariamente tinha que estar no plano de atividades e orçamento nas grandes opções do plano, obviamente, tinha de estar a verba necessária, portanto, mais quando fala do investimento em estudos e em projetos, pois, claro, claro que sim, aliás, eu quero imaginar que nenhuma câmara responsável no distrito e no país não tenha tido necessariamente de fazer um investimento muito significativo em estudos e projetos, porque, precisamente, porque sem esses estudos e sem esses projetos, não podíamos submeter candidaturas que pudessem ser contempladas em 2025, portanto, o senhor diga-me como é que faz para colher se não semear, explique-me isso, não é possível, e este esclarecimento é importante, não é tecnicamente importante, é politicamente importante porque é revelador do seguinte, este executivo, o anterior executivo, correção, o anterior executivo entre 2021 e 2025, fez o trabalho necessário para podermos aprovar candidaturas durante o ano de 2025 que vão ser executadas durante este período de quatro anos que temos pela frente.

E o senhor deputado com essa ânsia e essa aflição de ver concretizadas as candidaturas, está nos primeiros seis meses de quatro anos de mandato e vai ter oportunidade de as ver concretizadas, porque esse é um objetivo absolutamente prioritário para este executivo. Não pode é ter a ambição de ver no mesmo ano aprovadas as candidaturas e

executadas. Executado o âmbito dessas candidaturas, isso não existe nem na Póvoa de Lanhoso nem em lado nenhum.

Agora fala, por exemplo, e estava-me a esquecer deste pormenor, fala, por exemplo, da habitação, nos mais de três milhões de euros que estão previstos, claro que sim, executámos uma parte e temos outra parte por executar agora, executámos cerca de 50% e temos uma parte para executar em 2026. É um processo que está em curso, ainda bem que eu expliquei na apresentação do ponto, a diferença entre ter determinada verba em orçamento, executar determinada verba no ano de que estamos a falar e sobre o qual estamos a analisar, a fazer a nossa análise sobre o relatório e contas, portanto, o senhor deputado, não ouviu essa parte, não ouviu, ou então se ouviu, ignorou.

Portanto, aquilo que nós estamos a fazer senhor deputado, é dar cumprimento àquilo que nos propusemos e quando em determinado ano não é possível, por alguma razão, damos seguimento a esse investimento, e já agora isso não tem nada de novo. Mais uma vez, eu sei que estive ausente uns anos, mas, mais uma vez, analise aquilo que foram os últimos anos, os últimos vinte anos de atividade do município na Póvoa de Lanhoso e veja se foi sempre, sempre possível assegurar em cada ano exatamente aquilo que tinha sido planeado. Há uma série de fatores que podem contribuir para que isso não seja possível. Há uma série de fatores que podem contribuir para isso.

Agora, uma coisa é não executar, mas dar continuidade ao investimento, coisa diferente é deixar cair investimentos que foi aquilo que aconteceu no passado, por exemplo, em relação ao Fórum Municipal que foi amplamente divulgado, que tinha financiamento, que teve maquetes expostas durante seis meses nos Paços do Concelho e que foi um projeto que foi deixado cair por anteriores executivos. Nós não deixámos cair nenhum projeto, nós não deixámos cair nenhum projeto, e todos os projetos que foram candidatados e que foram aprovados vão ser todos eles executados. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Além da fraca execução orçamental, porque os orçamentos, obviamente, têm que estar preparados aquilo que é a execução orçamental, são orçamentos mal feitos, quando muito diga isso.

O IMI subiu 12,8% em 2025 grande subida vai ser, um brutal aumento de impostos sobre os povoenses, um brutal aumento de impostos, taxas de execução orçamental baixas e, obviamente, o endividamento a subir, como sabemos, porque tem défice primário, mesmo com execução orçamental baixa, défice primário, significa que operacionalmente as receitas não cobrem as despesas, portanto, contrai empréstimo, um milhão de euros de défice primário.

E os saldos de gerência? Fiz um exercício, fui ver desde 2021, como é que era o andamento? Assim, de 21 para 22 reparei passaram dois ponto, quatro milhões de euros, de 22 para 23, dois, ponto, sete milhões, dois ponto, seis, seis, três, de 23 para 24, oitocentos e quarenta e sete, 24 para 25, quatro ponto, quatrocentos e vinte e dois. Ou seja, todos os anos aumenta o saldo orçamental que passa para o ano seguinte. Fruto de quê? Isto vem provar mais uma vez o quê?

Execução orçamental, baixíssima, baixíssima. Portanto, eu não vou falar sobre a intervenção do deputado do Partido Socialista, porque realmente não vale a pena falar e também não tenho tempo, e falar sobre coisas que sejam importantes e realmente aquilo que é importante, e vou concluir desta forma. Os compromissos assumidos, com os povoenses para o ano, é o que está no orçamento, isto é que tem que ser cumprido. Agora se não consegue cumprir porque acha que os fundo estruturais vão ser desenhados de maneira diferente ou não sei que mais, então construiu mal os orçamentos.

Peço desculpa, construiu mal os orçamentos, porque o orçamento é uma coisa séria é mesmo um compromisso que eu assumo financeiro, e um compromisso financeiro tem por traz, obviamente, um plano de intenções, de atividades, mas deixe-me dar aqui um exemplo, a questão porque são exemplos indiretos de diminuição da atividade no concelho.

Com este vou terminar, senhor Presidente da Assembleia Municipal, loteamento e obras baixou 12.2, isto não foi diminuição de taxas, porque as taxas aumentaram, foi diminuição da atividade. Mas dou-lhe outro, mercados e feiras, as taxas subiram, mas recolheu menos receita, tem um desvio de 5.2%, ou seja, fraca execução orçamental e ainda por cima, o concelho está, obviamente, com menos atividade, dei-lhes estes dois exemplos podia-lhes dar outros. Obrigado senhor Presidente.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Deputado Luís Artur, eu vou começar pela sua última frase quando diz que o concelho está com fraca atividade ou menos atividade, então eu corrijo, com menos atividade, o senhor precisa de vir cá mesmo mais vezes e não somente nos dias da Assembleia Municipal, porque, de facto, se há coisa que o concelho tem é muita e boa atividade.

Eu estava muito curioso, eu estive aqui em silêncio, o senhor tem essa dificuldade, tem esse défice comportamental de não conseguir ouvir as pessoas, não consegue ouvir as pessoas, não consegue ouvir porque está sempre a interromper.

Relativamente à receita de IMT, o senhor disse que a receita de IMT, afinal de contas, é responsabilidade do município. Tem alguma intervenção o município nos mais de

setecentos mil euros. Estava a discordar daquilo que eu estava a dizer quando estava ali no púlpito, portanto, sim, sim. Se o aumento da receita de IMT em mais de setecentos mil euros não representa dinâmica económica e não representa que o município tem vivacidade económica, nomeadamente no setor imobiliário, por exemplo, não é? Então significa o quê? Senhor deputado explique-me lá. A grande dificuldade sabe qual é? Vocês falam em endividamento e eu falo, curiosamente, esta semana falei na Assembleia Municipal jovem sobre aquilo que é o bom e mau endividamento, vocês falam em endividamento e aquilo que eu digo é que o município tem que estar preparado e capacitado para acompanhar do ponto de vista, sim, também, do endividamento, o enorme investimento público que temos previsto para os próximos anos, não é investimento público, é um enorme investimento público, senhor deputado, eu bem digo que não consegue, não consegue analisar-se a si próprio.

Quando chegar a casa, vai ao YouTube e veja o seu comportamento e veja se acha que é coerente.

Portanto, aquilo que lhe posso dizer é que temos três anos e meio muito interessantes pela frente. Os senhores vão fiscalizando que nós vamos executando.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto quatro da ordem de trabalhos, colocando-o à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 26 votos a favor, 1 abstenção e 14 votos contra, a proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Exercício de 2025, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Entidade: Município da Póvoa de Lanhoso

Período de relato: 01-01-2025 a 31-12-2025

Ata de apreciação das contas		
1	Órgão competente	Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso
2	Data da reunião	30 de abril de 2026
3	Total de votos	45
4	Total de votos presentes	41
5	Votos a favor	26
6	Votos contra	14
7	Declarações voto (total)	0
8	Declarações voto (contra)	0

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou de imediato ao ponto cinco da ordem de trabalhos. **Ponto Cinco: Proposta da Câmara Municipal para aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências de Autoridade de**

Transportes, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual. E concedeu a palavra ao vereador Paulo Gago, para apresentação do ponto.

Interveio o vereador, Paulo Gago, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O ponto cinco que hoje se apresenta à apreciação desta Assembleia refere-se a celebração de um contrato interadministrativo no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Ave é relativo à delegação de competências e ao financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências da Autoridade de Transportes.

Em termos práticos, este instrumento tem como finalidade enquadrar juridicamente e financeiramente o exercício destas competências pela CIM do Ave, assegurando, ao mesmo tempo, a definição dos critérios de repartição dos encargos entre os municípios abrangidos.

No que respeita ao município da Póvoa Lanhoso, a proposta inclui igualmente a assunção dos compromissos plurianuais correspondentes ao período de 2028 a 2034, nos valores que constam da documentação que lhes foi enviada.

Trata-se, portanto, de uma matéria que tem impacto direto na organização futura do serviço público de transportes de passageiros, bem como na estabilidade do respetivo modelo de financiamento.

A celebração deste contrato permite assegurar um enquadramento claro, previsível e conforme o regime legal aplicável, deste modo e porque está em causa uma autorização que compete a esta Assembleia Municipal, submetesse à apreciação dos senhores deputados municipais, a celebração de contrato interadministrativo e a solução dos seus respetivos encargos plurianuais. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à representante da União das Freguesias de Calvos e Frades, Goreti Carvalho, em representação do GP do PSD.

Interveio a deputada Goreti Carvalho, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto em apreciação, cumpre-me apresentar a seguinte declaração de voto.

A proposta apresentada enquadra-se no modelo de gestão intermunicipal, do serviço público de transporte de passageiros, devidamente sustentado no quadro legal em vigor, designadamente no regime jurídico de serviços públicos de transporte de passageiros, na lei das autarquias Locais e no regime financeiro das autarquias locais.

Trata-se de um instrumento relevante para a consolidação de uma política de mobilidade integrada, coerente e territorialmente articulada. Reconhecemos que a

solução contratual em análise permite assegurar continuidade e previsibilidade ao sistema de transporte, garantindo estabilidade na prestação de serviços públicos, bem como uma melhor coordenação entre entidades intermunicipais e municipais, com ganhos potenciais a nível eficiência da qualidade do serviço prestado à população.

Contudo, importa, também, sublinhar que esta decisão implica a assunção de compromissos financeiros plurianuais, de natureza estruturante e com efeitos até 2034, baseados em projeção que, embora tecnicamente fundamentadas, assentem em pressupostos futuro sujeitos a evolução e a fatores extremos, não totalmente controláveis.

Neste contexto e sem prejuízo de uma apreciação global favorável, entendemos pertinente deixar expressas algumas recomendações. Em primeiro lugar, a necessidade de assegurar uma avaliação periódica efetiva de um modelo financeiro e operacional que permita ajustar o contrato à evolução real da procura, dos custos e da oferta dos serviços.

Em segundo lugar, o reforço da transparência e reportar aos órgãos municipais, garantindo informações claras, detalhadas e atempadas sobre a execução dos contratos, incluindo custos, receitas, desvios e impactos municipais.

Em terceiro lugar, a monitorização contínua dos critérios de repartição de encargos, assegurando que estes se mantêm adequados à realidade territorial e socioeconómica.

Por fim, o reforço dos mecanismos de revisão e ajustamento contratual, de modo a salvaguardar o equilíbrio e a sustentabilidade do sistema sempre que ocorram alterações relevantes.

Nestes termos e considerando o enquadramento legal a relevância estratégica da proposta e os objetivos da coesão territorial e a melhoria dos serviços públicos de transporte, votaremos favoravelmente acompanhando esta posição das recomendações apresentadas, enquanto contribuindo para uma boa execução e sustentabilidade futura do modelo. O presente sentido de voto segue a orientação conjunta dos deputados eleitos pelo Partido Social Democrata. Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O ponto que hoje discutimos, envolve a delegação de competências na área dos transportes e, sobretudo, a assunção de compromissos financeiros plurianuais por parte do município. E é precisamente aqui que importa centrar a discussão.

Estamos a aprovar um modelo em que o município assume encargos ao longo de vários anos, com uma componente de incerteza associada à evolução dos custos e do próprio serviço, ou seja, estamos a decidir hoje com impacto direto no futuro.

Por outro lado, coloca-se também a questão do equilíbrio, o esforço financeiro que o município assume está alinhado com um benefício real para a população? E ainda, alinhado com benefício real para a população e ainda que capacidade terá o município para intervir caso o serviço não responda às necessidades do concelho? São dúvidas legítimas que exigem cautela.

Nesse sentido, o CDS entende que este processo devia integrar medidas mais concretas. Desde logo, a apresentação anual nesta Assembleia de um relatório específico sobre o serviço no concelho com dados como o número de utilizadores, cobertura territorial, e custos efetivos suportados pelo município.

Em segundo lugar, a definição de um ponto de avaliação a meio do período contratual, onde o município possa rever a sua participação com base em dados reais e não apenas em estimativas iniciais, porque delegar competências não pode significar perder capacidade de acompanhamento nem clareza sobre o que está a ser pago.

Face ao exposto e apesar das reservas apresentadas, o CDS considera que este processo deve ser acompanhado com maior rigor e transparência, mas entende a sua necessidade no contexto atual, pelo que votará favoravelmente. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PS, Alzira Sousa.

Interveio a deputada Alzira Sousa, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O ponto que apreciamos refere-se à aprovação, tal como os meus colegas deputados falaram, de um contrato interadministrativo no âmbito da Comunidade intermunicipal do Ave que enquadra a organização, o financiamento e a estabilidade do Sistema Intermunicipal de Transportes públicos para os próximos anos.

Trata-se de uma decisão com impacto estrutural que deve ser avaliado com rigor, sentido de responsabilidade e visão estratégica para o território. Em primeiro lugar, importa esclarecer que este modelo não estabelece um valor igual a pagar por todos os municípios.

A repartição do esforço financeiro é feita segundo critérios objetivos e previamente definidos, tendo em conta, entre outros fatores, a dimensão do concelho, a utilização de sistema e o seu peso funcional na rede intermunicipal. No caso concreto da Póvoa de Lanhoso, a contribuição corresponde a cerca de 6% do valor global, o que representa um encargo perfeitamente ajustado à realidade do nosso município e significativamente inferior ao assumido pelos concelhos de maior dimensão.

Em segundo lugar, importa sublinhar que estamos perante um modelo com uma relação custo benefício claramente favorável. Através desta solução intermunicipal, a Póvoa de Lanhoso garante o acesso ao sistema de transporte público, tecnicamente estruturado, financeiramente sustentável e integrado à escala do território do Ave. Uma solução

isolada, assumida exclusivamente pelo nosso município, dificilmente permitiria alcançar o mesmo nível de cobertura e qualidade, implicaria, muito provavelmente, custos superiores, ou uma oferta mais limitada.

Em terceiro lugar, importa realçar o carácter financeiramente responsável deste modelo. Antes de qualquer repartição de encargos pelos municípios o sistema recorre às receitas tarifárias e aos apoios públicos disponíveis. Apenas o valor remanescente é repartido entre os municípios de forma proporcional e transparente. Este enquadramento permite previsibilidade orçamental, evitado encargos inesperados e facilitando o planeamento financeiro municipal.

Por último, mas não menos importante, este contrato tem também um claro valor estratégico em termos de coesão territorial. Para municípios como a Póvoa de Lanhoso, a cooperação intermunicipal é essencial para garantir uma mobilidade acessível, ligação efetiva aos principais polos do território e igualdade de oportunidades no acesso a serviços, como emprego, educação e saúde.

A aprovação deste ponto representa uma opção equilibrada, assente na cooperação intermunicipal, na justiça financeira e na defesa do interesse dos povoenses. É uma decisão que assegure estabilidade, reforça a capacidade do concelho e contribui para um desenvolvimento territorial mais coeso e sustentado.

Nestes termos, entende-se que este ponto reúne todas as condições para merecer o voto favorável desta Assembleia. Obrigada.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, verificou que não existiam mais pedidos de intervenção e deu o ponto cinco por terminado, colocando-o à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências e de financiamento das atividades exercidas ao abrigo das competências de Autoridade de Transportes, bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual.

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, passou de imediato ao sexto e último ponto da ordem do dia. **Ponto Seis: Proposta da Câmara Municipal para aprovação de compromissos plurianuais, nos termos do disposto pelo art.º 22 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no âmbito do procedimento concursal com vista à contratação da prestação de serviços para Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos no Município de Póvoa de Lanhoso.** E concedeu a palavra ao vereador Gilberto Anjos, para apresentação do ponto.

Interveio o vereador Gilberto Anjos, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Falámos já várias vezes sobre resíduos hoje, sobre a importância a Braval, vamos volta-lo a fazer nesse último ponto, pese embora, ele carece de uma explicação inicial, o ponto que discutimos desse momento, seis ponto e último ponto poderá nos permitir ainda sair de dia desta Assembleia Municipal, tem a ver com o pedido de autorização à Assembleia Municipal por parte da Câmara Municipal, para nos autorizar, para autorizar a Câmara Municipal, eventualmente poder contratar compromissos plurianuais pelo espaço de dez anos.

Contudo, sendo tecnicamente este o ponto que nos traz, entendemos enviar informação adicional aos senhores deputados da Assembleia Municipal, e permitam-me fazer então este enquadramento. Isto porque na passada reunião, na passada segunda-feira, na passada reunião de câmara discutimos efetivamente essa questão, que é uma questão técnica, é uma questão financeira e um pedido de autorização, portanto, pretendemos trazer aqui à Assembleia Municipal, contudo, efetivamente em reunião de câmara teremos novamente a oportunidade de discutir o ponto aquando uma eventual intenção de externalizar, de prestação de serviço em relação à recolha dos resíduos urbanos, coisa que não irá acontecer em Assembleia Municipal e, por isso, entendemos por bem enviar um estudo, enviar, fazer chegar o estudo que deu origem a toda essa discussão e a todo uma análise que a Câmara Municipal desenvolveu desde o mandato anterior, já começou no mandato anterior.

Portanto, esta intenção resulta de um trabalho do executivo com os nossos serviços técnicos consubstanciado num estudo técnico financeiro que juntámos e decidimos trazer aqui juntamente com a informação que tinha sido enviada à Assembleia Municipal. Com este estudo tivemos a possibilidade de analisar de forma rigorosa o estado atual do serviço e os cenários futuros possíveis. E aquilo que o estudo nos dias de uma forma muito objetiva é que o modelo atual apresenta sinais claros de esgotamento, quer do ponto de vista operacional, quer do ponto de vista financeiro. E mais, as alternativas, apontam para uma necessidade de uma mudança estrutural na forma como o serviço é prestado.

Dito isto, importa também clarificar, a decisão final sobre o modelo de prestação de serviço, designadamente eventual externalização, não é o objeto central dessa discussão, o que hoje está aqui em causa é garantir que o município tenha condições legais para, eventualmente poder decidir por esse caminho.

Contudo, parece-me pertinente falar da nossa realidade atual e essa realidade atual, apesar de vos ter enviado o estudo há mais informação técnica, que eu fiz questão de atualizar porque este estudo é datado de 2024, estamos em 2026, eu fiz questão de analisar e de acertar judo dos serviços aqui os vários cenários e vou tentar-vos poupar e ser resumido na informação, poderei depois, muito provavelmente irei ser questionado e

voltarei aqui ao tema, mas dar-vos aqui três hipótese e três cenários, que o estudo nos dá, mas vou-vos dar os dados à luz dos valores para 2027.

Temos o cenário A, o cenário A é o cenário atual, é o serviço ser prestado pela Câmara Municipal, continuamos com as manutenções, não nos resolve um conjunto de vicissitudes, um conjunto de problemas, nomeadamente, com o pessoal, nos resolve um conjunto de necessidades que temos tido constantemente ao longo do tempo, as dificuldades em aceder a algumas artérias do nosso concelho, não nos resolve bem, pelo contrário, já que estamos com dificuldades com o pessoal, a dificuldade que iremos ter acrescido com as exigências cada vez maiores, nomeadamente no que diz respeito aos bioresíduos não domésticos, que temos que cumprir, portanto, temos aqui um conjunto de fatores a obrigatoriedade da ERSAR, das despesas entrar serem, por assim dizer, custeadas depois no final pelos consumidores, existir um equilíbrio e um pagamento dos custos. O cenário A estamos a falar de um valor anual, de cerca de um milhão, quarenta e sete mil cento e sessenta e um euros para o ano 2027.

No cenário B que é em tudo idêntico, uma pequena particularidade, com a necessidade de aquisição de novos equipamentos de endividamento por parte do município, adquirir novos equipamentos, o que iria reduzir a questão, da manutenção e dos custos de manutenção, mas não resolvia os restantes problemas. Mesmo assim, esse cenário iria trazer um custo para o município de um milhão vinte e nove mil e noventa e um euros ano.

E o cenário C, e o cenário C que já tem sustento e documentação no ponto inicial no que diz respeito à consulta prévia que fundamentou e justificou o valor pelo qual pedimos hoje autorização à Assembleia Municipal para podemos, eventualmente utilizar em prestação de serviço pelo período de dez anos, apresenta-nos uma externalização do serviço com recursos próprios, com equipamentos próprios, com manutenções necessárias dos contentores das zonas envolventes de tratamento e dá-nos aqui um resultado mediante os serviços técnicos municipais que apresentaram no máximo de novecentos e oitenta e três mil quatrocentos e trinta e sete euros.

Neste momento, volto a dizer que estamos a falar única e exclusivamente de uma possibilidade. Parece-me importante enquadrar-vos acerca dessa possibilidade e das dificuldades atuais que temos sentido no território no que diz respeito à manutenção, à limpeza das ruas envolventes, as dificuldades que os serviços têm reportado, porque tudo começa não no estudo, tudo começa precisamente e vou-vos confessar isso, a primeira reunião que eu tive com os serviços de obras Municipais e do Ambiente, a chefe de divisão virou-se para mim e disse senhor vereador, nós temos a questão dos resíduos, temos que resolver isso, os camiões estão sempre a avariar, temos que investir, não tenho pessoal para isso, as pessoas estão a fazer horas, está a ser muito difícil fazermos entre aspas ou darmos uma boa resposta, uma resposta eficaz e eficiente, tal qual como seria necessário.

Posto isso em conversa com o senhor Presidente da Câmara ele pôs-me a par disso, já estamos a tratar disso já tínhamos um estudo definido, já tínhamos pensado nessa questão, agora faz o favor, pega no dossier, atualiza-te e tenta verificar com os serviços, portanto, essa é a realidade em que vivemos, achei por bem vos enviar essa informação, porque não vamos voltar a discuti-la, não é isso que estamos a votar, não estamos a votar, se vamos externalizar os serviços, ou se vamos mantê-lo na Câmara Municipal, não é isso que estamos a fazer, estamos a pedir-vos uma autorização, contudo, e uma vez que, de facto, acho que é evidentemente pertinente, vocês terem acesso à informação que fomenta esse nosso pedido, achei por bem fazer-vos uma explicação aqui um pouco mais aprofundada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Covelas, Filipe Sousa, em representação do GP do PS.

Interveio o deputado Filipe Sousa, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A proposta em apreciação visa autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do procedimento concursal destinada à contratação de prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos no município da Póvoa de Lanhoso.

É uma das propostas mais cruciais para a qualidade de vida no nosso concelho e para a sustentabilidade ambiental. A gestão de resíduos urbanos não é apenas uma obrigação legal, é um serviço público fundamental, que impacta diretamente, a higiene, a saúde pública e a imagem da nossa região. Para garantir a eficiência e modernização da recolha e transporte, a abertura deste procedimento concursal é inadiável.

Trata-se de uma decisão que enquadra um serviço público essencial, com impacto direto na qualidade de vida da população na solubilidade do espaço público, eficiência da gestão municipal.

O modelo proposto integra não apenas a recolha e o transporte de resíduos indiferenciados e bioresíduos, mas também a lavagem e desinfeção de equipamentos, a manutenção do parque de contentores e a disponibilização de meios operacionais adequados, assegurando assim uma resposta mais abrangente e mais eficiente.

Do ponto de vista financeiro e de gestão importa sublinhar que esta solução permite, por um lado, garantir um serviço mais completo e, por outro, evitar o investimento direto do município e meios materiais e humanos adicionais, com os encargos permanentes que daí decorrem.

Acresce que estando em causa uma proposta economicamente mais favorável, esta opção contribuiu para não agravar a carga suportada pelos munícipes, o que em contexto atual merece particular relevância.

De igual modo, a contratação destes serviços permite libertar recursos humanos municipais para outras áreas de intervenção, onde se verificam maiores necessidades e maior pressão operacional, reforçando a racionalidade na afetação dos meios públicos.

Ainda assim, deixo uma nota de prudência quanto à concretização do caderno de encargos, importa assegurar a organização do serviço considere devidamente a especificidade das freguesias, atendendo à diversidade de repetir algo às condições de acessibilidade e às particularidades próprias de cada zona do concelho.

Sendo um serviço de natureza essencial, deve ser desenhado com critérios de proximidade, adaptação, equidade territorial, nesses termos, parece-nos tratar-se de uma solução tecnicamente consistente financeiramente prudente e funcionalmente adequada aos interesses do município e dos munícipes.

Assim, a bancada do Partido Socialista, votará favoravelmente esta proposta.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do CDS-PP, Carla Martins.

Interveio a deputada Carla Martins, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O ponto que hoje discutimos é de elevada importância. Estamos perante um compromisso plurianual de cerca de dez anos e um valor global de nove pontos, sete milhões de euros. Quando esta assembleia decide hoje está a vincular o concelho durante uma década, e isso exige rigor. Falamos de um serviço essencial com impacto direto na vida das pessoas, limpeza urbana, saúde pública e qualidade do espaço público.

Perante esta dimensão, a pergunta é, estamos perante a melhor solução para o concelho? O estudo técnico-financeiro é claro ao identificar, problemas estruturais relevantes, desde logo, o envelhecimento da frota, os elevados custos de manutenção e uma pressão crescente sobre o orçamento municipal. Os custos têm vindo a aumentar de forma significativa nos últimos anos e a tendência é de agravamento, podendo tornar-se insustentável a médio prazo, mas o próprio estudo também nos mostra que nenhuma solução está isenta de riscos, mesmo com investimento em novos meios, os custos continuam a crescer de forma relevante e no caso da externalização, apesar de poder trazer ganhos de eficiência e alguma redução de custos, tudo dependerá da forma como o contrato for estruturado, do nível de concorrência gerado e da capacidade de fiscalização por parte do município.

Senhoras e senhores deputados, uma decisão desta dimensão exigia mais garantias, exigia maior segurança na escolha do modelo, mecanismos obrigatórios de avaliação ao longo do contrato e controlo efetivo da execução do serviço, porque aquilo que não se mede não se controla, não basta garantir que haverá serviço, é preciso garantir que haverá um melhor serviço possível pelo dinheiro público investido. Estamos a falar de

milhões, estamos a falar de dez anos e estamos a falar da qualidade da vida dos povoenses.

Por isso, o CDS vota contra esta proposta, não por recusar a necessidade do serviço, mas por entender que uma decisão desta dimensão exigia mais prudência, mais controlo e mais garantias, a Póvoa de Lanhoso, merece soluções responsáveis, exigentes e pensadas a longo prazo. Muito obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à deputada do GP do PSD, Sandrina Fortes.

Interveio a deputada Sandrina Fortes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Efetivamente, isso foi enviado ao Dr. Rui Rebelo que mo reenviou e não tem qualquer nexo. Vimos agora foi colocado e não estava indicado no e-mail que a documentação foi colocada no site assembleias.povoadelanhoso.pt e, portanto, tomámos conhecimento desse estudo agora, eu própria estava agora com o computador a tentar fazer a análise, mas realmente não é possível, neste momento, fazermos uma análise detalhada do documento, como devem compreender.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara, para prestar um esclarecimento.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Queria só prestar um esclarecimento, nós discutimos este assunto na reunião de câmara de segunda-feira passada, e a documentação que agora fizemos seguir para os eleitos da Assembleia Municipal é uma documentação que para aprovar aquilo que estamos a discutir, não é necessária.

Nós estamos a aprovar a cabimentação da despesa de forma plurianual, ainda assim, na discussão que tivemos na reunião de Câmara de segunda-feira passada, foi sugerido pelo vereador José Manuel, que o documento de suporte que nós tínhamos e que servia de base para que os valores que foram encontrados e alcançados fossem propostos em reunião de câmara, teria tido utilidade, não sendo obrigatório, teria tido utilidade para análise dos senhores vereadores da oposição, efetivamente, no dia seguinte, conversámos sobre isso e foi o meu entendimento que devíamos remeter aos grupos parlamentares essa informação, porque, de facto, informação a mais não é prejudicial, portanto, informação o mais tendo em conta aquilo que estamos a discutir neste ponto, não estamos a discutir aquilo que eu expliquei há momentos, essa discussão não depende de termos esta informação, ela pode existir, mas não é obrigatória, portanto, se quisermos, comparativamente com a discussão que tivemos em reunião de câmara,

talvez haja, neste caso, excesso de zelo por parte da Câmara Municipal, porque entendemos posteriormente que a consideração e a sugestão do vereador José Manuel fazia sentido, portanto, é disso que se trata, não é mais do que isto.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou que a bancada do grupo parlamentar do PSD tinha solicitado uma pausa de cinco minutos para reunirem.

Após a pausa de cinco minutos, retomou os trabalhos e concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, João Oliveira.

Interveio o deputado João Oliveira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Antes de começar a minha intervenção, só apenas deixar uma nota que considero relevante em relação aqui a este intervalo solicitado pela minha bancada parlamentar, a nível de bom senso, diria que seria bastante relevante, sermos informados atempadamente da submissão de novos documentos, não acho que seja exequível, termos que estar constantemente em pasta a verificar se o documento está lá ou não. O Presidente referiu e bem, o documento não é obrigatório ser submetido, no nosso entender e por um parecer fundamentado o deveria ser e, portanto, o parecer que eu aqui vou apresentar não tem por base o documento submetido aqui pelo Vereador Gilberto Anjos, visto que fomos notificados por email ontem às quatro da tarde e não foi possível a sua análise e tanto que não respeitou os dois dias de antecedência previstos.

O presente ponto aborda então o serviço de recolha de transporte de resíduos urbanos que é essencial a saúde pública e à qualidade de vida dos povoenses. Estamos perante uma decisão estruturante com um impacto que ultrapassa vários círculos políticos, estamos a falar de um espaço de dez anos e é baseado em estimativas e não em valores contratuais firmes, o que, de certa forma, reduz a previsibilidade do encargo para o município.

Do ponto de vista para a boa gestão pública e de escrutínio democrático, é importante referir, não foram apurados os custos totais destes serviços ao município nos últimos dez anos, falta também uma projeção para os próximos dez anos, considerando a inflação e a evolução do setor. Não foi elaborado um mapa comparativo entre o passado e o futuro e também não está definido o destino quer dos trabalhadores, quer dos camiões de recolha que atualmente o município dispõe. Estas omissões limitam de forma relevante, a possibilidade de podermos proceder a uma análise mais completa do modelo proposto. Portanto, não tendo qualquer análise estruturada de alternativas de prestação de serviço, designadamente, o vereador Gilberto há pouco, já falou que consta no relatório, mas eu aqui não as vou considerar, portanto, temos aqui várias possibilidades, gestão direta, externalização, modelos híbridos e não conseguimos comparar, portanto não sabemos qual das mesmas é mais vantajosa.

É importante, também enquadrar que o setor sofre uma pressão regulatória evolutiva bastante significativa, nomeadamente com as metas ambientais e revisão de entidades como a ERSAR.

No plano financeiro, o modelo associado à quantidade de resíduos introduz alguma variabilidade, já que não conseguimos controlar a evolução do custo, tendo por base esta medida, no plano contratual, um horizonte de dez anos num setor que se transforma tão rapidamente a nível regulatório e tecnológico também reduz a capacidade do município em se poder ajustar ainda que haja mecanismos de revisão contratual.

A nível da governação fica sempre a questão da dependência significativa do operador privado que vai eventualmente prestar o serviço e, portanto, também nos reduza aqui a autonomia de decisão e capacidade de configuração do serviço.

A nível de fiscalização, seria importante evidenciar ainda mais a capacidade de auditoria e a rigidez da fiscalização para que o serviço seja de qualidade, isso é prontamente necessário.

E, por fim, à data, não tinha sido apresentada qualquer avaliação dos impactos sociais e laborais, portanto, não sabemos como serão enquadrados os trabalhadores atualmente afetos ao serviço, o que será feito com os camiões que o município dispõe, isso seria bastante relevante.

E, portanto, tendo por base estas incertezas que eu fui enumerando, nomeadamente no campo económico, financeiro e ausência de uma análise verdadeiramente comparativa, na forma em que está, a proposta não assegura a nível de escrutínio, prudência, e responsabilidade que consideramos decisiva para o nosso parecer.

E, portanto, não estando em causa o serviço nem a sua pertinência, mas sim a forma como está elaborada, o grupo parlamentar do PSD votará contra esta proposta.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador Gilberto Anjos, para resposta.

Interveio o vereador, Gilberto Anjos, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu entendo a intervenção que foi aqui feita por parte do grupo parlamentar do PSD e as dúvidas, entendam de forma clara, também é genuína aquilo que foi feito. Esta documentação não tinha que estar no ponto, optámos ontem por fazê-lo, ou seja, de forma adicional, é um bocado rigor dizer que deveria ter sido com vinte e quatro horas, até poderia, nunca ter sido ou com quarenta e oito horas, até poderíamos nunca ter juntado isto tudo, porque basicamente, a Câmara Municipal irá discutir este assunto, irá fazer essa análise, irá definir o caderno de encargos, pese embora nós estejamos a falar disto aqui, entendemos que era de facto pertinente juntar a informação.

Contudo, permitam-me e vou tentar aproveitar o momento para vos dar alguma informação adicional e posteriormente também voltaremos a discutir isso muito provavelmente, depois em reunião de câmara.

Respondendo aqui à senhora deputada do CDS, Carla Góis, falam em deveríamos ter mais garantias, salvo erro, acho que foi a expressão que utilizou, a partir do momento, não estamos a discutir este assunto, mas, contudo, temos um estudo, temos um parecer, temos a nossa experiência, temos a informação técnica dos serviços municipais, temos a certeza que não estamos a cumprir e que vamos ter muitas dificuldades, cada vez mais, a cumprir as metas ambientais, eu não sei que mais garantias precisamos é quase como se víssemos que a casa estava a arder, e deixássemos a arder, honestamente, precisamos é de atuar, precisamos é de olhar para esse facto para essa dificuldade e assumirmos aquilo que estamos aquilo pelo qual fomos eleitos, que é tomar decisões dentro daquilo que entendemos que é o melhor para os munícipes e para os povoenses.

No que diz respeito à questão dos trabalhadores, evidentemente, há uma escassez, uma dificuldade cada vez maior em encontrarmos trabalhadores para determinadas áreas, nomeadamente de jardinagem, nomeadamente tudo o que tem a ver com a DOMA, e efetivamente é fundamental e estrutural para os serviços municipais poder reafectar estes trabalhadores noutras áreas dentro da própria Câmara Municipal, diretamente dentro da DOMA. O estudo também fala dessa questão, parte deles vão se aposentar, ou seja, o que iria agravar e que iria aumentar ainda mais essa dificuldade, mas aqueles que não se irão apresentar, porque contamos com ele, e já temos definido precisamente onde, no que diz respeito à jardinagem, alguns, e outros serviços que pretendemos, também, acrescentar no Departamento de Obras Municipais e Ambiente.

No que diz respeito aos camiões, também foi aqui dito o que é que seria feito aos camiões, o próprio a consulta preliminar prevê portanto, isso até já estava na documentação, prevê que os camiões sejam e o estudo foi feito com base nisso, as propostas foram feitas com base nisso, sejam cedidos às empresas e passando os dez anos, sejam "devolvidos". Estamos a falar de uma frota, e eu aqui até entendo um aspeto daqui a dez anos, a frota que já está praticamente moribunda, pior estará daqui por dez anos ou se calhar, não existirá, contudo, é isso que está, de facto definido. Há aqui outro aspeto que me parece importante também, portanto, trata-se do compromisso plurianual e do concurso internacional devido à questão do valor, o que é que acontece? Nós com base na consulta preliminar, com base no estudo, chegámos a um valor que apresentei há pouco dos novecentos, penso que eu tenho aqui, não sei de cor, tenho ali na mesa, mas só um segundo, está no ponto novecentos e quarenta e oito mil, acho que era esse o valor, contudo, dizemos que a nossa expectativa é clara, se optámos por essa solução, evidentemente, completamente blindada por um caderno de encargos exigente, porque nós se há coisa que nós não queremos é regredir na eficiência e na eficácia, pelo contrário, aquilo que pretendemos ter é que teremos seguramente mediante as propostas que temos aqui em análise, até será um reforço da limpeza, uma

periodicidade da limpeza do espaço junto aos contentores mais frequente, coisa que não conseguimos fazer, os serviços atualmente dizem-me, idealmente, gostaríamos que houvesse uma limpeza pelo menos duas vezes de forma anual. Eles dizem, têm dificuldade em cumprir uma vez por ano, portanto, temos essa dificuldade, as pessoas têm reclamado constantemente, muitas das vezes, as pessoas também não sabem a quem vão reclamar, eu fui Presidente de Junta dezasseis anos, muitas vezes até reclamavam com a própria Junta de freguesia e, portanto, tenho a certeza que é um assunto bastante sensível para os autarcas, que aqui estão, também, que ouvem muitas vezes reclamações de turno, disso.

Há essas questões, há desafios novos, há exigências cada vez maiores. Nós pretendemos efetivamente ter uma cobertura de custos de 100%, porque isso dá-nos uma garantia de sustentabilidade e não só, dá-nos uma garantia de nunca virmos no futuro, a sofrer eventuais sanções, ou dificuldades em diferentes aspetos no que respeito a concursos futuros, eventuais, tentámos a lei assim o indica, e queremos caminhar, portanto, para aí.

Eu penso já ter falado dessas notas todas que tinha aqui apontado, de qualquer modo, pronto o relatório, efetivamente foi enviado e vocês poderão fazer boa nota da informação que aí está.”

Seguidamente, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Fernandes.

Interveio o deputado Joaquim Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Apenas duas notas, a primeira isto é mais um exemplo da forma de trabalhar que o Partido Socialista tem e que este executivo tem, nós estamos, o executivo está a conduzir os destinos da Póvoa de Lanhoso há quatro anos e meio, o problema identificou-o, procurou uma solução e apresenta-nos uma solução para o futuro, é a diferença.

Depois há outra nota que a mim me deixa muitas dúvidas que é quando pedimos um mapa de custos para os custos total nos últimos dez anos e um quadro comparativo dos últimos dez anos, o Partido Socialista conduz a Câmara Municipal há quatro anos e meio aquilo que eu deduzo daqui é que antes disso pagava-se um serviço, não se sabia conto é que custava ou então como é que se pagava, portanto, não tínhamos o município não tinha sequer a noção dos custos que tinha a prestação deste serviço.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Artur Pereira.

Interveio o deputado Luís Artur Pereira, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só para dizer, mas também o exprimimos ali, eu acho que há uma precipitação nos compromissos plurianuais, porque, ao contrário do que o senhor Presidente da Câmara disse, os compromissos plurianuais vão depender das soluções, como é evidente, em termos de valor, e acho que isto é para 2027, acho que há alguma precipitação em trazer isto a esta Assembleia Municipal, poderia ser mais tarde, já com soluções pelo menos melhor estudadas.

Falei há bocado com o senhor vereador, mas deixo aqui também uma sugestão pública, eu quero dizer a minha posição pessoal, sou pela internalização dos serviços e não pela externalização, não tenho nenhum problema, porque o problema tem a ver depois com a qualidade do serviço e com a fiscalização no dinheiro que se vai gastar em fiscalização, mas onde podem ser reaproveitadas as pessoas, mas a minha sugestão é que fosse estudado aqui um cenário intermédio, um cenário em que se dividisse, digamos, a recolha do lixo, os resíduos, e aquilo que é reciclável ficasse para a Câmara Municipal até porque dá uma receita, e o resto que é onde há mais chatices, pudesse, eventualmente, externalizar estudando as soluções de recursos, é uma mera sugestão que se quiser muito bem, mas a minha intervenção era essencialmente dizer que isto é só uma sugestão, porque acho que é uma precipitação neste momento, porque compromissos plurianuais tem a ver com os orçamentos e, portanto, tem a ver com os custos que vamos ter nisto, portanto, depende muito da solução política que a Câmara Municipal tiver no futuro em relação à externalização, à internalização, externalização parte, internalização parte, não sei, não sei qual é a solução, também, não vou obviamente dizer, mas estude-se, e acho que é uma precipitação trazer hoje aqui os compromissos plurianuais, porque realmente tem a ver com isto, tem a ver com o valor.

Eu não acredito muito naquilo, que o senhor deputado do partido socialista acaba de dizer, que a câmara não conhecesse qual é o custo que tem atual, é evidente que conhece.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao vereador Gilberto Anjos, para resposta.

Interveio o vereador, Gilberto Anjos, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Muito rapidamente até para responder a esta última nota do senhor deputado Luís Artur, dizer-lhe que, de facto, não foi aqui a questão da precipitação não me parece ser adequado, mas também entendo que o diga e vou esclarece-lo, porque não é. Porque, de facto, nós tivemos, infelizmente, recentemente no início do ano, um infortúnio, um sinistro com um dos camiões, temos outro camião que ainda há pouco tempo, avariou e que temos que pedir peças e os serviços têm pedido peças que vêm de fora de Portugal, que vêm por helicóptero, ou seja, e este assunto apesar de ter sido estudado com tempo,

apesar de termos já, aliás, um estudo do mandato anterior e eu já ter pegado no assunto logo no início do mandato.

Eu tenho os valores dos últimos cinco anos, os custos dos últimos cinco anos, ou seja, naturalmente, fiz esse trabalho e acompanhei-o. Acontece que essa pressão que também aconteceu recentemente nos serviços faz com que nós tínhamos que nos já antecipar no sentido nos preparar para essa solução, aquilo que pedimos à Assembleia Municipal, é nós podemos ter essa hipótese, estamos a fechar essa hipótese e, neste momento, o estudo até aponta para esse caminho, mas é algo que não está decidido nem estamos a decidir aqui que foi isso que eu fiz questão de dizer e que vamos voltar a discutir e que vamos ter contributos muito provavelmente, que poderemos considerar. Aqui o momento em que queremos nos preparar é para dar uma resposta mais eficiente, porque vamos chegar a um período precisamente mais crítico no que diz respeito aos resíduos que é a altura do Verão, tem um bocado a ver com isso também. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminado o ponto seis da ordem de trabalhos, colocando-o à votação do plenário.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 25 votos a favor e 14 votos contra, a proposta da Câmara Municipal, para aprovação de compromissos plurianuais, nos termos do disposto pelo art.º 22 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do art.º 6 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no âmbito do procedimento concursal com vista à contratação da prestação de serviços para Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos no Município de Póvoa de Lanhoso.

Por fim, o Presidente da Assembleia, António Queirós Pereira, informou que a sessão da Assembleia Municipal de junho estaria agendada para dia 27 de junho na sede da Junta de Freguesia de Covelas e que, antes da mesma seriam ouvidos os representantes da Assembleia Municipal Jovem.

E deu por terminada a sessão da Assembleia colocando à votação do plenário a aprovação da ata em minuta, para produção imediata de efeitos das deliberações tomadas. Informou que a mesma foi aprovada por unanimidade. E desejou uma boa noite a todos.

Anexa-se à presente ata a documentação adstrita aos pontos da ordem de trabalhos, fazendo dela parte integrante.